Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura **Número: 61**

II Sessão Legislativa **Horta, quarta-feira, 13 de junho de 2018**

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se na Agenda da Reunião, com o **Debate de urgência sobre "Execução do Plano Regional Anual de 2017",** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a intervenção inicial do Sr**.** Deputado António Vasco Viveiros *(PSD),* usaram da palavra os Srs. Deputados Carlos Silva *(PS),* Zuraida Soares *(BE),* Artur Lima *(CDS-PP),* Paulo Estêvão *(PPM),* Duarte Freitas *(PSD)*, Francisco César *(PS),* António Almeida *(PSD),* João Corvelo *(PCP),* Mónica Rocha *(PS),* Graça Silveira *(CDS-PP),* César Toste *(PSD),* Alonso Miguel *(CDS-PP),* Marco Costa *(PSD),* Miguel Costa *(PS),* Carlos Ferreira *(PSD),* Tiago Branco *(PS),* bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional *(Sérgio Ávila),* o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(João Ponte)* e o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes).*

Findo este ponto, passou-se para o **Recurso para o Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, quanto à comissão competente para apreciação da Anteproposta de Lei n.º 4/XI – "Altera a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional", cujo autor é o Governo Regional,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Apresentada a justificação pela Sra. Deputada Zuraida Soares *(BE),* intervieram o Sr. Deputado Artur Lima *(CDS-PP),* o Sr. Deputado André Bradford *(PS),* o Sr. Deputado João Bruto da Costa *(PSD),* o Sr. Deputado João Corvelo *(PCP),* o Sr. Deputado Paulo Estêvão *(PPM),* bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):*

Submetido à votação o mesmo foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Zuraida Soares *(BE),* o Sr. Deputado João Bruto da Costa *(PSD),* o Sr. Deputado Francisco Coelho *(PS),* o Sr. Deputado Paulo Estêvão *(PPM)* e o Sr. Deputado Artur Lima *(CDS-PP).*

De seguida passou-se para a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XI – "Define os termos da afetação dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa atribuídos ao Governo Regional dos Açores".**

Feita a sua apresentação pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional *(Sérgio Ávila)*, participaram no debate a Sra. Deputada Mónica Seidi *(PSD)*, o Sr. Deputado João Paulo Ávila *(PS),* o Sr. Deputado Paulo Mendes *(BE),* a Sra. Deputada Graça Silveira *(CDS-PP),* o Sr. Deputado Paulo Estêvão *(PPM)* e o Sr. Deputado Carlos Silva *(PS).*

O referido diploma foi aprovado por maioria.

Por fim passou-se para a apresentação e debate do **Projeto de Resolução n.º 55/XI – "Ultraperiferia – O instrumento Europeu para políticas diferenciadas nos Açores",** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a sua apresentação pelo Sr. Deputado António Almeida *(PSD),* usaram da palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha *(PS),* a Sra. Deputada Zuraida Soares *(BE),* o Sr. Deputado José San-Bento *(PS),* a Sra. Deputada Graça Silveira *(CDS-PP),* o Sr. Deputado João Corvelo *(PCP),* o Sr. Deputado Paulo Estêvão *(PPM),* o Sr. Deputado José Ávila *(PS),* bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(João Ponte)* e o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes).*
Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 41 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.
Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa, o favor de fazer a chamada.
Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.
Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)
Ana Luísa Pereira **Luís**
André Cláudio Gambão **Rodrigues**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Dionísio Medeiros Faria **e Maia**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
João Paulo Lopes Araújo **Ávila**

João Vasco Pereira da **Costa**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silv**a

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Sousa **Mendes**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Iniciamos a nossa manhã de trabalhos com o ponto 2 da nossa Agenda: **Debate de urgência sobre a "Execução do Plano Regional Anual de 2017",** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos nesta figura regimental e para fazer o início do debate tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começo por citar o Sr. Vice-Presidente do Governo, neste Parlamento em junho de 2017, durante a discussão da Conta da Região de 2015.

Disse então:

"É bom lembrar que quando abordamos aqui a discussão do orçamento e do plano é sempre dito que por vezes as previsões não são feit as com rigor. Eu acho que a execução de 2015 é uma demonstração de rigor e de precisão das propostas de orçamento. Dou-lhe só um exemplo: o conjunt o das receitas fiscais que é a grande componente da receita tinham orçamentadas 627 milhões, 938 mil euros. Repito: 627 m ilhões, 938 mil euros! Sabem qual foi a execução total? 627 milhões 962 mil euros, exatamente 100%.

E continuou

"Desafio um orçamento que conheçam que tenha um grau de execução tão próximo daquilo que está orçamentado." Fim de citação.

Ainda bem que este governo valoriza taxas de execução a 100%, quer seja do Orçamento quer seja do Plano e nisso estamos de acordo.

Por isso Sr. Vice-Presidente, não podemos partilhar da sua satisfação nem tão pouco dar-lhe os meus parabéns pela taxa de execução de 72,2% em 2017, simplesmente por ter melhorado comparativamente aos 70,3% registados no ano anterior.

A taxa de execução do Plano de Investimentos de 72,2% está bem longe de 100%, e essa distância equivale 144 milhões de euros de promessas não cumpridas. É o descrédito.

Esta é a matéria do presente debate de urgência, não porque se possa alterar a realidade de 2017, mas porque urge modificar esta forma de planeamento e orçamentação e afinal esta política de enganar os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: A baixa execução do Plano de 2017 não foi uma situação pontual. Convêm recordar o comportamento nos anos anteriores e a deterioração sucessiva. Recordo que em 2005 estávamos com taxas de execução de 94.8% que desceram sucessivamente até aos 72, 2017

Deputado Carlos Silva *(PS):* Arredonda sempre para baixo. Tem de aprender a arredondar!

O Orador: Na última legislatura 2013-2016, em termos absolutos, o valor médio anual executado, a preços correntes, foi de 354 milhões de euros, variando entre 362 milhões de euros em 2015 e 373 milhões de euros em 2013, com uma taxa média de 75%.

Com estes valores passados, qual a seriedade ou a credibilidade de inscrever em 2017 uma verba superior a 500 milhões de euros, valor nunca atingido anteriormente e muito acima da média dos últimos anos?

Os diversos pareceres emitidos pelos parceiros sociais e conselhos de ilha sobre a proposta de Plano de 2018, são coincidentes na ideia do descrédito dessa proposta. As sucessivas baixas execuções em anos anteriores e a inscrição sucessiva de obras e medidas que não se realizam, revelam pouco seriedade na sua elaboração e dão nota da falta de credibilidade deste Governo Socialista

Os resultados da execução de 2017 agora divulgados vem apenas agravar esse descrédito.

O Plano, que deveria constituir um instrumento fundamental de política económica, tem servido para alimentar momentos de propaganda política. Criam-se expetativas às populações e aos agentes económicos que depois não passam do papel.

Prometem-se investimentos equitativos por todas as Ilhas, por vezes investimentos fundamentais para o seu desenvolvimento económico e social, investimentos que são sucessivamente não cumpridos e repetidamente inscritos nos Planos seguintes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A execução do Plano de Investimentos com taxas de execução tão baixas invalida todo o discurso político do Governo.

Quando analisamos o que são as prioridades contidas no discurso político e comparamos com a execução financeira das respetivas áreas no Plano de Investimentos, toda a narrativa afigura-se, afinal, mera demagogia.

Os exemplos sucedem-se, como o Programa 1-Empresas, Emprego e Eficiência Administrativa, cuja taxa de execução foi inferior a 65%, ficando por concretizar quase 30 milhões de euros, com destaque para o Emprego e Qualificação Profissional cuja taxa de execução foi de apenas 29%.

Ou ainda o programa 2- Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, com uma taxa de 71%, em que não foram investidos 16 milhões de euros dos 58 milhões de euros prometidos.

É igualmente o caso das Pescas e Aquicultura com uma taxa de execução de apenas 71,4%, em que ficaram por executar quase 4 milhões de euros.

Com tão baixas taxas de execução qual a coerência do discurso? Como é possível em áreas consideradas prioritárias e estratégicas pelo Governo a concretização financeira e material ficar tão distante dos objetivos.

Esta matéria remete-nos para a dimensão da eficácia do próprio funcionamento do Governo e de cada um dos seus titulares e do equilíbrio de poderes dentro do executivo.

Poderá um determinado Secretário ser responsabilizado pela baixa execução dos programas do Plano de Investimento da sua tutela?

A causa terá sido inércia dos seus serviços, ou, alternativamente, constrangimentos financeiros?

Em última análise, quem decide o que não será executado? O membro do governo com a tutela da área governativa ou o Vice-presidente, através da autorização de pagamento que lhe compete?

Que papel tem o Sr. Presidente do Governo nas decisões sobre quais programas ou medidas que não serão executadas?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Boa pergunta!

O Orador: Este debate demonstra que ao Governo se impõe explicações e justificações sobre esta matéria.

A este Parlamento coloca-se a possibilidade de manifestar o seu desagrado por uma prática, da qual decorre a menorização do seu papel, …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: … ao aprovar uma proposta de Plano de Investimentos do Governo, da qual muitos dos programas e medidas não são cumpridos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente. Não sei se usará da palavra nesta fase da apresentação do debate? Não.

Sendo assim estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria a minha intervenção, e em jeito de brincadeira Sr. Deputado António Vasco, dizendo que o senhor é um especialista em debates de urgência, sem urgência e esse é um bom exemplo.

O senhor disse ontem que era um *modus operandi* e de facto o *modus operandi* do PSD é debater urgências sem urgências, um plano que terminou em 2017 e passado 6 meses, só porque é apresentado o relatório entende que é uma urgência e porquê? Porque no fundo aquilo que preocupa o PSD é criar um caso político, é criar uma intriga, é criar instabilidade política.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas felizmente os açorianos sabem que podem contar com o PS e com o Governo que garante essa estabilidade política.

O Sr. Deputado António Vasco vem aqui falar em demagogia, demagogia e propaganda e aquilo que faz durante a sua intervenção é pura demagogia e explicarei mais adiante e justificarei aquilo que digo.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

O Orador: Este debate no fundo assenta em três mitos:

O primeiro tem a ver com a urgência e conforme já referi, uma urgência que não existe e que é no fundo mera propaganda política. Isso sim, o senhor tem toda a razão!

O segundo mito que é aqui importante tem a ver com a ideia, a ideia que o PSD tenta passar de que essa execução é baixa e até quer passar a ideia que está a diminuir e explicarei adiante que de 2014 a 2017, o que podemos verificar é que a execução do investimento público aumentou 56 milhões de euros e aumentou 18%. Isso é um facto!

A si não lhe interessa, interessou ir buscar 2013, mas se analisar de ano para ano, a execução aumenta, quer em valor absoluto, quer em percentagem e explicarei com mais rigor a seguir.

O terceiro mito, que é importante realçar, é que não disse agora, mas deixou no ar e quando apresentou a urgência veio referir que o Governo não executa devido ao défice. Isso é também outro mito porque se verificar o que está no boletim de execução do orçamento ou do investimento, verifica que o valor das receitas comunitárias não executadas corresponde quase na totalidade ao valor do investimento que foi previsto e não foi executado. Isso é outro mito que cai por terra.

Portanto, o que é importante aqui também referir é que se analisarmos a execução do investimento do ano de 2017, em 2014 foi investido 318 milhões de euros; em 2015, 363, ou seja mais 45 milhões de euros; em 2016, 368 milhões de euros e em 2017 que é o ano que está aqui em causa, 374 milhões de euros, ou seja há um aumento de seis milhões de euros do investimento face ao ano anterior, há um aumento de dois pontos percentuais e essa é a razão deste debate de urgência.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Desde que o senhor está no PS que tem vindo a subir!

O Orador: Quando temos um aumento do investimento público debate-se aqui uma urgência. É essa a preocupação?

Mas até parece que, por exemplo, alguns Deputados da bancada do PSD que fazem parte de Assembleias Municipais e que as autarquias das quais fazem parte são exemplos ao nível de execução do investimento público.

Por exemplo, começaria pelo Deputado Paulo Parece que diz que a Câmara Municipal de Vila do Porto, tem uma execução do investimento inferior a 30%! Mas está tudo bem, nós aplaudimos e está tudo bem!

Deputado Paulo Parece *(PSD):* O papel ao que o senhor se presta!

O Orador: Calma! Calma! Já vamos lá.

O Deputado Jaime Vieira faz parte da Assembleia da Ribeira Grande e sem alterações orçamentais, teria uma execução de 50%; o Governo tem uma execução de 72%, está mau!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…
O Orador: No fundo é Governo mau; autarquias do PSD, bom! É essa a análise.
Câmara Municipal de Ponta Delgada, tem uma execução de investimento de 50%. Não! É bom! Governo mau (o Deputado Luís Maurício não está cá)!
Câmara Municipal da Madalena, Deputado Marco Costa, 57%! É bom! Governo mau, autarquia bom!
Srs. Deputados, eu não quero com isso …

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…
O Orador: Sra. Presidente, sei que estão incomodados, mas se puder continuar, gostaria.
O que aqui se vê é que há um incómodo permanente do PSD com os números que são apresentados pelo Governo e que são justificados, mas quando se trata da sua gestão nas suas autarquias, não, lá é que está bem. No Governo está mau, nas autarquias do PSD está tudo bem!
Mas eu não quero tentar passar a ideia de que o PS não está aqui disponível para esclarecer e para debater. Não! Nós estamos aqui com responsabilidade, que é o que nos distingue do PSD …
Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: … para debater e apurar os números que têm que ser apurados.

No fundo, a verdade é que temos um investimento público de 72%, que corresponde a 374 milhões de euros e isso é um investimento significativo e corresponde a um esforço dos açorianos, do Governo Regional, em conseguir de forma permanente dar melhores condições de vida, fazer os investimentos públicos que são necessários. É verdade que não conseguimos executar 100%, isso é pura demagogia falar em 100%, Sr. Deputado, porque há situações que não dependem do Governo Regional: é o visto do Tribunal de Contas, são os procedimentos de contratação pública, Isso são factos que temos que saber lidar no dia a dia e que condicionam a execução de um orçamento.

Mas vir aqui acusar o Governo de propaganda e demagogia, quando o investimento público nos últimos tem vindo a aumentar, mais demagogia do que isso, sinceramente não consigo encontrar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sendo este um debate de urgência cujo tema fundamental, diria mesmo o único tema, é a execução do Plano Regional Anual de 2017, começando por fazer uma apreciação geral é inevitável constatar, aliás já foi feito aqui pelo proponente quando apresentou este debate, que na realidade todos os anos o

Governo Regional na apresentação do Plano e Orçamento faz uma campanha mediática, relativamente ao valor e ao facto desse valor estar sempre a subir …

Deputado Carlos Silva *(PS):* E subiu. A execução subiu!

A Oradora: … ao valor do investimento público para cada ano e à importância e ao significado desse valor.

No caso concreto em apreciação, que é o ano de 2017, esta campanha referia um valor de 517 milhões e meio de euros.

Ora, na realidade em termos de orçamento executado estamos a falar de 374 milhões de euros, ou seja, foram executados menos 143 milhões de euros e o problema é que esta situação não se refere só a 2017, todos os anos é assim, por isso o BE considera que da mesma maneira que é feita uma campanha mediática quanto ao valor orçamento, seria um bonito exercício de humildade democrática ver o Governo Regional prestar o mesmo tipo de contas, mediaticamente falando, quanto ao valor realmente executado.

Mas sobre humildade e democracia cada uma, como diz o povo, e cada um toma a que quer e não será o BE a dizer ao Governo Regional o que deve tomar, por isso vamos a algumas questões essenciais.

Como o BE tem defendido e crescentemente se vai ouvindo na sociedade açoriana, o futuro dos Açores necessita de lançar urgentemente as bases de um novo paradigma económico.

Este salto imprescindível para uma economia assente no conhecimento e na mão de obra qualificada, capazes de gerar maior valor acrescentado, exige um investimento muito forte nas áreas da educação e do conhecimento e investigação, entre outras, para alcançar o objetivo referido, ou seja, uma nova economia, sob pena da perpetuação do nosso atraso estrutural imposto pelo colonialismo e por minorias possidentes abastadíssimas, a afirmação que estou a afazer, como aliás o estudo da Pordata, encomendado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, nos retratou de forma absolutamente chocante.

Neste quadro é inadmissível que numa Região de baixa escolaridade e com recursos de mão de obra pouco qualificada, a taxa de execução da rúbrica "emprego e qualificação profissional", seja de 29,9%.

Este valor é a demonstração clara de que este Governo não investe no futuro. Ao futuro este Governo Regional prefere privilegiar os programas ocupacionais que dão rendimento imediato e voto garantido e além disso poupa dinheiro com este facto. Hipotecar o futuro não é um problema para agora, aparentemente.

Mas falando em hipotecar o futuro, vejamos a aposta na ciência e investigação.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, não vou falar aqui da pantomima que durante dois anos foi a rábula do Air Center.

Como nós sempre dissemos e hoje o Governo Regional comprova, infelizmente o Air Center é um bluff para não dizer outra coisa.

Também não vou falar do Centro de Investigação das Ciências do Mar na Horta, que após tantas promessas e tantos compromissos, para já está congelado e quando sair sairá em forma de caricatura.

Não vou falar, Sras. e Srs. Deputados, porque tendo consciência de que estes temas estão fora do âmbito deste debate de urgência, a Sra. Presidente, e bem, chamar-me-ia a atenção.

Mas vou falar de outra coisa. É confrangedor que numa Região, onde se fala tanto da ciência e conhecimento e do novo paradigma económico, a situação seja esta: as dotações orçamentais para as áreas de investigação, desenvolvimento e inovação, são as que têm maior défice de execução e correspondem ao executado orçamentalmente, à exceção do betão, a 0,7% do global.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Isto é que é preparar o futuro?

Para acabar, Sras. e Srs. Deputados, não quero deixar de fazer uma referência muito breve, mas muito importante a uma outra área: a segunda pior execução

orçamental é na área da saúde. Tanta coisa que falta na saúde! Tanta lista de espera! Tanta falta de médico! Tanta falta de tudo!

Como se explica então que seja esta área, a seguir à ciência e investigação, em que a execução orçamental foi pior, ou seja, 63%.

Parece inacreditável, mas pensando melhor, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, se calhar não é assim tão inacreditável, se nos lembrarmos que agora foi lançada a primeira pedra do primeiro hospital particular da Região, que tem terreno, que tem PIR, que tem tudo, enquanto que no sistema Regional de Saúde, ou seja no público, continua a faltar tanta coisa. Inacreditável, não, Sras. e Srs. Deputados! Bem compreensível quando se privilegia o privado e não se privilegia aquilo que é público e de todos nós.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo:

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** *(Sérgio Ávila):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, srs. Membros do Governo:

Este debate sobre a execução do Plano 2017, enquadra-se numa lógica que foi considerada de urgência, mas o debate que estamos a fazer sobre este Plano, tem já em si uma contradição.

Nós quando apresentámos o Plano de Investimentos e o orçamento para 2017, assumimos que em 2017 iríamos investir menos do que em 2016.

O Plano de Investimentos de 2017, capítulo 50, era inferior ao de 2016. Foi dito e é a dotação que está no Plano, 517 milhões, contra 523 milhões do ano anterior.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sim, mas o que interessa é a execução!

O Orador: Assumimos que baixámos o investimento público em 2017 e porquê? Porque nesse ano reduzimos o IRS e por essa via reduziu essa receita fiscal e por outro lado aumentámos em 9 milhões as transferências para o

Serviço Regional de Saúde e aumentámos em seis milhões aquilo que eram os encargos decorrentes da reposição integral dos funcionários público.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Mas não executaram!

O Orador: Por isso em 2017 assumimos baixar o investimento público.

Mas o que é que aconteceu em termos da execução real do Plano de Investimentos de 2017? Nós tínhamos dito que íamos baixar, mas afinal a execução demonstrou que aumentámos, quando propusemos nesta Assembleia e foi aprovado um plano que reduziu em 6 milhões de euros o investimento público em 2017, a execução do Plano foi em 6 milhões de euros superior ao ano anterior; em 11 milhões de euros superior a 2015 e em 56 milhões de euros superior ao de 2014, ou seja a primeira ideia que a execução do Plano de 2017 nos dá, é que tínhamos um Plano com menos investimento, mas executámos mais que o ano anterior …

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: … e executámos muito mais que há dois anos atrás e muito mais que há 3 anos atrás. É essa a primeira nota.

Segunda nota que é essencial: a execução, e daqui deriva algumas abordagens menos corretas sobre o nível de execução de algumas matérias, que passarei a explicar.

Primeira questão: a execução do orçamento que engloba o capítulo 50, que é o plano de investimento e toda a componente orçamental, ou seja, a execução total do orçamento aprovado nesta câmara foi de 88%, aliás a nossa execução orçamental é de 88%, nos últimos 4 anos. 88%, é uma taxa de execução global, que inclui o plano de investimento e as outras componentes do orçamento, penso que é um valor bastante elevado, na nossa opinião.

Mas, vamos à caracterização.

O Plano em si, capítulo 50, apenas essa parte do plano de investimento, teve em 2017 uma execução de 72.3% e é uma execução que foi mais alta que o ano

anterior, ou seja, nós estamos aqui a debater a urgência, a execução de um Plano, que se tinha previsto que fosse menor que o ano anterior e foi mais alta e que tem uma taxa de execução superior à do ano anterior.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* A tal que o senhor tinha reduzido!

O Orador: Então é assim: sendo o Orçamento uma taxa de execução de 88% e o capítulo 50 do Plano, uma taxa de 72,3%, há pessoas que consideram, é legítimo, que 72,3% de execução é baixo, revela falta de credibilidade e revela descrédito. 72,3% é uma taxa baixa, revela falta de credibilidade e descrédito, mas permitam-me que ao fazer essa afirmação e essa análise a uma taxa de execução de 72,3%, na tentativa de criticar o Governo, …

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* É menos de um quarto!

O Orador: … está-se a dizer que há falta de credibilidade e descrédito ao Presidente da Câmara de Ponta Delgada que teve uma taxa de execução de 49%; …

Deputado António Almeida *(PSD):* Outra vez!

O Orador: … ao Presidente da Câmara da Ribeira Grande, que teve uma taxa de execução de 49%; ao Presidente da Câmara da Madalena, que teve uma taxa de execução de 50% e ao Presidente da Câmara de Vila do Porto, que teve uma taxa de execução de 24%, ou seja, nós não temos essa interpretação.

72,3% não é uma taxa de execução baixa, mas se é baixa em termos percentuais para o Governo e tem essa caracterização também tem as mesmas pessoas, usar a mesma terminologia e a mesma avaliação quando as taxas de execução são muito mais baixas noutros sítios e noutros lugares.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Só as do PS é que estão bem!

O Orador: Mas nós não fazemos isso, mas quem o faz aqui tem que ser coerente e fazer nos outros locais.

Outro aspeto essencial e que distorce a análise.

A Sra. Deputada Zuraida disse que o emprego e a qualificação profissional tinha tido uma execução muito baixa de apenas 29% …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* 29,9!

O Orador: Sra. Deputada, essa taxa de execução refere-se ao investimento no capítulo 50 do Orçamento, que é apenas uma pequena parte do investimento, emprego e formação profissional, e explico: o investimento, emprego e formação profissional é executado através dos outros fundos, fundo regional de emprego.

Pela sua leitura …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* A minha leitura é deste documento

O Orador: … o investimento que a Região fez em emprego e formação profissional no último ano, foi 2,7 milhões de euros, é o que resulta dos 29% aí referidos, 2,7 milhões de euros, de acordo com a Sra. Deputada, a execução na área e emprego e formação profissional.

Ora bem, nos outros fundos, que é a execução do fundo regional de emprego, a execução em 2017 destas ações foi 54 milhões de euros, ou seja, a abordagem que está a fazer é uma parte que representa apenas 4% da execução do programa emprego e formação profissional…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Onde é que estava inscrito?

O Orador: … porque a execução do programa emprego e formação profissional, está noutros fundos e não no capítulo 50 do Orçamento.

Deputado José San-Bento *(PS):* São peanuts! Como diria Jorge de Jesus, são peanuts!

O Orador: O mesmo se passa com a ciência e tecnologia, cuja execução é em outros fundos, através do Fundo Regional de Ciência e Tecnologia e essa distorção é uma componente do investimento público. Há outra parte do investimento público que não está no capítulo 50.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não executado!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados …

O Orador: Não pode decorrer deste documento a avaliação do investimento feito e emprego e qualificação profissional, quando o investimento feito, como eu expliquei, emprego e qualificação profissional não é feito através do capítulo 50, é feito através do fundo regional de emprego, outros fundos e nessa componente é a diferença entre um investimento de 2,7 milhões e um investimento de 54 milhões de euros, efetivamente executados.

Para concluir esta intervenção, gostaria apenas de dizer que nós ao longo destes anos orgulhamo-nos da nossa taxa de execução. Nós temos uma taxa de execução orçamental, incluindo todas as componentes, incluindo o investimento de 88% nos últimos 4 anos. Evidentemente que se fosse 100% era melhor e tudo faremos para melhorar progressivamente esta taxa de execução como temos feito, mas com bom rigor, 88% de execução orçamental é num critério bastante exigente, uma boa taxa de execução.

Nesse contexto acho que é um contributo para, não só a credibilidade, mas cumprindo os nossos compromissos.

Nós temos muito orgulho ao longo destes anos de ter assumido o cumprimento dos nossos compromissos e periodicamente os açorianos têm avaliado o grau de compromisso que temos cumprido e progressivamente iremos manter e prestar as contas sempre do que fizemos, por que fizemos e do que não conseguimos fazer e por que é que não conseguimos fazer.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é populista!

O Orador: Quem assegura que irá fazer tudo, não conseguirá nunca atingir esse objetivo. Nós, em termos de execução total e a prova dos últimos 4 anos é

em cada 10 euros que dizemos que vamos investir e que vamos executar do orçamento, executamos 9.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Já vai em 9! 9 em 10!

O Orador: Não é perfeito, não! Nós não somos perfeitos, mas se fosse uma classificação académica, 88% seria classificada como muito bom e é essa a classificação que nós consideramos que temos em termos de execução orçamental.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É sempre interessante vir assistir aos números que são aqui no orçamento e que dá impressão que à partida naturalmente já se sabe que não vai ser gasto.

Mas há uma coisa interessante e eu gostaria de abordar este orçamento numa outra perspetiva, numa perspetiva não de números, mas numa perspetiva daquilo que é o impacto deste orçamento na vida dos açorianos.

Por exemplo, se me incomoda que no programa tão badalado, tão afirmado aqui, tão publicitado chamado EcoMob(in)Azores, que tenha tido uma execução de 0%, isso não me incomoda absolutamente nada!

Deputado André Bradford *(PS):* Que demagogia, Sr. Deputado!

O Orador: Mas incomoda-me que na saúde o orçamento não tenha sido executado, não é a 100, é a 101%, porque tinha que ser executado a 101% para

combater as listas de espera vergonhosas da Região Autónoma dos Açores e quando os senhores não executaram.

Quer dizer quando na saúde a execução é apenas de 79% e mesmo assim em algumas áreas, isso incomoda-me.

Incomoda-me quando em tecnologias de informação na saúde os senhores investiram 0% e isso tem impacto na vida dos doentes, tem impacto porque chega um doente ao hospital de Angra e dizem-lhe assim: "Nós não temos acesso ao seu processo" e é um doente oncológico, isto tem impacto na vida dos doentes, tem impacto no sofrimento das pessoas e é isso que nós não admitimos, é o impacto que as coisas têm na vida das pessoas.

Na saúde há áreas e esta é uma delas onde o investimento não devia ser 89, 90, 99, era 101%, gastar um pouco mais para os outros sofrerem um pouco menos. Era esse o vosso dever, a vossa obrigação, enquanto Governo humanista e é isso que os senhores não são. Essa é que é a realidade.

Bom, mas vamos a números também noutras questões, números da dotação orçamental.

O mar, a grande paixão deste Governo, a grande paixão do Sr. Presidente do Governo, o mar, esta riqueza, enfim, da secretaria, 57% de execução. Mas o que é isto?

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* É mau!

O Orador: É bom? Também é bom este número?

Mas eu podia continuar com números por aqui abaixo, mas há uma coisa que é interessante, há uma coisa que se deve dizer, é que os açorianos não comem números! Os açorianos não são números! São gente e é gente que precisa quando lhe dizem que eu vou gastar "x" em saúde, é para gastar "x" em saúde. Se eu vou gastar "x" nas acessibilidades, é para gastar "x" em acessibilidades e quando eu não posso gastar por algum motivo, eles merecem justificação por que é que não foram gastos, …

Deputado Francisco César *(PS):* Mas não é importante a execução!?

O Orador: … porque eu sei que há programas de combate às listas de espera, que ainda não foi gasto um tostão, ou pelo menos 10% daquilo que estava orçamentado.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: E sabe porquê? Porque o Governo não quer nem dá dinheiro aos hospitais, isso mesmo foi confirmado a semana passada no Hospital de Angra do Heroísmo.

Portanto, esta é que é a realidade, mas se não vos incomoda gente em lista de espera há cinco anos, a mim e ao CDS incomoda muito.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu acho extraordinário, o discurso do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Apetece-me começar esta intervenção a repetir várias vezes, 72,2%, 72,2%, 72,2%, 72,2% e escrever ali no quadro, porque a verdade, Sr. Vice-Presidente, é que esta é a sua taxa de execução e não vejo como é que o senhor se pode apresentar aqui neste Parlamento com uma posse triunfalista e dizer que cumprimos a nossa palavra, fizemos o que tínhamos que fazer, estamos contentes e orgulhosos e o senhor ainda diz, vejam bem: "Estou assim porque

ainda existe pior do que eu, ainda existe pior do que eu. Portanto, se existe pior eu sou o melhor dos piores!".

Deputado Carlos Silva *(PS):* Não foi nada disse que ele disse!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, eu acho que este género de discurso é um discurso inaceitável para V. Exa. e é um discurso inaceitável para V. Exa. por duas razões:

A primeira, é que V. Exa. é o estadista português que tem mais poderes no âmbito do controlo das finanças públicas de um Governo em Portugal, desde 1928.

Deputado Francisco César *(PS):* Mais quê?

O Orador: Mais poder, mais controlo!

Nunca, desde 1928 alguém teve o controlo que V. Exa teve e tem nas finanças em relação às finanças dos Açores, por isso a sua responsabilidade é uma responsabilidade acrescida.

Devo dizer-lhe ainda nesta etapa que a melhor coisa que V. Exa. podia ter feito era naquilo que é da sua responsabilidade direta, …

Deputado Carlos Silva *(PS):* Bruno de Carvalho também pensa assim!

O Orador: … a Vice-Presidência, ter dado o exemplo, mas não, quando olhamos para os números da execução da Vice-Presidência verificamos que V. Exa. é um dos piores alunos deste Governo, V. exa. é o antepenúltimo e é o antepenúltimo que é escolhido para vir aqui defender o indefensável.

Eu acho que V. exa. em relação a esta matéria tem enormes responsabilidades diretas porque a execução da Vice-Presidência também é das piores do Governo.

Devo dizer-lhe ainda em relação a esta matéria e à taxa de execução que é o segundo exemplo que eu lhe queria dar, que é por exemplo a taxa de execução dos governos de Carlos César e na taxa de execução dos governos de Carlos César nós estamos a falar de execuções na ordem dos 94,8%. Há uma diferença

enorme em relação à taxa de execução dos governos de Carlos César, dos governos Vasco Cordeiro. Há uma diferença! Há um decréscimo de 20%!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Por cento ou pontos percentuais!

O Orador: De 20% em relação a estes números, o que eu acho extraordinário**!** Ouça, aproxima-se o mundial de futebol e V. Exa. que vinha de taxas de execução de noventa e tal por cento desce para taxas de execução de setenta e tal por cento.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Seja rigoroso!

O Orador: Eu devo dizer-lhe que V. Exa. o que tem que fazer é arrumar as chuteiras porque está em decadência, está em plena decadência e quando se deixa de ter a mesma qualidade, o que nós temos que fazer é retirarmo-nos a tempo.

(Aparte inaudível)

O Orador: Eu sei que o senhor se vai retirar … ali o Deputado do Pico.

Devo dizer que em relação ao emprego e qualificação profissional, 29,9%! Acha isto aceitável, Sr. Vice-Presidente?

Em relação à cooperação com as autarquias locais, 31,8%! Acha isto aceitável, sendo que destes 31,8% para aí 30% é com as Câmaras e as entidades autárquicas socialistas?

Em relação aos regimes de apoio à assistência técnica do mar, a grande prioridade do Sr. Presidente do Governo Regional, estamos a falar de 5,8%; a beneficiação de infraestruturas 26,8%; tecnologias de informação na saúde, em que existe um apagão geral, uma execução de 0%. Acha que estes números são aceitáveis? Como é que é possível vir aqui fazer um discurso triunfalista com estes resultados, que são resultados péssimos, péssimos e V. Exa. tem uma

responsabilidade direta porque nunca ninguém teve tanto poder e tantos instrumentos de controlo como V. Exa.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Quem agendou o debate foi o PSD!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu começo por concordar com as primeiras palavras do Sr. Deputado Paulo Estêvão, é de facto um debate extraordinário.

Faz-me lembrar aquele professor que olha para uma turma e olha para um aluno e diz assim: "Aquele aluno é péssimo! Aquele aluno tem uma nota muito má! Aquele aluno teve 72% no seu exame!

Depois pergunta o professor que está ao lado: "Mas os outros alunos todos, quais são as notas que tiveram? Quanto é que teve o aluno que vem da Câmara de Ponta Delgada?"

E nós vamos ver que o aluno que vem da Câmara de Ponta Delgada teve 50%!

E quanto é que teve o aluno que veio da Câmara de Vila do Porto? O aluno que veio da Câmara de Vila do Porto, teve cerca de 23%!

Quanto é que teve o aluno do PSD que quer ser o próximo delegado de turma, o aluno da Ribeira Grande? O aluno da Ribeira Grande teve cerca de 50%!

Bom, qual é o aluno que é mau? É o que tem 72%, ou são os alunos todos que têm uma média abaixo dos 50%?

Diz esse professor: "Bom, mas nesta turma este aluno é melhor do que os outros, mas há ali umas turmas ao lado em que os alunos são melhores!".

Então fomos ver as turmas ao lado. O que é que tem a turma da Madeira? A turma da Madeira tem uma execução na ordem dos 61%! E quanto é que tem a turma da República nos últimos anos? Foram acima ou inferior das execuções

dos Açores? Foram sempre abaixo, até quando os delegados de turma que estavam à frente eram do PSD!

Deputado José San-Bento *(PS):* Vamos ter de arranjar delegados de turma novos!

O Orador: Curiosamente o professor do BE que veio criticar, não se lembrou das execuções do PSD na República, nem no continente, quando ele dava lá umas aulinhas e uma ajudinha ao PS.

Portanto, quando nós criticamos alguém, devemos ter o cuidado de verificar quanto é que têm todos em média.

Deputado Carlos Silva *(PS):* O que é que se passa afinal?

O Orador: Se todos têm execuções baixas e por acaso há um que até tem acima da média, que é o caso do Governo dos Açores, talvez devamos pensar se o problema não estará na nossa casa, em vez de criticar a casa dos outros. Essa é a questão.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* A casa é vossa!

O Orador: Segundo ponto: qual é a evolução desse aluno? Qual é a evolução do trabalho do Governo dos Açores? O aluno está a piorar ou está a melhorar?

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados …

Se isto fosse uma turma eu pedia para ficarem calados enquanto o outro aluno diz alguma coisa.

Portanto, qual é a evolução do Governo dos Açores? O que é que justifica a urgência do PSD em chegar aqui: temos que discutir rapidamente a execução do ano que já terminou! Primeiro ponto que nos parece minimamente estranho.

Eu até percebia: Bom, vamos tentar com urgência verificar a execução do ano corrente. Não! Não! Os senhores querem falar é do que já terminou.

Agora, é pior ou é melhor? Essa é que é a questão que todos devem verificar. Nós estamos a melhorar ou estamos a piorar?

Obviamente, nós tínhamos 70%, estamos nos 72% de execução. Srs. Deputados, isto é simples matemática, simples aritmética, estamos a melhorar, de 70 para 72 há um crescimento. A execução real em termos de milhões de euros, nós aumentamos o valor do investimento realizado! E os senhores vêm dizer aqui que temos urgência em debater uma situação que está a melhorar! Isto não faz qualquer tipo de sentido, tal como não faz qualquer tipo de sentido vir fazer depois um conjunto de acusações pessoais, como já se fez aqui: comparar o Vice-Presidente a Salazar …

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Quem é que disse isso?

O Orador: … sem saber distinguir o que é que são 20% a 20 pontos percentuais, em termos de diferenças de taxas de execução.

Oh, Srs. Deputados, faz muita diferença, faz muita diferença!

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, nós sabemos que os resultados que temos poderiam ser melhores. Nós gostaríamos de ter taxas de execução superiores, gostaríamos de ter taxas de execução de 100%, naturalmente. Gostaríamos! Agora, sem dúvida que o percurso que estamos a realizar está a melhorar, está a permitir ter resultados, nós acreditamos que no futuro vamos conseguir melhorar, aquilo que temos conseguido realizar.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, comparem com o que é comparável, olhem para os vossos municípios, porque se os senhores têm a capacidade de vir aqui criticar, de vir aqui chumbar o orçamento do Governo dos Açores, tenham já de vez a hombridade de vir às vossas Câmaras e aos vossos municípios, chumbar os orçamentos das vossas Câmaras. Nós não fazemos isso, porque nós percebemos as condicionalidades, a execução foi cerca de 50%.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Quando? Em 2017?

O Orador: No ano de 2016!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Quanto é que foi?

O Orador: Sem as alterações orçamentais foram efetuadas no último ano, 49,6%.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* 90%! O senhor está a mentir!

O Orador: Não foi não senhor! Eu conheço muito bem esse truque! Os senhores fazem alterações no final do ano do orçamento para ter maior execução.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados …

O Orador: Portanto, os senhores não venham fazer truques contabilísticos, …

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados …

O Orador: … nem malabarismos para tentar ter razão em uma matéria, que na verdade não têm.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* O senhor usou um número falso!

Presidente: Srs. Deputados, o modo de participar no debate é através da inscrição à Mesa e os apartes não podem interferir desta forma nas intervenções.

Sr. Vice-Presidente tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** *(Sérgio Ávila):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só muito rapidamente para voltar a reafirmar este cuidado que se deve ter na análise, se nós estamos a falar de investimento e para abordar a execução de

cada área de investimento, não podemos fazer essa análise apenas parcelar, de uma das componentes do investimento, que é aquela que estão aqui a analisar em termos de execução, que é o capítulo 50 do Orçamento, porque isso distorce completamente os resultados, nomeadamente nas áreas onde o investimento público é feito por outros fundos e não é feito no âmbito do capítulo 50 do Orçamento, cuja taxa de execução estão aqui a analisar. Isso distorce completamente a realidade!

Percebo, acredito, do fundo do coração …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Essa do fundo do coração …!

O Orador: … que possam ter feito isso por algum desconhecimento da matéria mais técnica e não foi, com certeza, com maldade ou com intenção de tentar deturpar a realidade e particularmente isso é mais sensível na matéria como o emprego e a qualificação profissional, onde a execução do investimento público não é feito pelo capítulo 50, o capítulo 50 que está aqui em análise refere-se apenas às transferências correspondentes à parte não comparticipada do Fundo Social Europeu, dos 15% para o Fundo Regional do Emprego.

Ora bem, em 2017 a execução da ação do programa Emprego e Qualificação Profissional, foi o valor mais elevado, 54 milhões de euros.

A parte dos 15% que é aquela do capítulo 50, que representa neste caso concreto apenas 2,7 milhões de euros, foi substancialmente mais baixa por uma razão muito simples, porque em 2017 o Fundo Regional do Emprego recebeu fundos comunitários do Fundo Social Europeu de execuções de anos anteriores e não preciso, felizmente, à Região transferir o montante dos 15%, porque a obtenção de receitas de fundos comunitários do Fundo Social Europeu para a execução do plano de investimentos do Fundo Regional do Emprego, obteve receitas de execução do ano anterior, por isso essa taxa de execução muito baixa, que não tem nenhum impacto, nenhum significado na execução das políticas de emprego e qualificação profissional, porque elas não são medidas

no capitulo 50, são medidas através da execução do Fundo Regional do Emprego, que é quem executa efetivamente essas medidas.

Portanto, essa análise como foi feita distorce totalmente a realidade e pretende tirar conclusões que não correspondem efetivamente ao que aconteceu em termos de execução, daí a necessidade para um maior rigor desta análise, de toda esta análise ser feita na globalidade, por um lado, e por outro lado também se feito em todas as componentes orçamentais.

Por exemplo, também o sr. Deputado Artur Lima referiu que foi muito baixa a execução da saúde.

Ora bem, a execução orçamental da saúde, transferências para o Serviço Regional de Saúde, em que estavam previstos 300 milhões de euros, foram executados os 300 milhões de euros, uma execução de 100%, o que demonstra bem a prioridade que demos ao Serviço Regional de Saúde e ao financiamento do Serviço Regional de Saúde. Não foi na execução do capítulo 50, que é relevante o financiamento do Serviço Regional de Saúde, mas sim a componente do Orçamento que teve uma execução de 100%, 300 milhões de euros.

Daí que a execução efetiva do documento que discutimos aqui que é o orçamento da Região, reafirmo, essa taxa de execução global que engloba todas essas componentes foi de 88%, o que se fosse uma classificação académica seria considerado como muito bem.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Prescindo.

Presidente: Sendo assim tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros** *(PSD):* Sra. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de clarificar uma questão que foi levantada e que é legítima, que tem a ver com a oportunidade da urgência.

Eu percebo que eventualmente não tenham estado atentos, mas na intervenção inicial que fiz reconheci que o ano 2017 está encerrado, o que interessa aqui e essa é a oportunidade do debate é tirar conclusões para o futuro, nomeadamente para a execução do orçamento de 2018 e é uma oportunidade única porque nós discutimos a execução quando estamos a discutir o orçamento do ano seguinte e o plano do ano seguinte, portanto são duas horas, ou duas horas e meia do tempo desta Assembleia que pode ser muito útil para o futuro.

Portanto a urgência tem a ver não com aquilo que se passou, mas com as lições que se podem tirar e que se devem para o futuro.

A segunda questão e aqui dirijo-me ao Sr. Vice-Presidente.

Em 2005, o senhor já tinha a tutela das finanças, penso que não era Vice-Presidente, mas tinha a tutela das Finanças, eu percebo que talvez seja tarde demais, mas tenho que lhe dar os parabéns, porque teve uma execução em 2005 de 94%, já existia Tribunal de Contas; em 2006 também da sua responsabilidade teve 94%; em 2007 teve 96%; em 2008 baixou para 88 e depois há aqui um conjunto de reduções, mas com as mesmas condições, existindo Tribunal de Contas, dou-lhe o mérito de ter conseguido execuções de plano de valores bastante elevados.

É isso que nós gostaríamos, é que aquilo que é aprovado nesta Assembleia, seja executado e há aqui um padrão de não execução que é mau, é mau para a credibilidade do Governo, é mau para a própria Assembleia, portanto a questão que estamos aqui a levantar é tão simples quanto essa, só há 370 milhões, ou 380, vamos orçamentar obras que sejam compatíveis com os meios disponíveis.

A questão da evolução subiu, bom eu não vou entrar nessa questão e o senhor sabe que é irrelevante, subiu 6 milhões de euros o ano passado, não é conversa relevante porque estamos a falar de ordens de grandeza de 517 milhões, foram 368 o ano passado, este ano são 372, mas também podia entrar nessa dialética e dizia-lhe que em 2013 foram 372, primeiro ano de legislatura com uma taxa de execução de 85% e baixou em 2014 para 317 milhões de euros. Interessa aqui ver o padrão até porque há questões que ultrapassam o Governo, os fundos que são disponíveis em cada um dos anos, portanto a variação de um ano para o outro, um acréscimo ou um decréscimo tem alguma pouca relevância, não estou a dizer que 6 milhões não é muito dinheiro, é muito dinheiro, mas estou a falar aqui num padrão de execução e é isso que é revelante.

Outra questão aí permita-me, mas não posso levar a sério nem ninguém pode levar a sério, nós estamos aqui a discutir o plano de investimentos, não estamos a discutir o orçamento, despesas com pessoal, despesas com aquisição de serviços, portanto estamos a discutir o plano de investimentos e é essa matéria que nos deve ocupar aqui.

Portanto, quando o Sr. Vice-Presidente fala que a taxa de execução deve incluir outras vertentes não é correto, não é honesto intelectualmente. Eu sei que concorda comigo, disse o que não queria, mas foi conveniente.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Outra questão que tem a ver com os outros fundos. Os outros fundos são 270 milhões de euros, que consta da proposta inicial do plano e percebemos que há falta de informação e penso que reconheceu aqui, há aqui informação na fase inicial, mas depois não há no acompanhamento, penso que o Tribunal de Contas já chamou a atenção para isso e seguramente que o Governo terá condições de melhorar a informação que presta à Assembleia, relativamente a esses outros fundos, nomeadamente no Fundo Social Europeu que cobre uma parte do que disse a Sra. Deputada Zuraida Soares, mas não

deixa de ter razão porque o Governo tinha orçamentado sete milhões de euros nessa rúbrica e não os executou.

Portanto, não tem a ver com o resto, tem a ver com isso.

Portanto a nossa postura aqui é pela positiva e a urgência também lança um repto ao Sr. Vice-Presidente e ao Governo.

Se acha que a execução de 2018 é uma execução que terá uma taxa de execução semelhante e não há aqui possibilidade de melhoria, então por que é que não traz à Assembleia propostas de alterações, para que seja a própria Assembleia que aprovou esses programas, possa aprovar aqueles que não vão ser executados.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Bem aqui a questão é a seguinte, fundamentalmente: é possível fazer melhor? Claro que é possível fazer melhor! Quem se senta ali na Vice-Presidência já fez melhor, já fez, por exemplo, 95,8% em 2007. Já fez melhor! É possível fazer melhor? Claro que é, como por exemplo nos governos de Carlos César.

O problema, eu estou convencido que a responsabilidade é em grande parte, ou quase inteiramente da responsabilidade do novo Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro, evidentemente, mas não será da total responsabilidade do Sr. Presidente do Governo Regional, terá para aí uma responsabilidade de 90%.

Deputado Francisco César *(PS):* É tão previsível que até cansa!

O Orador: Os meus números valem tanto como os do Governo, portanto podemos aqui quando estamos a falar de erros de 20%, 30%, portanto eu também arrisco um número. A responsabilidade do Sr. Presidente do Governo regional, será na ordem dos 90%.

Mas a questão tem a ver com o seguinte: progressivamente e esta é que é a questão de fundo e acho que é a questão fundamental, que é a perda de credibilidade destes documentos, documentos com taxas de execução, como por exemplo em 2005, de 94%, ou em 2006 de 94% também; ou em 2007, 95,8%, isso são documentos credíveis e, portanto, de facto nós sabíamos, a sociedade açoriana sabia com o que é que contava e sabia que aquilo era a sério, não era propaganda, que era de facto executado.

Neste momento não estamos na idade da propaganda pura e simples, porque executar apenas 72% de um Plano é pura propaganda, é pura demagogia, é dizer vamos fazer isto e aquilo e depois não fazer grande parte disso.

Deputado Carlos Silva *(PS):* 374 milhões de euros!

O Orador: Portanto, Sr. Vice-Presidente, reafirmo o que lhe disse na primeira intervenção que aqui realizei. É possível fazer melhor? É! Os senhores já provaram isso. O problema é que há muitos, muitos anos, os senhores principalmente desde que o Sr. Presidente do Governo Regional iniciou funções, há muito tempo que o Orçamento e o Plano deixou de ser credível.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sra. Presidente, uma interpelação para fazer chegar à Mesa, para poder distribuir às Sras. e Srs. Deputados, uma notícia recente relativamente à execução deste caso da Câmara da Ribeira Grande, que não foi de 50 e tal por cento como referiram, mas de 92,8%,

portanto quando se argumenta com base em falsidades, os argumentos caem pela base. 92% é a execução oficial.

Presidente: A Mesa depois irá distribuir.

Para uma interpelação à Mesa, ou intervenção, Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** *(PS):* Uma interpelação.

Presidente: Uma interpelação à Mesa, tem a palavra Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu faço esta interpelação à Mesa e aproveitando até o facto de o Sr. Deputado Duarte Freitas estar a ficar especialista em pedir desculpa a esta câmara, para entregar dois documentos:

O primeiro, é o plano plurianual de investimentos da Câmara da Ribeira Grande, no ano de 2017, cujo valor previsto de investimento é de 10 milhões e 720 mil;

O segundo, é para entregar a execução anual do plano plurianual de investimentos, cujo valor executado de investimentos é de 5 milhões, 315 mil, ou seja, as contas que eu apresentei nesta câmara, são as contas sem as referidas alterações orçamentais.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César…

O Orador: Seria muito fácil ao Governo Regional dos Açores, ter 100% de execução, bastava ter que chegar aqui no último mês, ou no mês de outubro e fazer uma alteração orçamental para conseguir ter 100%.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mas o que é isto?

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, a Mesa …

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: … concedeu a mesma tolerância ao Sr. Deputado Francisco César, que ao Sr. Deputado Duarte Freitas, aquando da entrega de documentos, ambos descreveram aquilo que estavam a apresentar, portanto a Mesa permitiu.
Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.
(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
Ficou aqui bem claro e explícito na resposta na interpelação do Sr. Deputado Francisco César, a razão da intervenção do Sr. Deputado António Vasco Neto Viveiros, o senhor talvez não ouviu.
O que ele disse foi a importância e a relevância de estarmos aqui a discutir a execução de 2017 tempestivamente, a tempo do Governo Regional, se sabe que não vai executar boa parte das verbas, fazer as alterações neste Parlamento, que é o que aprova o Plano e deve aprovar as alterações. É isso que é feito nas Câmaras Municipais e o senhor não refere!
Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: As Câmaras Municipais do PSD e do PS fazem alterações orçamentais para adequar aquilo que está planeado de início em função daquilo que não vão executar, com toda a transparência perante os órgãos municipais.

Aquilo que os senhores não fazem é ter a mesma transparência, dizendo à partida que vão executar, o que sabem que não vão executar e nem a meio do ano são capazes de reconhecer esse facto.

Portanto, Sr. Deputado Francisco César, eu agradeço-lhe o argumento acrescido que deu à intervenção do PSD, do Deputado António Vasco neto Viveiros e a razão acrescida que deu a esta interpelação.

Ficaremos naturalmente a aguardar que o Governo Regional, proponha as alterações ao Plano de 2018 que garantam uma execução como as câmaras municipais, no caso da que falámos de 98%.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Duarte Freitas, isto hoje não lhe está a correr nada bem!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* O senhor é que sabe!

Deputado Paulo Parece *(PSD):* É um iluminado!

O Orador: Eu posso dar a minha opinião!

Então o senhor primeiro chega aqui e diz: temos uma execução na Câmara da Ribeira Grande de 90 e tal por cento e depois vamos verificar a diferença era só de 10 para 5. De 10 parra 5!

Segundo: mas afinal há alterações orçamentais, um truque que se faz no final do ano para conseguir taxas de execução na ordem dos 90%. Chega o senhor aqui e diz: “Os senhores deviam aprender connosco, as câmaras do PSD fazem isso!”.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* As alterações orçamentais para que servem?

O Orador: Oh, Sr. Deputado Duarte Freitas, a Câmara de Ponta Delgada tem uma execução de 49,8% e não fez nada disso! Nada disso! Por que é que a Câmara de Ponta Delgada não recebeu a sua orientação de fazer um truque no final do mandato?

Deputado Carlos Silva *(PS):* Porque não recebeu instruções dele!

O Orador: Talvez seja porque preferiu que o orçamento revelasse exatamente aquilo que foi o trabalho deles durante o ano.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, isto não lhe está a correr bem, ou então há aqui outra coisa, que é o Sr. Deputado prefere proteger a Ribeira Grande, a Ponta Delgada!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, a conclusão a que nós chegamos é que as contas do governo são aquilo que são, as contas da Câmara da Ribeira Grande são aquilo que parecem, aquilo que na verdade não são! O senhor o que fala é aquilo que parecer ser!

Sobre essa matéria nós estamos à vontade. A verdade e o nosso trabalho, estão revelados nas nossas contas. Nas vossas pelos vistos não está!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Focando aquilo que são as questões essenciais que aqui estamos a falar e não as derivações …

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados …

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, se quiser que eu vá pelas derivações também vou, mas acho que é melhor para si não irmos pelas derivações, vamos continuando.

Deputado Francisco César *(PS):* Para mim!

O Orador: Aquilo que eu tenho de experiência, eu já fui autarca é que ao longo do ano, as Câmaras Municipais, normalmente fazem alterações orçamentais …

Deputado Francisco César *(PS):* Ponta Delgada não faz!

O Orador: Não faz num ano, faz no outro, todas as Câmaras o fazem, do PS e do PSD e qual é a grande diferença? É porque essas pessoas nas Câmaras Municipais estão muito mais próximas dos cidadãos e da fiscalização dos cidadãos.

Deputado Manuel Pereira *(PS):* Não tem nada a ver com isso!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados …

O Orador: Sr. Deputado André Bradford, quando o senhor era do CDS-PP, eu já era autarca do PSD, nessa altura já tinha essa experiência da fiscalização, das pessoas, dos cidadãos que estão próximas dos autarcas e que fazem que quando há um planeado que não pode ser cumprido, há uma adequação na Assembleia Municipal. Isso é razoável, natural, normal em todas as Câmaras Municipais.

Aquilo que está em causa aqui neste Parlamento e nós devíamos defender e dignificar este Parlamento por essa via, é que quando o Governo sabe que não vai executar uma determinada verba, uma determinada rúbrica do plano regional, devia neste Parlamento dizer qual é que não vai executar porque senão nós só víamos na Conta três anos depois, aquilo que tinha sido prometido e o que tinha sido executado e é também a dignificação desta Parlamento, Sra. Presidente, que nós aqui defendemos. Qual é o papel deste Parlamento como órgão que analisa e aprova as Contas da Região? É só aprovar algo que o Governo já sabe que não vai cumprir! Então por que é que não fazem as alterações orçamentais aqui para poder dizer às açorianas e açorianos aquilo que não vão executar e eu desafio o Sr. Vice-Presidente.

Sr. Vice-Presidente, já hoje o senhor sabe muitas das rúbricas que não vai executar! Pode dizer à câmara quais serão elas? Está pensando apresentar propostas de alteração para nós nos pronunciarmos sobre elas, ou vai continuar com o faz de conta das contas regionais?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A gestão dos dinheiros públicos do orçamento regional, nacional ou da União Europeia com impacto na economia e na sociedade açoriana, constituem a mais importante responsabilidade do Governo dos Açores.

É com esses recursos financeiros que se fazem os investimentos públicos ou se apoia o investimento privado.

Quero, por isso, falar do setor dos milhões anunciados pelo governo – a Agricultura, por vezes muito incompreendido pelos açorianos menos esclarecidos, induzidos por esse discurso público.

São, por isso, determinantes os documentos de Orientação de Médio Prazo e dos Planos Anuais, sobre os quais recaem, à data da sua apresentação e discussão, as atenções de políticos, parceiros sociais, comunicação social e açorianos.

É vulgar ouvir-se "O maior e o melhor plano de sempre".

Exige-se, então, rigor e credibilidade dos documentos, mas principalmente da sua execução e o cumprimento dos montantes prometidos.

Com níveis elevados de financiamento da União Europeia a Agricultura é certamente o setor que, consumindo menos recursos do orçamento regional, pode promover um maior investimento.

Em 2017 foram evidentes as preocupações dos agricultores e das suas organizações quer no que respeita à quebra de rendimento, quer quanto ao processo de modernização das explorações agrícolas, quer ao investimento em infraestruturas essenciais à vida e à competitividade do setor agrícola.

Olhamos para o programa Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural na execução financeira de 2017 e faltam mais de 16 milhões de euros nos investimentos públicos agrícolas, num ano apenas.

Com 59 milhões de euros o governo previa um investimento público de 170 milhões com a aplicação de outros fundos. Com apenas 42 milhões, agora evidentes, tudo fica a perder.

Sem fazer o trabalho de casa junto do Governo da República e da Comissão Europeia o Governo dos Açores agarra verbas do orçamento regional para compensar os rateios de um Posei que já não serve a realidade agrícola atual, e compromete, ao mesmo tempo o investimento em infraestruturas agrícolas

essenciais à competitividade do setor agrícola e vai atrasando a aprovação de candidaturas aos projetos de modernização agrícola.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em todas as ilhas são evidentes as necessidades de novas captações e estruturas de armazenamento de água com a qualidade compatível com as exigências adequadas.

Continuamos a ter água a correr para o mar, e agricultores a transportar água para as explorações em pleno século vinte e um.

Continuamos sem redes de distribuição de água agrícola ou com redes deficientes com horário de fornecimento, como acontece na maior bacia leiteira dos Açores.

É para isso que serve o dinheiro público prometido, mas não cumprido.

A gestão, manutenção e requalificação dos caminhos agrícolas, agora caminhos agroturísticos, é uma confusão.

Caminhos do IROA, caminhos dos Florestais, caminhos das Câmaras e das Juntas, supostamente com apoio governamental, e caminhos sem dono estão hoje por todo o lado envergonhando o acesso à nossa paisagem e dificultando a qualidade de vida dos agricultores e o custo de produção agrícola.

Entre as necessidades de energia elétrica para as explorações com salas de ordenha, mas também para facilitar investimentos em agroturismo pelas famílias dos agricultores, desconhece-se qual a estratégia do governo, que responde a pedido e quase fazendo favor a este ou aquele agricultor.

Na maior parte dos casos por cada milhão não aplicado do plano deixaram de se fazer 3 milhões de investimento.

Com menos 16 milhões é só fazer a conta.

No âmbito da Modernização das Explorações Agrícolas com 24 milhões previa-se um investimento de 51 milhões. Com a execução de cerca de 16 milhões

deixaram de ser investidos mais de 20 milhões na modernização das explorações.

Há custos elevados de produção por via das limitações estruturais a que estão sujeitas as explorações agrícolas: o acesso a fatores de produção com a melhor relação preço/qualidade, a dimensão média das explorações, limites à mecanização eficiente a baixo custo, acesso a água em quantidade e qualidade e sistemas de eletrificação agrícola e de acessos às explorações, bem como transportes marítimos e aéreos de mercadorias que se querem mais baratos e eficientes e que coloquem os agricultores de todas as ilhas em igualdade de circunstâncias e competitividade.

Com esta baixa execução do plano anual de 2017 facilmente se percebe que os agricultores, as associações agrícolas e a Federação Agrícola dos Açores foram enganadas pelo Governo dos Açores, aguentando a paz social de um setor agrícola em dificuldades.

O governo dos Açores não assume as dificuldades financeiras que atravessa, apesar dos fundos europeus que vêm sendo disponibilizados ao longo dos anos e nem sempre bem aplicados no investimento sustentável da Agricultura dos Açores.

Só assim se compreende o atraso que persiste nas estruturas agrícolas públicas açorianas no contexto europeu no qual competimos.

A relevância da Agricultura nos Açores, qualidade das produções e o esforço dos agricultores mereciam que já estivessem concluídas as principais infraestruturas públicas que servem o setor

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

Se o governo dos Açores não investir na competitividade sustentável da Agricultura dos Açores através da aposta em novos produtos e novos mercados que acrescentem valor ao produto agrícola dos Açores e melhorem o rendimento dos agricultores por via do mercado, vai continuar a ter de subsidiar

diretamente o rendimento dos agricultores até não ter capacidade financeira para o fazer.

E aí, será tarde demais.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

O Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 18 minutos e 23 segundos;

O PS, 16 minutos e 31 segundos;

O PSD, de 11 minutos e 20 segundos;

O CDS-PP, 10 minutos e 58 segundos;

O BE, de 4 minutos e 57 segundos;

O PCP, de 10 minutos;

O PPM, de 1 minuto e 49 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 09 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo** *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O instrumento primordial e de fundamental importância, o orçamento regional, traduzindo em números aquilo que é a atividade do Governo naturalmente merece, aquando da sua discussão e aprovação, cuidada análise e ponderação por parte, quer dos agentes da chamada sociedade civil, quer de modo muito especial e, como não podia deixar de ser, por parte desta Assembleia, à qual incumbe a responsabilidade maior da sua aprovação, porque as verbas inscritas ou não inscritas no Plano Regional Anual traduzem com clareza as orientações políticas que o Governo pretende prosseguir, é natural que desde logo tenhamos uma visão mais ou menos clara daquilo que será a governação e para onde a mesma nos conduz.

Se é importante e fundamental que à partida conheçamos os objetivos definidos na Lei do Orçamento, não é menos importante acompanhar como o orçamento na prática é posto também em prática.

O acompanhamento da execução orçamental é uma peça essencial no papel da fiscalização da atividade governativa, que cabe a esta Assembleia e a todos os seus membros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Acompanhar com rigor, exigir a execução orçamental é algo que implica aturada e constante vigilância; permanente acompanhamento; rigorosos e exigentes critérios de análise e elaboração de dados concretos e objetivos.

Cumprir com rigor, exido e necessário, estas funções, é uma tarefa exigente que no caso da República conduz à criação da unidade técnica de apoio ao orçamento, precisamente com as missões referidas, sendo discutível a

composição e a orgânica deste tipo de organismo, é sem dúvida unanimemente aceite que o trabalho desenvolvido é relevante e confiável.

A existência de uma unidade com as mesmas funções a nível desta Assembleia, para além de ser uma falha grave, torna o trabalho de fiscalização dos Deputados mais difícil e limitado e como parece óbvio é precisamente isso que interessa a uma maioria do PS.

A sucessiva recusa por parte da maioria socialista da existência de uma unidade técnica de apoio ao Orçamento, leva-nos naturalmente a questionar o porquê de tal recusa …

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* É verdade, Sr. Deputado!

O Orador: … e o que se pretende efetivamente ocultar, ou pelo menos mascarar, quando se evita que um rigor do trabalho técnico seja permanente efetuado no tocante ao orçamento regional e à sua execução.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Mesmo sem o rigor que os dados que uma unidade técnica como a referida poderia fornecer, mesmo sem grande esforço e análise facilmente verificamos que o grau de execução orçamental do ano 2017 ficou muito aquém daquilo que seria exigível.

Quando a percentagem de execução de investimento público se situa abaixo dos 75%, efetivamente temos de admitir que estamos perante um grau de execução extremamente baixo.

Não serão necessários também grandes esforços para perceber o nível de execução extremamente baixo em setores tão fundamentais como a saúde, a educação ou o desenvolvimento tecnológico, que naturalmente nos deve deixar deveras preocupados.

Note-se: o programa 8.2 "beneficiação de infraestruturas de saúde" tinha uma dotação de cerca de 3,2 milhões de euros, tendo sido em 2017 apenas despendido 27%.

Aqui constavam aa beneficiações dos centros de saúde da Calheta e das Velas de S. Jorge, das Lajes do Pico, Santa Cruz das Flores, Graciosa e do Corvo.

Por outro lado, o pagamento de rendas de parcerias público privadas do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, a execução orçamental superou os 80%.

Note-se também que o programa 14.14 "coesão territorial de transportes", tinha uma dotação de cerca de 3.8 milhões de euros, tendo sido em 2017 apenas despendido 24%. Aqui constam as transferências para o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico para desenvolvimento das ações destinadas a promover a coesão económica entre as ilhas da Região.

Por outro lado, o programa que inclui o pagamento de rendas rodoviárias em S. Miguel, as SCUT's, aí a execução orçamental atingiu 98%.

O que dizer quanto ao emprego e à qualificação profissional, que nem 30% da execução orçamental em 2017? E quanto à cooperação com as autarquias locais? Ou quanto às construções escolares com apenas 65% da execução, ou infraestruturas e equipamentos portuários e aeroportuários com apenas 55% de execução?

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Se para o Governo do PS é fácil através de toda uma campanha de propaganda e de convencimento forçado levar a que se propague a ideia dos seus excelentes sucessos governativos nesta Região, já quando colocado perante a frieza dos números não há propaganda nem pressões que evitem a que cada qual faça a leitura que se impõe.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu podia fazer aqui, ou adotar a mesma postura, estratégia ou mesmo o exercício de repetição de argumentos que tem vindo a ser feito, em especial aqui pelo Sr. Deputado António Almeida, que refutavam todas as afirmações e eu aqui foram feitas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Mas não consegue!

A Oradora: Poderia referir, por exemplo, o investimento feito na modernização das explorações agrícolas que afetam toda a estrutura de custos; poderia lembrar no abastecimento, por exemplo de água às explorações, numa área de 523 km de rede, em 190 postos de abastecimento; poderia falar na eletrificação de explorações, 317 eletrificações concretizadas e 117 em curso; poderia também falar na beneficiação de acessos e caminhos rurais, numa extensão de 314 km feito pelo IROA; poderia falar numa área de 1.419 km pela Direção Regional; poderia no SICATE, no RICTA, enfim, podia falar de tantas outras coisas.

Podia também falar no esforço efetivo que tem sido feito na defesa do setor leiteiro e na mediação que tem sido feita e na estratégia implementada, quer através do CALL entre outras coisas.

Podia também falar na diversificação agrícola que permitiu o aumento das exportações que depois permitiu a diminuição das importações. Podia fazer isso, não o farei! Não o farei e focar-me-ei noutra questão que me deixa um bocadinho mais apreensiva.

Falarei, por exemplo em palavras que foram utilizadas pelo Sr. Deputado, como por exemplo propaganda vulgar, ou fazer favores aos produtores.

Estas palavras para nós não são aceites, nem são consideradas de ânimo leve, nesta bancada e por este partido.

Usar este tipo de argumento e linguagem para desconsiderar o papel do Governo Regional nesta matéria é desonestidade política, é uma vã tentativa de desacreditar o compromisso deste Governo que foi e é legitimado pelos açorianos. Nós não aceitamos e esta é uma estratégia que o Sr. Deputado implementa.

Deputado António Almeida *(PSD):* Nem queremos que aceite!

A Oradora: Exatamente! Nós não aceitamos que este tipo de argumento e linguagem seja utilizada e muito menos a sua retórica em especial para diminuir o investimento e o esforço deste Governo em definir e implementar estratégias e aplicar verbas em prol do investimento. Se está redondo, Sr. Deputado, está tanto quanto a sua retórica! Se o meu está, está a par da sua!

Portanto, para finalizar, o que nós não permitimos nem consideramos é que não se pode substituir acima de tudo o valor e o esforço que é feito, coordenado com a estratégia do Governo, coordenado com o histórico e o capital que o PS tem nesta matéria.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Vai falar das Velas!

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, sempre que os Deputados desta Casa tentam exercer as funções para as quais foram mandatados, que é efetivamente avaliar, acompanhar as políticas governativas e é para isso que existem Deputados nesta Casa, representam quem os elegeu, …

Deputado Manuel Pereira *(PS):* É a democracia!

A Oradora: … este exercício que estamos hoje aqui a fazer mostra bem a diferença, entre a força de uma maioria socialista que faz com que seja facilmente qualquer coisa aprovada, e a grande diferença da capacidade de governar e de que essa coisa seja efetivamente executada e estamos a falar do Plano de Investimentos para 2017. Essa é a grande diferença, são 144 milhões. A diferença entre o que a maioria socialista conseguiu aprovar e aquilo que o Governo conseguiu efetivamente executar e não é tão pouco como aquilo que a bancada do PS quer fazer crer, porque 144 milhões não executados, é praticamente 40% dos 373 que o Governo conseguiu efetivamente executar.

Bom, mas aquilo que é seguramente difícil de compreender para os açorianos, é ouvir o Sr. Vice-Presidente a congratular-se de que tem uma execução de 100% da receita, ou seja, quer dizer que o Governo gastou toda a receita que tinha, mas depois chegamos ao Plano e faltam 144 milhões, ou seja, o Governo orçamentou mais 144 milhões do que tinha efetivamente para gastar …

Deputado Francisco César *(PS):* Não está a correr bem!

A Oradora: … e isto é enganar deliberadamente os açorianos.

Deputado Francisco César *(PS):* Não é nada!

A Oradora: É enganar, senão aquilo que nós agradecemos humildemente que nos expliquem, é como e que é possível gastar o dinheiro todo que se tem, ou seja, ter uma execução a 100% da receita e 100% de execução da receita quer dizer eu gastei tudo o que tinha e se orçamentei mais 144 milhões, quer dizer que estou deliberadamente a enganar os açorianos porque orçamentei mais do que tinha para gastar.

Isto é uma leitura obviamente de quem não é especialista da matéria e que imagino que seja a grande maioria dos açorianos, mas que o Governo terá seguramente oportunidade de explicar.

Depois é interessante verificar …

Deputado Francisco César *(PS):* E o Presidente da Câmara das Velas?

A Oradora: Eu não sei se a taxa de execução da Câmara de Velas me dá legitimidade para vir a este Parlamento falar. Os Srs. Deputados do PS dão licença? Pode ser? Muito obrigada.

É interessante verificar que em 2014 quando estávamos no auge da austeridade, foram executados 317 milhões e em 2015, que era um ano igualmente difícil, foi o ano do fim das quotas leiteiras, o Governo conseguiu fazer um esforço e aumentar em 45 milhões o orçamento executado, mas depois em 2016, de 2016 para 2017, quando o Sr. Vice-Presidente diz que a Região está economicamente robusta, que está finalmente a crescer, só conseguem aumentar em 5 milhões a execução.

Afinal, a Região nos anos da austeridade estava muito melhor, conseguimos fazer aumentos de execução na ordem dos 45 milhões e na altura que a economia estava completamente florescendo, só conseguimos aumentar 5 milhões.

Portanto, também agradecia que o Sr. Vice-Presidente, ou quem assim o entender nos explicasse.

Finalmente, eu devo dizer que vai ser difícil os anos que se avizinham, porque que credibilidade é que o Governo Regional tem para se indignar que a Europa faça um decréscimo de três milhões no envelope do POSEI, quando o próprio Governo Regional fica por executar 17 milhões na agricultura todos os anos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma pena que o Sr. Vice-Presidente não esteja presente, porque eu gostaria de falar diretamente com ele, mas está ali, está a descansar, se estivesse a trabalhar estava aqui.

Portanto, mas eu de qualquer maneira, já que não tenho o Sr. Vice-Presidente, vou dirigir-me ao Sr. Secretário Regional da Presidência, para fazer duas observações que são as seguintes:

O tema do debate de urgência que nós estamos a travar neste momento é execução do Plano Regional Anual de 2017 e a esse propósito os Deputados e Deputadas desta Casa têm um documento que tem por título, "2017 – Plano Regional Anual, Relatório de Execução Financeira Anual", no qual legitimamente se baseiam para fazer a leitura política dos números da execução que aqui estão.

Deputado André Bradford *(PS):* Tem é que saber ler!

A Oradora: Eu compreendo!

Entendeu o Sr. Vice-Presidente, porque não gostou das referências e da análise política que o BE fez, nomeadamente ao emprego e à formação profissional, nomeadamente à ciência e investigação, nomeadamente à saúde e ao paupérrimo investimento público que há nestas áreas em termos de execução e para dar a volta ao assunto resolveu fazer questão de dar uma aula ao BE, sobre quê, Sras. e Srs. Deputados? Sobre as gavetinhas, as matrioskas, que ano após ano se escondem no Plano e Orçamento desta Casa e para os quais gavetinhas e matrioskas, para os quais o Tribunal de Contas tem chamado também ano após ano a atenção, e então que pena o Sr. Vice-Presidente não estar ali porque eu tenho uma alternativa: eu dispenso a aula, mas eu desafio-o a fazer outra coisa, é a honrar e a praticar o pacote de transparência que plenário passado aprovámos, e bem, por proposta do PS e a juntar a isto a taxa de execução

daqueles fundos, daquelas gavetinhas, daquelas matrioskas que não nunca estão em rubrica nenhuma, mas acabam sempre por aparecer …

Deputado Francisco César *(PS):* Mas isso vem na Conta da Região!

A Oradora: Não estão, não, Sr. Deputado! Não estão e é o Tribunal de Contas que o diz, não é o BE!

Posso continuar, Sra. Presidente?

É com essas gavetinhas e matrioskas que o Sr. Vice-Presidente transforma uma taxa total de execução de 72,2%, a que o senhor por um lapso insistiu em dizer 72,3, várias vezes, não é, é 72,2, mas conseguiu transformá-la com gavetinhas e matrioskas em 88.

Então, Sr. Vice-Presidente, já que regressou (espero que tenha descansado bem) …

Deputado André Bradford *(PS):* Que agressividade!

A Oradora: … faça-me esse favor, em vez da aula, cumpra o pacote de transparência do seu partido, Sr. Vice-Presidente e junte a isto todos os anos, a taxa de execução dos tais fundos a que eu chamo as gavetinhas e as matrioskas.

Cumprindo, aliás sucessivas chamadas de atenção do tribunal de contas, à Conta da Região.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado César Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros:

Haja saúde a todos!

Sobre a execução do Plano Regional Anual de 2017, a Ilha Terceira tem uma palavra a dizer.

Qualquer cidadão comum que queira fazer uma casa, um conjunto de obras, tem de cumprir pressupostos, prazos, leis que deve obedecer, se não o fizer está sujeito a coimas.

Ora, o Governo Regional que deve ser o exemplo para os cidadãos, infelizmente é o primeiro a não cumprir o que apresenta aos açorianos.

Para o Governo Regional não importa o ano que termina, mais ano, menos ano, mais cem, menos cem, mais milhão, menos milhão, que credibilidade podemos retirar daqui?

Os terceirenses estão fartos disso! Os terceirenses estão fartos de promessas de dez anos e mais! Os terceirenses querem verdade, que o Governo seja sério, quando apresenta o Plano Regional aos açorianos.

Não querem que no cortar das fitas pareça que está tudo bem e que obras prometidas sucessivamente gastam milhões aos contribuintes, aos açorianos, com atrasos e derrapagens e promessas não cumpridas.

Deputado Carlos Silva *(PS):* E na sua freguesia!

O Orador: O Governo Regional está acima da lei? Não senhor!

O Governo Regional não pode assobiar para o lado e pensar que está acima de tudo e de todos!

O Governo Regional não pode fazer orelhas moucas, às posições dos representantes da Ilha Terceira, que exigem uma verdadeira aposta na Ilha e que os compromissos assumidos sejam efetivamente cumpridos.

Onde está o eixo da Base das Lajes, porto da Praia? Onde está a zona económica especial para a zona envolvente da Praia da Vitória e aeroporto das Lajes?

Onde está o terminal de cargas da aerogare das Lajes?

Onde está o cais de cruzeiros do porto da Praia?

Onde está a rampa ro-ro no porto das Pipas?

Onde está o Air Center?

Onde está o PREIT do novo ciclo da ilha terceira?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, a Ilha Terceira dá cartão vermelho à taxa de execução em 2017.

Não sou eu que digo sozinho, mas o Conselho de Ilha, da ilha de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Diz o seguinte: considerar fundamental e inadiável o compromisso efetivo do governo Regional dos Açores na resolução das questões refletidas no PREIT.

A Câmara da Praia da Vitória, e é importante que se lembrem deste exemplo e vejam como a praia da Vitória está, e diz o seguinte a Câmara da Praia, do vosso partido: "A Câmara da Praia da Vitória, mesmo no âmbito, sublinha fundamental a decisão e criação do cronograma temporal e financeiro, com vista ao cumprimento das medidas integradas no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira", que tanto vocês apregoam". Onde é que está? Onde é que está? Onde é que está o desenvolvimento da Praia da Vitória? Onde é que está o desenvolvimento da Ilha Terceira? Digam!

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de colocar uma questão muito concreta ao Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

O CDS tem sido um grande defensor da aposta na aquacultura nos Açores, que ao longo dos anos temos vindo a propor verba para o investimento nessa área, dado o potencial que nós reconhecemos que a Região tem para esse efeito.

Na discussão do Plano e Orçamento para 2017, nós tivemos oportunidade de questionar o Sr. Secretário Regional sobre o desinvestimento que se verificava na aquacultura e se o Governo Regional considerava que essa era uma aposta séria na aquacultura.

O CDS disse que não era nessa altura e para além desse desinvestimento feito e verificado, nós constatamos agora que a taxa de execução da rubrica para os produtos da pesca e da aquacultura é de apenas de 55,7%.

Nós gostaríamos, portanto, que o Sr. Secretário nos pudesse de alguma forma explicar o porquê e qual a razão de uma taxa de execução tão baixa quando já havia sido feito um corte nesta área?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva** *(PS):* Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho novamente para esclarecer a Sra. Deputada Graça Silveira e eu peço um pouco da sua atenção, por favor, porque a Sra. Deputada não falou a verdade, peço desculpa por dizer isso e vou explicar.

A Sra. Deputada fala que o Governo executou 100% das receitas. Ou a Sra. Deputada não teve tempo de consultar os relatórios, ou então desculpe que lhe diga, mas foi negligente na sua análise. Eu farei chegar o documento à Mesa para distribuir.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Qual foi a receita?

O Orador: Receita não fiscal: a receita não fiscal teve uma taxa de execução de 72,86%;

Receitas de capital, tiveram uma execução de 52,38%.

Sra. Deputada, receitas relativas às transferências dos fundos comunitários, teve uma execução de 52%, ou seja, não foram executadas receitas só das transferências de 135 milhões de euros, que é praticamente o valor que a Sra. Deputada refere do investimento de 144, que não foi executado.

Portanto, aquilo que diz não corresponde à verdade, o Governo não executou 100% das receitas. Logo a sua análise está errada e deveria repor a verdade naquilo que disse.

Eu farei chegar o documento para que fique devidamente informada.

Também é curioso que a Sra. Deputada insista em falar do valor que não foi executado, mas esquece-se que foram executados 374 milhões de euros, foram executados mais 56 milhões do que em 2014; mais 6 milhões do que em 2016, ou seja há aqui um crescimento efetivo do valor do investimento que é executado ano após ano.

Sr. Deputado César Toste, o crescimento da Ilha Terceira, reflete-se no crescimento do PIB e no crescimento do turismo, também.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria também de entrar no debate nesta altura se a Sra. Deputada Graça Silveira, permitir.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados …

O Orador: Gostaria de entrar no debate nesta fase para também fazer uma reflexão sobre a matéria que está aqui em debate.

Permita-me, não um aparte, mas uma introdução, falou-se muito de autarquias aqui durante a manhã e durante dez anos fui autarca e fui responsável pela execução de 10 orçamentos e falar em taxas de execução isso daria uma coisa para muitas horas.

Mas vamo-nos centrar naquilo que é essencial e o que é essencial e que me parece importante é que avaliar a dinâmica, avaliar aquilo que é o contributo da agricultura para o desenvolvimento económico da Região, não se pode cingir apenas àquilo que é a taxa de execução do Plano de Investimentos da Região.

É natural que a taxa de execução na agricultura foi ligeiramente superior a 70%, é óbvio que se fosse superior seria melhor, seria desejável, mas na verdade não foi, mas aquilo que importa referir é que nós trabalhamos todos os dias para que consigamos atingir as melhores taxas de execução e consigamos aplicar da melhor forma as verbas que estão disponíveis para o setor agrícola.

Contudo, importa clarificar questões que para quem gere um plano, parece-me muito importante dizer aqui, ainda ninguém falou sobre essa matéria ou não me apercebi que tenha falado, que tem a ver com um conjunto de fatores que muitas vezes o Governo não consegue controlar, ou que os executivos não conseguem controlar.

Refiro-me por exemplo e quando se trata de planos que têm uma componente de investimento muito significativa, refiro-me por exemplo a atrasos nos projetos que são executados, deficiências nos projetos que têm que ser revistos, refiro-me por exemplo a atrasos nos concursos públicos, seja por reclamação de concorrentes, as demoras nos vistos; a situação que aconteceu na agricultura, em que tivemos insolvências e PERES de algumas empresas que atrasaram várias empreitadas, foi preciso repetir os concursos; os próprios atrasos nas obras; as candidaturas que são apresentadas ao PRORURAL ao nível da qualidade dos projetos e felizmente fica muito vezes a desejar o que implica demora na análise dos projetos, implica juntar elementos aos projetos, portanto

tudo isso contribui para que haja uma derrapagem, haja um atraso nas obras e isso, naturalmente, tem uma influência, uma importância muito significativa na execução dos planos de investimento. Isso, naturalmente aconteceu na agricultura.

Portanto, é preciso sermos realistas e fazer essa análise e não pensar que o Governo não tem taxas de execução superiores por falta de motivação ou por falta de ação, muito pelo contrário, aliás batemos todos os dias para de facto recuperarmos esses atrasos e para melhorarmos este desempenho.

Há outra situação que acontece também muito na agricultura que tem a ver com os próprios investimentos que são aprovados no PRORURAL, seja para a indústria, seja para os agricultores, que muitas vezes não são executados com o calendário previsto e isso naturalmente tem implicações no desempenho das taxas de execução do orçamento.

Outro aspeto que as taxas de execução não refletem tem a ver por exemplo com os investimentos que são promovidos pelo IROA, só uma parte do orçamento do IROA é que é no fundo financiado com verbas deste Plano que são executadas por este Plano.

O mesmo acontece com o IAMA ao nível das suas receitas próprias.

Portanto, há aqui um conjunto de outras verbas que são extremamente importantes para o setor agrícola que não tem reflexão nesta taxa de execução, isso se nós cingirmos a discussão apenas à taxa de execução.

Refiro ainda outro exemplo que tem a ver com as ajudas e os apoios no âmbito do PRORURAL, que são financiados em 15% pela Região e também os próprios investimentos promovidos pela indústria e pelos agricultores.

Portanto, todos esses aspetos resultam em milhões de euros, que são muito significativos e que naturalmente contribui para o desenvolvimento da agricultura, contribui para a execução global daquilo que é a ação do Governo na agricultura e, portanto, não devemos cingir a análise a apenas aos números

que fazem parte da execução do Plano e Orçamento e foi isso que o Sr. Deputado António Almeida tentou fazer, ao vir aqui com discurso gasto que tudo está mal, que nada foi feito, que a agricultura está muito mal, que o Governo só resolve os problemas da eletricidade com favores, enfim, um discurso gasto, Sr. Deputado! É preciso também invar, o senhor que fala tanto em inovação também tem que inovar o seu discurso.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O senhor tinha que dar uma ajudinha nisso!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Na verdade o trabalho que tem sido feito, com os recursos disponíveis, quando falamos em execução falamos sempre em receita e falamos em despesa.

Naturalmente, Sra. Deputada, se a execução da receita fosse 100%, naturalmente a execução da despesa seria outra (mas a Sra. Deputada agora está distraída).

Portanto, aquilo que foi o investimento do governo, na área da eletricidade, por exemplo, deu-se um salto qualitativo enorme em termos de qualidade do serviço ao nível da eletricidade.

Nos caminhos: é verdade que nos caminhos temos muito ainda por fazer, muitas vezes damos resposta aos agricultores, reparando caminhos que não são da responsabilidade do Governo e muitas vezes deixamos os nossos para trás, para acudir a infraestruturas que não são nossas.

Ao nível da modernização, ao nível do apoio ao setor, nós temos feito um trabalho, é verdade que ainda há muito para fazer, naturalmente se houvesse mais recursos, faríamos mais, mas a realidade é essa, temos que ver e temos que trabalhar com os recursos que estão disponíveis e com os recursos que estão disponíveis temos que aplicar da melhor forma, para que de facto o setor

agrícola continue a modernizar-se, continue a ser um fator de desenvolvimento e de criação de emprego desta Região.

Para finalizar, Sra. Deputada Graça Silveira, eu não percebi a sua intervenção no final, eu não percebi se a senhora era a favor ou contra os cortes que a Comissão Europeia quer fazer ao POSEI.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa** *(PSD)*: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No caso concreto do Pico, o Governo Regional elegeu de forma muito especial como área de falta de rigor e uso abusivo na procura de créditos eleitorais, a saúde.

Não vamos aqui apontar o dedo às irresponsabilidades, às promessas sobre as diversas valências do Centro de Saúde da Madalena, ou até sobre a bandeira eleitoral de 2016, que foi a promessa não cumprida da hemodiálise no Pico, até ao momento.

Deputado Carlos Silva *(PS):* 4 anos! Só passaram dois!

O Orador: Vamos sim acusar sobre a deselegância e aproveitamento político indevido do processo de requalificação do Centro de Saúde das Lajes do Pico.

Há um ano atrás o Sr. Secretário afirmava e cito: "Dentro de um ano os lajenses terão uma nova unidade de saúde totalmente remodelada.

Passou um ano e a obra nem vê la.

Na iniciativa e até o Presidente da Câmara local do PS já se questiona sobre muitos dos pontos deste assunto.

Assim se demonstra a baixa execução de 26% nesta rubrica.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 2017, o Governo Regional não executou um único euro em relação ao compromisso do terminal de passageiros do porto de S. Roque do Pico e o porto comercial e o seu reordenamento, mas é obrigatório relembrar as palavras do Sr. Presidente do Governo em 2014 como compromisso imediato a executar.

Aliás, esta obra chegou a ter escrita, ao longo de vários anos do Plano, muitos milhões de euros.

Não podemos também deixar de fazer referência à residual execução orçamental em 2017 na manutenção de caminhos agrícolas e fundamentais na Ilha do Pico.

É incorreto e demagógico continuar a fazer fé nos documentos orçamentais, quando em 20 anos estamos perante o pior estado de conservação dos caminhos na Ilha do Pico.

Para terminar relembrar o comunicado do PS, criticando a posição do Governo sobre a aprovação do Orçamento e alguns Deputados avançaram que as propostas do PSD eram de tostões, a verdade é que as propostas de milhões não foram executadas.

Tenho dito!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros …

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu não queria ter que fazer este esclarecimento.

O Regimento nestas figuras regimentais diz que o Presidente coordena as inscrições, de forma a que dois Deputados do mesmo partido não façam intervenção de forma seguida.

Lamento que tudo aquilo que eu aqui faço e decido tenha que ser alvo de constante contestação da vossa parte.

Eu não queria ter que dizer isto desta forma, porque naturalmente é uma norma regimental que me obriga assim a fazer.

Quando não há inscrições para intercalar, naturalmente que falam dois Deputados do mesmo partido de forma seguida.

Fica assim também o esclarecimento para a câmara.

Sr. Deputado Miguel Costa, peço desculpa de o ter interrompido, tem a palavra.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Depois de explicado penso que agora regimentalmente posso intervir, Sra. Presidente.

Eu esperava do Sr. Deputado Marco Costa, nesta matéria um duplo rigor na abordagem que faz a este assunto, não só como Deputado, mas também como ex-Vice-Presidente da Câmara Municipal da Madalena, com taxas de execução de 50%.

Isto depois de várias e consecutivas alterações orçamentais, como bem sabemos e como bem reconhecemos, mas não estou a fazer com isto uma crítica, Sr. Deputado, estou a reconhecer que em muitos dossiers há dificuldades em executar. O senhor sabe disso e eu disse-lhe isso várias vezes em sede de reunião do executivo camarário, portanto nunca o critiquei pela taxa de execução, critiquei porque fazia algumas previsões erradas, é certo, mas outras fez previsões e teve dificuldade de execução.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Isso é um mau perder!

O Orador: Também vir dar o exemplo do Centro de Saúde das Lajes do Pico. Os senhores sabem tão bem como nós, como todos os picarotos, que houve um conjunto de dificuldades durante o procedimento concursal.

Deputado Marco Costa *(PSD):* Um mau planeamento!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, basta ver, o senhor tem um exemplo flagrante na sua gestão camarária, o auditório municipal da Madalena levou sete anos!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados …

O Orador: Levou cerca de sete anos a ser feito! O senhor sabe disso! Sabe que houve um conjunto de dificuldades. Houve vários espetáculos, houve várias apresentações com palco, sem palco. O senhor sabe disso perfeitamente, aliás eu fui convidado para todas elas.

Portanto, o senhor deve é perceber que há dificuldades concursais e o senhor devia ser o primeiro e por isso é que eu digo, devia ter um duplo rigor na abordagem sobre esta matéria.

Depois, o senhor vem aqui, com uma memória seletiva, aliás recorrente no PSD e não fala do lar de idosos da Piedade; não fala do lar de idosos da Madalena; não fala da casa dos Vulcões; não fala do quartel dos bombeiros das Lajes; …

Deputado Marco Costa *(PSD):* E o centro de saúde das lajes?

O Orador: … não fala do porto da Madalena; não fala da Lagoa do Paul da Ribeirinha; não fala nos investimentos na pista; não fala do caminho do mato de S. João; não fala das ribeiras de S. Caetano; não fala do Centro de Noite da Piedade; da estabilização da costa de S. João; da estrada regional 3-2 (longitudinal); na recuperação daquela que o senhor conhece muito bem, na recuperação da Lato Pico, da hoje Leite Montanha; não fala dos equipamentos

do Centro de Saúde da Madalena que está muito bem apetrechado nesta fase; não fala no equipamento e nos apoios extraordinários que têm havido para as vinhas, …

Deputado Carlos Silva *(PS):* Ainda há mais?

O Orador: … para a recuperação das vinhas que tem dado empregabilidade na Ilha do Pico e o senhor não consegue reconhecer isso!

Oh, Sr. Deputado, essa memória seletiva deve ter limites e não pode vir aqui o senhor dizer aquilo que disse em aparte: "O que interessa é ganhar eleições!". Isso não basta para os picarotos! O que é preciso é termos coerência no discurso e na informação na forma como o senhor aborda este assunto.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Ainda lhe digo mais, digo-lhe só mais duas notas finais, Sr. Deputado.

Também o seu líder parlamentar vir aqui dizer que tem 500, executamos 300, e o melhor é a gente ver em novembro, tal e coisa, altera e fica 100% de execução. Oh, Sr. Deputado, isso deve ser do raciocínio que não está ao alcance de qualquer um, nem sequer na área da economia!

Mas digo-lhe mais, e termino mesmo. O senhor não pode vir a esta casa dizer o seguinte, aquilo que o senhor tentou transmitir, que 72% de execução do Plano Regional, prejudica os picarotos e dizer que 50% da execução do Plano Municipal da Madalena, não prejudica os picarotos, até beneficia.

Isto é ridículo, isto fica-lhe mal, fica-lhe muito mal para quem teve as responsabilidades que o senhor teve, políticas, recentemente no município da Madalena.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira** *(PSD):* Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muitos são os processos em que a imagem de marca do Governo para com o Faial, é a do incumprimento. Incumprimentos que motivaram inclusivamente o parecer desfavorável do Conselho de Ilha do Faial, perante o Plano Regional Anual para 2018.

Deputado João Bruto Costa *(PSD):* Bem lembrado!

O Orador: Um exemplo apenas, mas flagrante e nuclear para o desenvolvimento desta ilha, é o porto da Horta, que também no Plano Regional para 2017, teve verbas atribuídas.

O porto da Horta é um verdadeiro tormento de anúncios, avanços e recuos entre muita teimosia e arrogância política que causaram danos incalculáveis e que poderão causar ainda mais, face à teimosia do Governo e do PS de não aceitar uma auditoria independente que permitisse encontrar as melhores soluções para o futuro.

Deputado Carlos Silva *(PS):* A auditoria é que ia encontrar as soluções?

O Orador: A chamada segunda fase do reordenamento do porto da Horta, também ela repartida em três novas fases, teve quase 13 milhões de euros inscritos na Legislatura anterior, 2012 a 2016.

No Plano Regional para 2017, o Governo voltou a inscrever verbas para o porto, marina e baía da Horta.

O que os faialenses viram de todos estes milhões, foi zero!

A título de mero exemplo basta que as Sras., os Srs. Deputados, o Sr. Presidente e restantes Membros do Governo, olhem para a Marina da Horta, carente de ampliação urgente, a abarrotar de embarcações, …

Deputado Carlos Silva *(PS):* Isso não é bom?

O Orador: … enquanto o Governo se vai entretendo a inscrever milhões que não investe e em promessas eleitorais que nunca foram cumpridas.

Sr. Presidente do Governo, Dr. Vasco Cordeiro:

Relembrando que já vamos na revisão da terceira versão do projeto da segunda fase do reordenamento do porto e que mais uma vez os faialenses desconhecem o que pretende o Governo fazer, pergunto-lhe:

Quando vai o Governo apresentar aos faialenses e em especial aos operadores portuários o projeto?

Quando verá esta ilha, finalmente, o resultado prático das 3 fases que constituem agora a chamada segunda fase do reordenamento do porto da Horta?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, dr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco** *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Ferreira, também nesta matéria e em relação ao projeto de requalificação do porto da Horta, esperava mais alguma coerência, por parte do PSD, nesta matéria.

Como os senhores sabem, o projeto de requalificação do porto da Horta, está a ser avaliado pelo Governo Regional dos Açores, na sequência de uma audição

que houve com os parceiros e com os takeover do porto da Horta, onde lhes foi apresentado um projeto de requalificação para a segunda fase do porto da Horta. Esse projeto foi apresentado de forma aberta e totalmente transparente pelo Governo dos Açores, aos parceiros do porto da Horta, na qual apresentaram as suas preocupações e as suas sugestões e o Governo nessa mesma medida ficou com a responsabilidade, ouvindo esses contributos, de analisar e voltar a apresentar aos próprios operadores do porto da Horta, o resultado dessa solução. Agora, o que os senhores não podem fazer, é exigir que por um lado se oiçam os faialenses e depois venham para aqui dizer que a obra está atrasada.

Os senhores não podem vir para a Assembleia Regional votar a favor de um Projeto de Resolução do BE que dizia para parar e cancelar as obras do porto da Horta e depois vir para aqui dizer que as obras estão atrasadas. Esta é que é a vossa grande incoerência!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Garcia *(PSD):* O que estão a fazer não é atrasar!

O Orador: É como diz aqui o meu colega Miguel Costa, a memória seletiva do PSD, é para tudo! Os senhores falam do porto da Horta, os senhores não se preocupem, o porto da Horta é um compromisso do PS, nós vamos realizar, ouvindo os operadores do porto da Horta, acolhendo as suas sugestões e será o resultado desse diálogo do Governo.

Mas os senhores não falam da adaptação que está em curso da Fábrica da Baleia de Porto Pim, que irá qualificar ainda mais a oferta turística da Ilha do Faial; ou da ampliação do Jardim Botânico; ou da construção do novo matadouro do

Faial que é uma nova resposta para o setor agrícola desta ilha: ou no apoio à infância e à juventude, com a remodelação da creche "Castelinho"; …

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: … ou no apoio aos idosos, com a construção do Centro de Dia dos Flamengos; ou até na recuperação do património religioso do Faial, na sequência do sismo de 1998, que apoiámos na construção da nova igreja dos Flamengos e que estamos a apoiar na reconstrução da nova igreja do Salão; ou a Escola do Mar dos Açores, um investimento único na Região Autónoma dos Açores, que irá capitalizar esta cidade instrumental na definição das políticas do mar; ou o Hospital da Horta; o novo Centro de Saúde que vamos construir, já está adjudicada a obra e terá início este ano; o novo centro inter geracional da Feteira, que dará uma nova resposta à nossa ilha.

Portanto, Srs. Deputados, nós sabemos que os senhores estão sempre à procura do problema, mas nós estamos aqui para valorizar o Faial, …

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: … vamos continuar a investir no Faial e é isso que os faialenses merecem, é que se faça e se cumpra aquilo que lhes foi concretizado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Nós vamos interromper para o almoço.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa que informe os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional, dispõe de 10 minutos e 56 segundos;

O PS, de 2 minutos;

O PSD, 3 minutos e 19 segundos;

O CDS, 4 minutos e 36 segundos;

O BE, de 54 segundos;

O PCP, de 3 minutos e 55 segundos;

O PPM, de 1 minuto e 49 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço a todos.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas.

Presidente: Boa tarde sras. e Srs. Deputados.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que peço a palavra e lamento a ausência do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, mas ele será dirigido à minha intervenção.

A 16 de março de 2017 pode ler-se no Diário das Sessões: "O plano de investimentos da agricultura e florestas para 2017, num montante global de cerca de 170 milhões de euros, representa um aumento de dotação, o que é bem representativo do empenho do Governo Regional, em manter uma política ativa de investimento neste setor.

Esta é a melhor proposta no que às dotações destinadas à agricultura e florestas diz respeito nos últimos cinco anos".

Acabo de citar a posição do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, aquando da apresentação do Plano, para vos dizer que quem prometeu dotações do Plano na ordem dos 58 milhões, quase 59 milhões de euros, foi o Governo Regional e o Sr. Secretário Regional, perante as organizações, mas só executou 42 milhões, perderam-se 16 milhões!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* 17!

O Orador: Ora, não há aqui redundância, não há aqui argumento, não aqui inovação que possa valer. A matemática aritmética não falha!

O Sr. Secretário falhou perante o setor agrícola em 16 milhões de euros.

Relativamente a infraestruturas agrícolas e florestais, menos cinco milhões de euros; modernização das explorações agrícolas, menos 7 milhões e 300 mil; aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais, menos 3 milhões, 354 mil; diversificação e valorização do espaço rural, menos 1 milhões, 254 mil.

Portanto quem falhou na credibilidade dos documentos, mas fundamentalmente da sua execução foi o Sr. Secretário Regional, foi o Governo Regional, que não cumpriu com o prometido. Portanto, passado um ano é evidente o que é que se passou com os compromissos com os agricultores.

Deputado Marco Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra, dispõe de cerca de um minuto e meio.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para concluir a intervenção da bancada parlamentar do PPM, nesta matéria e fazer a referência final.

A referência final é esta, meus senhores: 72,2% de taxa de execução (está aqui no amarelo, não tinha marcador vermelho) e 144 milhões por executar. 144 milhões por executar!

Tudo o resto que aqui foi referenciado, as contas dos escuteiros, as contas das câmaras municipais, dos clubes, dos clubes de berlinde, tudo isso está descontextualizado, ou como disse um famoso antecessor e familiar do Bruno de Carvalho, "é só fumaça", tudo o resto é só fumaça, todas aquelas referências que aqui foram feitas a despropósito, porque o que aqui esteve em análise foi a taxa de execução e a taxa de execução são os tais 72,2% e os 144 milhões por executar.

Vejam bem, como aqui também foi referenciado: este Governo do PS que já está no poder há 22 anos, já conseguiu, no tempo do anterior Presidente do Governo Regional, Carlos César, resultados muito superiores, uma taxa de execução de cerca de 95%, aliás até com o mesmo responsável pela área das finanças. O que é que mudou? O que mudou foi que este é hoje um Governo caótico e também mudou a presidência do Governo que agora é liderado …

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já Sra. Presidente, vou só aqui referenciar o nome do atual Presidente do Governo, pelo Sr. Presidente Vasco Cordeiro.

Portanto, é aqui que reside as grandes mudanças no âmbito da liderança dos Açores e, portanto, o responsável direto e único por estes resultados cada vez mais catastróficos da economia dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar eu queria agradecer ao Sr. Deputado Carlos Silva, a gentileza da explicação que fez em relação à execução da receita e me ter facultado este documento, devo dizer-lhe que percebeu e que sabia que o Sr. Vice-Presidente, quando em julho se congratulou com 100% de execução estava a falar da execução da receita fiscal.

Devo dizer que na minha intervenção fui omissa, disse 100% da execução da receita, mas deveria saber que me estava a referir à execução da receita fiscal, que no documento que me deu, em 2017 não é 100%, mas é 97,8%.

Em relação ao Sr. Vice-presidente, não vou dizer que estava a descansar porque nós sabemos que o Vice-Presidente do Governo, nunca descansa, portanto, aproveito agora para lhe colocar a questão que tinha colocado que era o seguinte: em 2014, ficaram por executar 116 milhões; em 2015, ficaram por executar 121 milhões; em 2016 ficaram por executar 156 milhões.

Portanto eu pergunto, Sr. Vice-presidente, em 2017 ainda não tinha percebido que estava a orçamentar muito mais do que aquilo que era capaz de executar?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César *(PS):* Prescindo.

Presidente: Prescinde? Sendo assim a Mesa está sem inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Bom, eu tinha colocado uma questão diretamente ao Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, eu não sei se não respondeu por esquecimento ou se ainda o fará.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Ele não gosta de aquacultura!

O Orador: De facto, o que nós verificamos no Plano para 2017 foi uma redução da verba inscrita para os produtos da pesca, onde se incluem também os montantes para a dinamização da aquicultura e também uma substituição da verba de 1 milhão, 750 mil euros que estava prevista em 2016, para a transformação e aquacultura, por duas verbas que em conjunto não chegam a 350 mil euros.

Portanto, no fundo havendo este desinvestimento, a pergunta que eu lhe coloquei há bocado é por que é que a taxa de execução da rubrica para os produtos da pesca e da aquacultura é de apenas 55,7%?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** *(Gui Menezes):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alonso Miguel, em relação às verbas que questionou para a aquacultura, deixe-me lembrar o seguinte.

Para já recordar que isto são apoios e dependem naturalmente de os promotores apresentarem as suas candidaturas. Posso dizer-lhe que neste momento temos cerca de oito projetos em análise e alguns aprovados, no valor de 2,9 milhões de euros, alguns já estão em execução, já estão no mar inclusive; a baixa execução deve-se a que os promotores não meteram em 2017 pedidos de pagamento, portanto a isso deve-se basicamente a falta de execução destas verbas comunitárias.

Posso dizer-lhe também neste aspeto que a aquacultura nos Açores é uma atividade recente, que tem os seus riscos, estamos a começar nesta atividade, também graças ao Governo Regional que promoveu esta área nos Açores e posso dizer-lhe que além destes projetos, existem outros promotores com

intenção de investimento e julgamos que no decorrer dos próximos anos, com o desenrolar deste Programa Quadro, que possamos atingir os 4.8 milhões de euros, que é o que está previsto na dotação para a aquacultura nos Açores.

Portanto, julgo que respondi à sua questão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** *(Sérgio Ávila):* Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente e em relação à pergunta da Sra. Deputada Graça Silveira, a Sra. Deputada abordou a componente que não foi executada e eu vou abordar-lhe a componente que foi executada.

Efetivamente, as execuções totais nesses anos, foram sempre superiores a 1000 milhões de euros: 1 047 milhões, em 2015; 1 180 milhões em 2016 …

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP)*: Estamos a falar do Plano!

O Orador: … e, portanto, é essa a realidade que faz com que a taxa de execução global do documento que aprovamos seja 88%.

Evidentemente, é essa a realidade global da execução ...

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP)*: Mas não é isso que está aqui em discussão!

O Orador: … e a execução é feita precisamente em função dessa matéria, que corresponde do lado da estrutura da despesa e da receita a esse ajustamento entre uma realidade e outra e há, obviamente uma correlação direta entre o montante do investimento e na componente da receita, as receitas dos fundos comunitários, não havendo o investimento executado, também não há correspondente comparticipação de receita e é nessa componente que gera esse equilíbrio e esse nível de execução do lado da receita e do lado da despesa.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.
Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.
Pergunto ao Sr. Vice-Presidente se irá usar da palavra para o encerramento do debate? Não.
Sendo assim tem a palavra para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.
(*) **Deputado António Vasco Viveiros** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:
Ao longo deste debate acho que ficou justificada a iniciativa do PSD, foram levantadas questões essenciais e ordenando um pouco aquilo que eram as nossas preocupações, destaco o aspeto da credibilidade do Governo e da própria Assembleia, independentemente dos montantes e do nível de execução, é fundamental que aquilo que são as decisões desta Assembleia que venham a ser alteradas, que a Assembleia tenha uma participação e essa questão pela primeira vez foi levantada.
Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
O Orador: A segunda questão é uma profunda insatisfação pelo conformismo, quer do PS, quer do Governo, porque na prática estão todos satisfeitos com 70%, ou seja, há aqui uma absoluta falta de ambição relativamente àquilo que são promessas do Governo, decisões da Assembleia.
Portanto, nenhum de nós nos poderemos admirar se na próxima ocasião em que se esteja a debater a execução do Plano 2018, sei que se não for 65, ou 68 ou 70, o conformismo será evidente.
Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Era importante que houvesse mais ambição, nem que materialmente não se possa alterar a situação e nós reconhecemos dificuldades, mas era importante que se alterasse para que ganhasse credibilidade da Assembleia e ganhasse também respeito por aquilo que são os parceiros sociais que todos os anos vão ao Palácio de Santana apresentar as suas sugestões, saem com promessas que depois não são cumpridas.

Portanto, há aqui matéria que tem a ver com transparência, tem a ver com credibilidade e era importante que a Assembleia tivesse atenção a essa matéria, sobretudo a bancada do PS e a bancada do Governo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, sr. Deputado.

Encerrámos o ponto 2 da nossa Agenda.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Para uma interpelação, Sra. **Presidente:** Tem a palavra Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 15 horas e 55 minutos.

Eram 15 horas e 23 minutos.

Presidente: Sras. e srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas.

Sras. e Srs. Deputados, conforme estipula o art.º 121.º do Regimento, o Recurso apresentado pelo BE tem prioridade na Agenda, apesar de constar como ponto 11 da nossa ordem de trabalhos.

Os tempos são os definidos pela Conferência de Líderes, portanto cada bancada dispõe de 5 minutos, incluindo o BE para apresentação do Recurso e podem intervir uma única vez.

Tem a palavra a sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em janeiro de 2017 este Parlamento criou a Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA) por decisão unânime de todos os partidos nela representados.

Entre outras razões, fizeram-no porque é a própria autonomia que impões novas ambições e reclama redefinição de competências, como é manifestamente o caso da consagração do conceito de gestão partilhado do nosso mar.

Também em janeiro de 2017, foi justamente chumbado nesta Casa, um Projeto de Resolução do CDS que propunha a constituição de uma Comissão Eventual para o estudo e elaboração dos projetos de iniciativas legislativas que se mostrem necessárias para a definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre as zonas marítimas portuguesas e este chumbo resultou do entendimento que o PS fez sobre a inoportunidade da proposta fora do âmbito da CEVERA, simultaneamente criada.

Em março de 2018, foi chumbado nesta Casa o Projeto de Resolução do PPM, que pretendia eliminar a norma constitucional que proíbe a criação de partidos regionais.

Mais uma vez o motivo invocado pela maioria parlamentar foi o facto de o proponente subtrair a sua proposta do crivo da CEVERA, crítica, aliás, unanimemente partilhada por todos os partidos deste Parlamento.

Em abril de 2018, o BE entregou nesta Casa uma anteproposta de lei que pretende alterar a Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, requerendo à Mesa da Assembleia e à sua Presidente que a análise de tal iniciativa fosse realizada no âmbito da CEVERA, atendendo à substância da mesma.

Em maio de 2018 o Presidente do Governo Regional anunciou que o Governo entregaria nesta Casa, até ao fim do mês de julho, uma anteproposta de lei com o mesmo desígnio da do BE.

Também em maio de 2018 e na sequência da entrega da anteproposta do BE, realizou-se uma reunião da CEVERA durante a qual eu tive oportunidade de questionar o Presidente da mesma, sobre o destino parlamentar da iniciativa do Governo, defendendo que a mesma deveria obviamente, repito, obviamente integrar os trabalhos de análise e de procura de consensos alargados da CEVERA.

Na altura, quer o Presidente desta Comissão, quer os representantes de todos os partidos foram de opinião que assim seria expetável, mais, teria de ser.

Em junho de 2018, o Governo entregou nesta Casa a anteproposta de lei atrás referida.

Imediatamente a Sra. Presidente deste Parlamento enviou para a CAPAT esta anteproposta de lei.

Bem sei que o Presente da CAPT e o Presidente da CEVERA são exatamente a mesma pessoa, mas Sras. e Srs. Deputados, uma e outra Comissão não são a mesma coisa.

No mesmo dia, ontem, realizou-se a Conferência de Líderes, durante a qual tive oportunidade de exortar a Sra. Presidente, deste Parlamento, a reconsiderar a

sua decisão e a encetar todas as diligências necessárias e possíveis para que a anteproposta do Governo fosse enviada para a CEVERA.

Todos, repito, todos os partidos desta Casa, acompanharam-me nesta exortação e até mesmo o Sr. Secretário Regional da Presidência concordou que as duas antepropostas do BE e do Governo, deveriam ser analisadas em conjunto.

Nesse mesmo dia foi convocada uma reunião da CEVERA, realizada ontem e durante a qual o seu Presidente defendeu a vantagem do BE retirar a sua anteproposta da CEVERA, dirigindo-a para a CAPAT.

Nesta reunião tive oportunidade de explicar ao Sr. Presidente e a todos os membros da Comissão que o BE considerava este convite extemporâneo, estranho, inusitado, dado o histórico que tem vindo a explanar e anunciei em nome do BE este recurso.

Todos os partidos desta Casa acompanharam-me nesta reação.

Aqui chegado, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a pergunta que se impõe é simples e é esta: que força é esta que põe a Mesa e a Presidente deste Parlamento de bem com outros e de mau consigo.

Que força é esta, que pretende obrigar a anteproposta do BE a ter o mesmo tratamento da do Governo, quando a democracia, a dignidade desta casa, o respeito pelas suas decisões unânimes e a justeza das suas comissões parlamentares, obrigaria de facto a que fosse a proposta do Governo a ter o mesmo tratamento da do BE?

Que força é esta Sras. e Srs. Deputados, que obriga a Presidente deste Parlamento a branquear o facto de haver incontáveis procedimentos extra e até contra regimentais, porque assumidos e subscritos unanimemente por todos os partidos?

Finalmente, Sras. e Srs. Deputados, que força é esta que pretende espezinhar a legitimidade, o valor e a supremacia do primeiro órgão da autonomia desta Região, que é a sua Assembleia Legislativa porque, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente, Srs. Membros do Governo, é exatamente contra essa força que o BE faz este Recursos!

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Depois do jogo do "gato e do rato" inscrevo-me porque o que tenho para dizer será independentemente o que os outros pensam ou deixam de pensar sobre essa matéria.

Portanto, quero dizer que da parte do Grupo Parlamentar do CDS, subscrevo na íntegra a intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, relativamente a esta matéria e aos assuntos.

O CDS também deixou que já tinha sido entregue nesta Casa um Projeto sobre a gestão partilhada do mar e foi chumbado nesta Casa exatamente com a desculpa que era na CEVERA que se trataria desse assunto.

Portanto, se há uma força oculta que manda neste Parlamento eu não sei, mas «no creo en las brujas, pero que las hay, las hay».

O que acontece é que a proposta do Governo devia ter seguido exatamente os mesmos trâmites daquilo que as outras todas seguiram.

Se a CEVERA era para tratar das grandes questões da autonomia, então essa proposta do Governo devia ter ido para a CEVERA. Não! O Governo tem tratamento diferente nesta Assembleia e a sua proposta deu entrada na CAPAT.

Sendo assim, é claro que ou existe CEVERA, ou não existe CEVERA.

Também ficou combinado na última reunião da CEVERA que os partidos dariam - bem antes da entrada desta proposta do Governo – entrada das suas propostas legislativas, julgo que a Sra. Deputada não referiu, até ao final de

outubro se não me falha a memória para se consensualizar tudo e então ser tudo entregue.

Portanto, parece-me que esta proposta do Governo foi ao arrepio, daquilo que estava a ser consensualizado neste Parlamento e, portanto, tudo o que possa parecer de consenso nessa matéria foi quebrado exatamente pelo Governo Regional dos Açores.

É esse o nosso entendimento e, portanto, votamos favoravelmente o Recurso apresentado aqui pelo Grupo Parlamentar do BE.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford** *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No entendimento do Grupo Parlamentar do PS, trata-se aqui de apreciar uma questão formal de procedimento e de tramitação de iniciativas dentro deste Parlamento e não de uma questão política de substância, embora o discurso da Sra. Deputada, justificativo desta urgência por parte da Sra. Deputada Zuraida Soares tenha sido todo canalizado para uma suposta dimensão política deste assunto, quando este assunto, a nosso ver, trata-se apenas de um assunto formal e quando digo apenas não estou a desvalorizá-lo, estou só a dizer que é esse o âmbito que nós reconhecemos a esta questão.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Formalidade também é democracia!

O Orador: Bom, parece-me que deste ponto de vista a Sra. Deputada Zuraida Soares e o BE não têm razão.

A tramitação decidida pela Sra. Presidente da Assembleia em relação a esta iniciativa, foi idêntica e seguiu o mesmo critério que seguiu para outras

iniciativas relacionadas com esta matéria, outras iniciativas que, por ventura, cairiam no âmbito da CEVERA.

Aliás, a Sra. Presidente não podia fazer de outra maneira, porque o Regimento e as regras regimentais assim o determinam.

A CEVERA é uma comissão eventual, especial, é uma comissão que não tem como competência primeira a apreciação de iniciativas legislativas que não são produzidas no seu âmbito. Nós temos comissões permanentes especializadas com um leque de matérias que apreciam de assuntos para onde devem ser remetidas as iniciativas legislativas e como tal o que a Sra. Presidente tem de fazer é remeter qualquer iniciativa legislativa que entre na Assembleia, para as comissões especializadas.

Fez isto, neste caso, com a iniciativa do Governo, como tinha feito com a iniciativa do CDS-PP, como tinha feito com a iniciativa do PPM, como tinha feito com a iniciativa do BE.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Não, não! Está enganado!

O Orador: Portanto, o que é que aconteceu a seguir? O que aconteceu a seguir é que a Sra. Presidente remeteu a iniciativa do BE sobre a gestão partilhada do mar para a CAPAT e o BE pediu, o próprio proponente é que pediu que essa iniciativa fosse remetida à CEVERA, portanto, num segundo momento a iniciativa foi remetida à CEVERA.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Porque respeitamos a CEVERA! Isso quer dizer que aqueles que cumprem são castigados!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados …

O Orador: Isso demonstra que o tratamento dado a esta iniciativa do Governo é exatamente igual ao tratamento dado a todas as outras iniciativas com o mesmo objeto ou que caiam no mesmo âmbito.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* É a do Bloco sair da Comissão onde está!

O Orador: O que nós reconhecemos, nós Grupo Parlamentar do PS e já tivemos oportunidade de dizê-lo à Sra. Deputada Zuraida Soares, o que nós reconhecemos é que perante duas iniciativas, de proponentes distintos, sobre a mesma matéria, o tratamento de análise dessas iniciativas, de apreciação e debate sobre essas iniciativas, que se vier a dar já dentro do Parlamento deve ser também ele idêntico.

Portanto, o que nós achamos, já tínhamos dito à Sra. Deputada e continuamos a achar é que dada esta coincidência de objeto, elas devem ter o mesmo tipo de tratamento na sua apreciação e devem ter o mesmo tipo de debate daqui para a frente.

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

O Orador: Já estou a acabar, aliás foi proposta uma solução que nos parece bastante razoável, que é, a Sra. Deputada que acha, com razão, que elas devem ter o mesmo tipo de tratamento, tomar agora a iniciativa de pegar na sua iniciativa e juntá-la à do Governo e haver uma apreciação conjunta na CAPAT.

Parece-nos que resolve o problema, parece-nos que é a maneira mais correta, mais lógica de resolução do assunto e, portanto, do nosso ponto de vista este Recurso não tem cabimento, porque se o fundamento é a Sra. Deputada sentir que a sua iniciativa não é tratada da mesma forma das outras, eu julgo que acabei de demonstrar que ela sempre teve um tratamento idêntico às outras e agora devem ser elas também harmonizadas na maneira como a Assembleia as aprecia, para que continuem a ter o mesmo tipo tratamento.

Parece-nos muito claro, parece-nos que daqui não resulta nenhum tipo de imbróglio político inultrapassável e parece-nos que o fundamento do seu protesto devia ter sido formal e não político, embora eu perceba …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Era o que faltava!

O Orador: Se me deixar terminar.

… que exista alguma tentação de aproveitar uma questão que é perramente formal e jurídica e transformá-la numa questão política, mas o que para nós é relevante é que se mantenha sempre este tratamento igualitário entre iniciativas sobre o mesmo assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a gora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este assunto faz-me lembrar uma frase que ficou célebre neste Parlamento, as coisas são o que são, em virtude de serem assim mesmo.

A Sra. Deputada Zuraida Soares descreveu aqui na perfeição aquilo que é a essência do que estamos a discutir e que é lamentável do ponto de vista do Grupo Parlamentar do PSD, chegarmos ao ponto deste ridículo que virmos para o Plenário da Assembleia discutir o óbvio por um lado e tornar aquilo que é óbvio, ser escusado estarmos aqui a fazer perder o tempo deste Plenário naquilo que devia ter sido resolvido de uma forma muito simples e que aliás é assinalado pelo BE no seu recurso que era ter igual tratamento, estávamos todos de acordo.

Deputado André Bradford *(PS):* Mas teve igual tratamento!

O Orador: Aliás, e é a segunda parte, o segundo motivo de ser lamentável termos chegado a este ponto, é que ao contrário do que diz o Líder Parlamentar do PS e perdoe-me que o contrarie frontalmente nesse aspeto, esta situação transformou-se por esta via numa questão essencialmente política, porque existe uma Comissão neste Parlamento que ocupa os Srs. Deputados, que ainda que de uma forma algo ziguezagueante tem procurado aquilo que é mais difícil se

calhar no trabalho parlamentar, que é encontrar consensos entre todas as forças políticas aqui representadas.

Essa Comissão quando decide a meio do seu trabalho, apesar de haver ainda alguns percalços para remover do caminho do trabalho dessa Comissão, adotar uma medida de metodologia de trabalho, que a todos agregou e que significava por um lado que a iniciativa do BE fosse analisada na CEVERA, …

Deputado André Bradford *(PS):* Já estava lá!

O Orador: … mas que por outro lado, todas as iniciativas relativas àquilo que se pode chamar o leque, ou o chapéu da reforma da autonomia, que nos propusemos a fazer, seriam também remetidas até outubro, como referiu o Sr. Deputado Artur Lima, para a CEVERA.

É aqui que isto se transforma numa questão política e que denuncia a hipocrisia do PS, quando se quer falar de reforma da autonomia.

Quando se quer falar de reforma da autonomia, o PS faz, quer através dos membros do PS, quer através do Governo Regional, por ele suportado, os magníficos discursos sobre a autonomia que alguma vez se vai ouvir nos tempos que correm por parte dos intervenientes públicos nos Açores.

Mas quando queremos transformar esses bonitos discursos em trabalho efetivo, há sempre aqui uns *fait divers,* umas jogadas, uma competições de protagonismo, umas alterações de metodologia, enfim, uns ziguezagues que têm apenas politiquice assinalada e amarrada atrás de si e que só levam pura e simplesmente a chegarmos ao ridículo de estarmos neste Parlamento, a discutir e a perder tempo por que é que uma proposta que já estava numa Comissão, não lhe é enviada outra de idêntico teor, apenas porque é do Governo.

Eu acho que realmente devia fazer-nos pensar se a vale a pena continuarmos na hipocrisia de ter uma Comissão para Reforma da Autonomia, quando de seis em seis meses temos que alterar a metodologia de trabalho porque o Governo se

lembrou de fazer alguma coisa para competir com outra força política neste Parlamento.

Deputado André Bradford *(PS):* Isso não é verdade!

O Orador: Portanto os Srs. Deputados do PS, que têm a maioria, mas que pelos vistos terão mais uma vez a oportunidade de demonstrar a vossa falta de coerência, podem hoje dizer se acham que vale a pena ter uma Comissão para Reforma da Autonomia, …

Deputado André Bradford *(PS):* Claro que sim!

O Orador: … para fazer algum trabalho de consenso, de conjunto e que envolva todas as forças políticas aqui representadas, ou se vão continuar a passar rasteiras à vontade demonstrada por todas as forças políticas, conforme está provado no âmbito da CEVERA, em fazer alguma coisa que achamos que seja necessário fazer para a reforma do sistema autonómico, para o seu progresso e evolução.

Portanto, a vossa oportunidade hoje ficará mais uma vez assinalada com a vossa posição e o vosso sentido de voto neste Recurso, que faz todo o sentido e que o PSD apoia inequivocamente.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo** *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Versando sobre matéria idêntica propõe-se alterar a mesma lei, a anteproposta 3/XI do BE e anteproposta 4/XI do Governo Regional devem, na nossa opinião, ser apreciadas na mesma Comissão desta Assembleia, no caso concreto na CEVERA.

Mais, tendo essa comissão eventual como um dos seus objetos as medidas jurídicas normativas, no âmbito da organização territorial tem, no entender da Representação Parlamentar do PCP, todo o cabimento que propostas como as anteriores referidas de alteração de lei de bases de política no ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional, sejam apreciadas na CEVERA.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP votará favoravelmente o recurso apresentado pelo BE, para este Plenário, quanto à comissão competente para a apreciação da anteproposta 4/XI.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, a mim esta encenação montada pelo PS nunca me enganou.

Escrevi um artigo no dia 21 de outubro de 2017, já tinha escrito outro num período anterior e o título do artigo (convém, também faço referência só aos meus próprios artigos), chamava-se "Uma gaiola chamada CEVERA", eu explico porquê.

Depois das eleições, depois das negociações antes das eleições para chegar a um consenso autonómico, coisa que foi só perder tempo, o PS Açores decidiu continuar o logro, criou uma Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia, que na sua particular visão política funciona como uma colorida gaiola para a oposição democrática.

Depois, continuo e digo: "a comissão está pensada para servir como um imenso congelador", e depois continuo fazendo várias referências em que tento desmascarar aquilo que para mim era evidente, o objetivo estratégico do PS de congelar qualquer reforma autonómica promovida pelos partidos da oposição na Região Autónoma dos Açores, portanto, ganhar tempo.

Ganhar tempo para quê, Sra. Deputada Zuraida Soares, que é isso que lhe acabou de acontecer?

Ganhar tempo para montar a sua própria autoestrada, ou seja, enquanto nos entretinha a todos ali numa gaiola chamada CEVERA, o Governo Regional construiu uma autoestrada para apresentar as suas propostas, propostas que são muito mais recentes do que as propostas dos partidos da oposição, mas que estava pensado para que rapidamente o Sr. Presidente do Governo Regional, num qualquer dia de comemoração do Dia da Região, pudesse apresentar do auto da tribuna, uma proposta absolutamente inovadora, que de inovadora não tinha nada porque o CDS já a tinha apresentado e o BE também, só que a do CDS tinha sido chumbada porquê? Porque estava a ser realizada fora do âmbito da CEVERA e a do BE também não podia ser, tinha que ser, e a Sra. Deputada agiu com lealdade institucional e fez aquilo que lhe disseram: "Bom, deve ser encaminhada para a CEVERA, foi isso que foi discutido".

Devo dizer-lhe, Sra. Deputada, a Sra. Deputada acreditou demasiado tempo na bondade e lealdade institucional do Partido Socialista e do Governo Regional.

Bom, o que é que nos resta?

Para o Governo uma autoestrada de protagonismo; para a oposição uma veredazinha em que estamos todos em cima de uma tartaruga chamada CEVERA.

Uma tartaruga que não reúne durante sete meses, uma tartaruga que está há espera há um ano, vejam bem da disponibilidade do Sr. Presidente do governo Regional para ser ouvido na CEVERA e também para ser ouvido pelo ex-Presidente do Governo Regional. Só estão à espera dessas duas personalidades, que essas duas personalidades tenham tempo.

Eu penso que durante um ano não foi possível agendar essas audições.

Meus senhores, é isto que aqui está Sra. Deputada Zuraida Soares, ou seja, devo dizer-lhe que é muito evidente, foi muito evidente para mim desde o início, por

isso é que não compactuei com isso, com este truque da CEVERA, que tinha o objetivo tático que agora se tornou absolutamente evidente, que é o Governo então aparecer como o grande reformador, enquanto mantinha todos os outros entretidos naquele clube de recreio chamado CEVERA.

Portanto, meus senhores, da minha parte Sra. Deputada, sim, a Sra. Deputada tem toda a razão! Sim, a Sra. Deputada vai ter o voto favorável por parte da Representação Parlamentar do PPM!

Há uma coisa que eu não concordo, não atribuo responsabilidades à Sra. Presidente do Parlamento, porque as responsabilidades são do Governo Regional, pela falta de lealdade institucional que demonstrou nesta matéria, absoluta falta de lealdade institucional porque o Presidente do Governo Regional também é o Presidente do PS e existia um compromisso, que eu já sabia à partida que os senhores não iriam cumprir e a Sra. Deputada Zuraida Soares, inocentemente, acreditou que os senhores cumpririam a vossa palavra e não cumpriram e eu já sabia que não iriam fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** *(Berto Messias):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Presidente do Governo, caros colegas:

Tendo em conta este Recurso que é aqui apresentado e tendo em conta também a forma como visaram alguns intervenientes, o Governo Regional, tendo em conta também as referências que foram feitas à reunião da Conferência de Líderes no dia de ontem, não posso deixar de intervir para clarificar algumas questões que me parecem importantes.

Desde logo a perceção clara, tendo em conta a decisão tomada e tendo em conta o que consta no Recurso apresentado pelo BE, do cumprimento irrepreensível do Regimento deste Parlamento pela Sra. Presidente da Assembleia.

Dizer também, porque foi uma matéria que não foi aqui referida, que o facto da proposta do BE ter sido remetida para a CEVERA, foi um pedido expresso e aqui anunciado pelo BE.

Deputado André Bradford *(PS):* É verdade!

Deputada Zuraida Soares *(BE):* É preciso pedir para ir para a CEVERA. O portão está fechado!

O Orador: Dizer também, e é importante que não se esqueça que está em causa uma matéria muito séria, como é a criação de uma comissão eventual deste Parlamento para a reforma da autonomia, o que nos parece também um dado que não convém esquecer.

Convém lembrar também, e pegando nas palavras do Sr. Deputado Bruto da Costa que essa suposta agregação que existia foi também já quebrada, recordo por exemplo, na discussão que foi aqui tida sobre a criação e consagração em sede de revisão constitucional da criação de partidos regionais, apresentada pelo PPM que também não esteve na CEVERA por vontade do seu proponente.

Portanto, são algumas referências e alguns factos que quando se aborda esta matéria também me parece importante realçar.

Devo dizer também o seguinte: o Governo cumpriu de forma rigorosa o seu papel.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Se calhar era melhor não insistir neles. É cada tiro, cada melro!

O Orador: Aprovou em sede de Conselho de Governo uma anteproposta de lei relativamente à Lei de Bases da História e Ordenamento do Espaço Marítimo, remeteu essa anteproposta de lei para este Parlamento que está agora nas mãos das Sras. e dos Srs. Deputados.

Também devo dizer o seguinte, que tive oportunidade de dizê-lo ontem na Conferência de Líderes, parece-me legítimo e aceitável com certeza, aliás o Regimento também assim impõe, que propostas com o mesmo objeto ou com objetos semelhante e sobre o teor, devem ter o tratamento igual.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* A do Bloco de Esquerda sai de onde está e vai para onde está a do Governo!

O Orador: Isso parece-me uma apreciação perfeitamente legítima, cada um com a sua perspetiva, cada um a defender aquilo em que acredita, cada um a apresentar as propostas que entende serem as mais adequadas e discutindo-as democrática e livremente em sede de Comissão Parlamentar e posteriormente em sede de Plenário.

Portanto, queria deixar absolutamente claro que da parte do Governo Regional, o respeito e a lealdade institucional para com este Parlamento, foi absolutamente irrepreensível, como todo o percurso e as evidências assim demonstram.

A Sra. Presidente do Parlamento na nossa perspetiva cumpriu aquilo que diz o Regimento e, portanto, Sras. e Srs. Deputados, não podemos aceitar que se transforme esta discussão, legítima, com certeza, sobre uma interpretação formal daquilo que são as regras regimentais deste Parlamento, numa espécie de ataque ao Governo Regional ou de acusações ao Governo Regional sobre a quebra de consensos sobre uma matéria que é com certeza muito relevante e muito importante para o futuro dos Açores.

Na nossa perspetiva, com certeza que estas matérias devem ter o tratamento igual …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Igual! A do Bloco de Esquerda sai de onde está e vai para onde está a do Governo!

O Orador: … neste Parlamento, mas também é importante que não se criem subterfúgios para que estas matérias não tenham um tratamento rápido e célere adequado, …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* O lobo mau não faria melhor a enganar o capuchinho!

O Orador: … tendo em conta aquilo que está em causa e tendo em conta aquilo que real e verdadeiramente interessa, que são os interesses dos Açores, dos açorianos e do futuro da nossa Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Naturalmente antes de colocar à votação o recurso terei que fazer também eu própria alguns esclarecimentos, dizendo o seguinte e todos eles naturalmente de âmbito estritamente formal.

A admissibilidade de qualquer iniciativa legislativa cabe à Presidente da Assembleia, única e exclusivamente, não é competência do Governo, nem nenhum partido com assento neste Parlamento e depois da admissibilidade feita, temos que remeter para a comissão especializada na matéria, comissão permanente.

É essa a competência das nossas comissões, ao abrigo do art.º 42.º.

As comissões eventuais, na maioria dos casos, não têm como competência emitir pareceres e relatar iniciativas legislativas, no âmbito do processo legislativo comum, basta ler a Resolução que foi aqui aprovada por unanimidade, podemos ver que no seu art.º 2.º define três objetos muito claros desta Comissão Eventual, a CEVERA:

Fazer o diagnóstico; determinar e priorizar soluções possíveis e, aí sim, apresentar propostas que podem ser de cariz legislativo ou não, no final dos seus trabalhos.

Perante esta situação, na minha opinião, houve igualdade de tratamento para todas as iniciativas que foram aqui referidas: a do PPM, a do CDS, a do BE e a do Governo. Houve realmente uma exceção e foi uma exceção solicitada pelo requerente, …

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Não foi exceção, era a regra!

Presidente … que no seu caso particular não gostaria que a iniciativa legislativa seguisse a tramitação regimental, mas que sim, que fosse para a CEVERA como um contributo, decisão essa que foi legítima e que careceu inclusivamente de algum trabalho também de perceber como é que regimentalmente se poderia remeter a iniciativa para a CEVERA.

Portanto, da parte da competência da admissibilidade de iniciativas, é isto que me apraz referir e entendo que foi feito aquilo que o Regimento me permitia fazer, em cada uma das circunstâncias.

Vamos passar à votação deste Recurso.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Recurso apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 a favor do PSD, 3 a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

O Recurso que o BE apresentou a esta câmara, pretendia e continua a pretender afirmar a defesa do Parlamento, deste Parlamento e da sua independência, enquanto emanação da vontade do povo.

Esta defesa deste Parlamento, é não só necessária, como urgente num mundo, em que cada vez mais, o parlamentarismo e a democracia está posto em causa diariamente e não, Sras. e Srs. Deputados, não é na China, não é nos Estados Unidos de Trump, não é na Polinésia, é na Europa que nós integramos a começar já pela Espanha, que é o País mais perto de nós dentro da Europa.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: Foi esse o nosso objetivo, continuamos a reafirma-lo.

A democracia também é e é formalidade! Não há democracia sem formalidade, Sras. e Srs. Deputados! Portanto, a formalidade não é um pormenor, não é um quiproquó, não é uma coisa que agora é assim, mas pode ser de outra maneira porque é tudo uma questão de interpretação. Não! A formalidade é a base da democracia e, ou existe e é cumprida, ou não há democracia nenhuma, há uma espécie de democracia.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

A Oradora: Este chumbo feito pelo PS ao nosso recurso, prova que afinal alguns tinham razão quando a destempo, mas afinal com toda a justiça, afirmavam que a CEVERA era um saco sem fundo, para onde seriam atiradas todas as iniciativas dos partidos da oposição e onde ficariam a marinar enquanto desse jeito à maioria parlamentar e ao Governo Regional. Assim, de facto é!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Apoiado!

A Oradora: Mas, Sras. e Srs. Deputados, este chumbo do nosso recurso, ainda não acabei o tempo, Sr. Secretário Regional, não fique nervoso porque eu inda tenho mais um bocadinho de tempo.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Não estou nervoso!

A Oradora: Está! Está! Mas eu vou continuar porque ainda tenho tempo.

Este chumbo, Sras. e Srs. Deputados, fere de morte e do ponto de vista do BE de forma …

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

A Oradora: Isto é um assunto muito sério, Sr. Deputado André Bardford. Não ouviu o Sr. Secretário Regional dizê-lo? Muito sério! Então por favor deixe-me acabar a minha declaração de voto. Muito obrigada.

Este chumbo fere de morte, e na opinião do BE de forma definitiva, a própria razão de ser da CEVERA, pelo que aqui neste momento tudo aponta para a sua necessária extinção.

Temos uma comissão clandestina, para a qual é necessário um pedido especial para uma iniciativa desta Casa entrar.

Mais, não é aconselhável que entre porque depois chega lá e ninguém sabe o que é que lhe há de fazer. Isto não é uma Comissão, isto é uma fantochada, Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

A Oradora: O BE está convicto, do valor da sua proposta sobre a alteração da Lei de Bases do Mar! Está convicto da sua justeza! Está convicto que ele é um contributo para a defesa dos Açores e é um contributo para a construção num caminho de futuro para esta Região.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A partir deste momento o BE está disponível para analisar, debater, completar, consensualizar a sua anteproposta de lei, para a alteração da Lei de Bases do Mar, onde a Sra. Presidente desta Assembleia, muito bem entender.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. membros do Governo:

O PSD ontem mesmo no final da reunião da CEVERA e hoje na intervenção que tive oportunidade de fazer neste debate apelou ao PS para que percebesse a dimensão das suas atitudes e as consequências que as mesmas teriam na confiança que ficou minada nesta situação.

Aquilo que era um *fait divers,* que poderia ter sido resolvido sem a mínima dificuldade, cumprindo também o Regimento, não se tratava aqui de ninguém violar as normas desta Casa, não se tratava aqui de ninguém deixar de cumprir aquilo que é a razão de existência de uma comissão eventual, que se calhar até podem ser criadas só para criar propostas concretas, imagine Sr. Deputado André Bradford!

Deputado André Bradford *(PS):* Mas essa não foi!

O Orador: Portanto, questões de pormenor o PSD chamou a atenção empenhadamente do PS que tem a maioria e nós conformamo-nos com isso.

Por isso a única coisa que podemos fazer é nas questões que dizem respeito à necessidade de consensos e de lealdade institucional, chamar a atenção da maioria para as consequências dos seus atos e as atitudes que toma neste Parlamento.

O Sr. Deputado André Bradford, Presidente do Grupo Parlamentar do PS, hoje teve oportunidade de reduzir a CEVERA a praticamente nada.

Deputado André Bradford *(PS):* Eu?! Não ouviu nada do que eu disse!

O Orador: O senhor hoje teve oportunidade de reduzir a CEVERA a praticamente nada! Ela já era pouco, porque o PS durante o último ano passou-lhe um atestado de inexistência.

O PS, durante o último ano passou um atestado de inexistência à CEVERA e hoje, aqui, o senhor passou-lhe o atestado de óbito.

Disse.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho** *(PS):* Sra. Presidente, não sei se é para uma declaração de voto, se é mesmo para defesa da honra, mas com alguma latitude talvez consiga fazer as duas coisas.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Bom, em primeiro lugar eu gostava de dizer que estranho e contar brevemente a história da CEVERA.

O diploma foi aqui apresentado por todos os partidos, aprovado por unanimidade.

Passado um ano eu comecei por colocar uma angústia, Sra. Deputada …

(Aparte inaudível)

O Orador: Mas eu já chego ao ponto por que é que votámos**.**

Presidente: Todos os partidos fizeram referência à CEVERA, portanto vamos permitir ouvir o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Presidente: A CEVERA viu o seu regime prorrogado por um ano há poucos meses nesta Casa, o Sr. Deputado Paulo Estêvão votou contra, não vi mais ninguém fazer nenhuma crítica ao funcionamento da CEVERA.

Entretanto convém dizer, porque é verdade, que não foi o Governo o primeiro a apresentar um diplominha, ouvi dizer à procura de protagonismo.

Houve três partidos que apresentaram quatro diplomas primeiro e esses diplomas independentemente de termos dito politicamente que esses partidos estavam de algum modo a violar o compromisso que tinham feito ao terem subscrito a CEVERA, em termos práticos esta Assembleia, a Sra. Presidente fez o que tinha a fazer: mandou os diplomas para a CAPAT com exceção dos diplomas do BE, um porque tinha esse pedido e também por uma outra razão,

porque um desses diplomas é um pedido de revisão estatutária para o qual o nosso Regimento prevê uma forma muito específica.

Na sequência de tudo isso, também por unanimidade, na penúltima reunião da CEVERA, repito, também por unanimidade, entendeu-se: "Bom, já que querem apresentar propostas concretas, então vamos tornar isto leal, até fins de outubro todos apresentam propostas na CEVERA". Mas quem são todos? Obviamente que só podia ser essa decisão, feita pelos partidos e grupos e representações parlamentares e dirigida aos grupos e representações parlamentares, uma decisão da CEVERA não altera o Regimento.

Quando a Sra. Deputada me colocou a questão, Sra. Deputada a minha preocupação foi óbvia e mantenho-a.

Presidente: Sr. Deputado, pedia que não interpelasse diretamente, porque no âmbito da declaração de voto não pode fazê-lo.

O Orador: É preciso tratamento igual, ma também estamos a tratar do Recurso e do proponente, é preciso garantir naturalmente tratamento igual. Isso para nós é que é fundamental.

Mas não pode ser efetivamente de acordo com o Regimento na CEVERA, pelas razões que eu acabei de dizer.

Como é que nós conseguimos resolver esse problema? Oh, Sra. Deputada uma decisão da CEVERA não pode alterar o Regimento Sra. Deputada e o Governo não faz parte por natureza devido à sua autonomia institucional, nem da CEVERA, nem desse compromisso que todos os Deputados fizeram.

Portanto, eu propus e o PS …

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho, pedia-lhe que se resumisse a questão da declaração de voto.

O Orador: … e o PS e continuamos dispostos a propor a resolução desta questão que é tratamento igual em tempo e em comissão, para as duas iniciativas.

Foi por isso e por estas rezões regimentais ...

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Isto é que é uma declaração de voto?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

Sr. Deputado Francisco Coelho pode continuar.

O Orador: … nós votámos, como votámos e de resto também. A partir de agora podem os Grupos e Representações Parlamentares que estão na CEVERA apresentarem as iniciativas todas que quiserem, não há aqui qualquer congelamento. Façam favor e na sequência disso o trabalho da CEVERA naturalmente há de continuar.

Agora, é evidente que em termos políticos as questões formais levantam outras e nós também já percebemos isso.

De qualquer modo, cada um fará, como sempre disse, o que bem entender, apresentará o seu trabalho e havemos de ser julgados pelos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado João Bruto da Costa para uma interpelação.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação no seguinte sentido respeitando, naturalmente como respeito, a declaração de voto do Sr. Deputado Francisco Coelho, mas esta parte final suscita-me uma interpelação a V. Exa. no seguinte sentido.

Se todos os partidos apresentarem continuamente na CEVERA diplomas e se da mesma matéria o Governo apresentar um diploma, o diploma irá para a CEVERA? Sim ou não?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa eu terei sempre que cumprir o Regimento e, portanto, é isso que irei fazer.

As iniciativas que são remetidas à CEVERA deverão ter um tratamento próprio e naturalmente não são iniciativas legislativas no âmbito do processo legislativo comum.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para uma declaração de voto?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Votei favoravelmente este Recurso do BE, exatamente pelas razões que se tornaram evidentes ao longo deste debate, porque vejam bem, esta é a questão regimental chave: foi aqui referenciado que todas as propostas de futuro, podem seguir para a CEVERA, de todos os partidos, inclusivamente pelo PS, ou seja vão para a CEVERA em que o trabalho se irá prolongar durante meses.

As do Governo podem entrar na autoestrada do processo comum, portanto podem ser debatidas e podem ser analisadas e é evidente que esta circunstância é uma circunstância de desigualdade absoluta.

Quem é que aparece como uma entidade que trabalha? O Governo.

Quem é o inovador? Quem é a instituição que inova? O Governo.

Quem é o primeiro a anunciar perante a opinião pública uma iniciativa e a assumir a sua paternidade? O Governo e o Sr. Presidente do Governo.

Estão a ver o absurdo desta situação?

Deputado André Bradford *(PS):* Não é absurdo nenhum!

O Orador: Estão a ver o absurdo absoluto desta situação e a vantagem que significaria num sistema parlamentar? O Governo Regional não teria qualquer tipo de oposição nem de contraponto, nós ficámos todos à espera que o Governo Regional entendesse: "Não! Não! Os partidos estão ali a discutir durante meses e a consensualizar posições, e tal, e nós vamos continuar a fazer o trabalho que precisa de ser feito!".

Portanto, isto é um embuste monstruoso e eu espero que a opinião pública perceba este embuste! Espero que a opinião pública perceba este embuste que está a ser aqui criado e perceba que muito antes do Governo Regional apresentar esta iniciativa, já tinham sido apresentadas duas que tinham sido paralisadas pelas regras que foram aqui criadas, a que eu chamei o congelador e também chamei a tartaruga.

Por isso eu votei favoravelmente este Recurso porque como o BE aqui bem identificou e todos os partidos da oposição bem identificaram isto trata-se de um embuste montado e da responsabilidade do Governo Regional, na pessoa do Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro, que aproveitou a oportunidade para no dia da Região apresentar esta iniciativa.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu, todos nós ficamos espantados e também com a liberdade que a Sra. Presidente deu a todos, espero que me conceda alguma, as questões do mar não eram uma novidade para o Sr. Presidente do Governo anunciar no Dia da Região, porque as questões do mar já tinham sido levantadas nesta Casa há dois anos, nomeadamente pelo CDS …

Deputado Carlos Silva *(PS):* Isso é que é uma declaração de voto?

O Orador: … e da primeira vez foi chumbado e da segunda vez que aqui trouxemos a questão, eu vou citar o Diária das Sessões, da parte do PS era dito o seguinte: "Há toda a abertura ao nível da consensualização e da priorização que teremos necessariamente que fazer ao nível e na sequência da aprovação da Comissão Eventual CEVERA, para esta questão também ser considerada.

Da parte do PS este compromisso fica tomado, a questão do mar e do conceito de gestão partilhada, no nosso entendimento cabe no âmbito da CEVERA e

assim será considerado". Isto é o Diário das Sessões e foi o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Fui eu que disse! Há de me explicar a contradição?

O Orador: Eu não estou a dizer que há contradição nenhuma! O que eu lhe estou a dizer Sr. Deputado é que há um ano atrás, …

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, terei que lhe fazer a mesma advertência que fiz ao Sr. Deputado Francisco Coelho, para não interpelar diretamente …

O Orador: Eu não interpelei ninguém e fui interpelado.

Presidente: Estou a pedir-lhe que tome em consideração isso no âmbito da declaração de voto.

O Orador: Portanto, votamos convictamente este Recurso do BE pelo seguinte, em primeiro lugar por isto e porque eu disse ao Sr. Presidente da Comissão que a nossa iniciativa iria para a CEVERA, como estava combinado. Não furei acordos! Não furei consensos e concordei com o PS, que o Sr. Presidente da Comissão muito bem representava.

Portanto, isto era um compromisso, não era do Sr. Presidente da Comissão, que não tenho nada que lhe aponte, era do PS, era desta maioria, que chumbou uma proposta para ir para a Comissão.

Agora, esta maioria e este Governo, furaram o compromisso com o Governo a mandar uma proposta para a CAPAT. A questão é esta.

Relativamente quando o PPM foi o primeiro a furar esse consenso, quando o PPM furou o consenso, nós todos o criticamos, nós todos fomos contra, nós todos achamos que aquela matéria deveria ser discutida no âmbito da CEVERA. Todos fizemos isso! Criticamos o PPM e, portanto, para sermos coerentes temos também que criticar o Governo.

Nessa matéria, Sra. Presidente permita-me, é mais uma razão, para termos aprovado este Recurso do Grupo Parlamentar do BE.

Portanto, ou a gente se entende aqui porque eu não percebo que haja aqui propostas que vão para a CEVERA e ficamos consensualmente, é verdade e confirmo que foi combinado na última CEVERA apresentar propostas até outubro, e eu confirmarei que voltaria a dar entrada da nossa proposta, mas agora Sra. Presidente eu estou como "o tolo a meio da ponte", eu já não sei para onde é que me viro, já não sei se é para a CEVERA, se é para a CAPAT e fico ali, pronto, se calhar o melhor é atirar-me da ponte, ao menos tomo um banho e refresco-me, mas sinceramente chega-se a uma altura que não se percebe o que fazer e estamos num impasse porque quem vai para a CAPAT segue o processo legislativo comum e nós na CEVERA, e bem …

Há aqui um problema, é que o que vai para a CEVERA fica a aguardar o trabalho, eu não percebo, como é que depois vai uma proposta legislativa. Ou só apresentamos propostas e ideias na CEVERA para serem materializadas num documento porque eu não vejo depois como é que se vai consensualizar projetos de decreto legislativos de um e do outro.

Agora, vou terminar Sra. Presidente, o que eu vejo como muito mau, não diria até um atentado, não queria usar a expressão, mas por uma falta de respeito institucional por esta Casa por parte do Governo Regional não ter feito a mesma coisa e mandado para a CAPAT.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado, e uma vez que esta referência já foi feita é preciso que fique claro que o Governo, nem nenhum …

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, isto tem que ficar claro e eu pensei que tinha ficado claro nos esclarecimentos que prestei.

O Governo e nenhum outro partido nesta Casa, manda iniciativas para as Comissões.

A decisão é da Presidente do Parlamento no escrupuloso cumprimento do nosso Regimento e todo o trabalho que será feito na CEVERA e que espero que seja feito com sucesso porque acho que este é um aspeto comum e que nos une a todos nesta Casa, naturalmente é feito de outra foram, através de todos os objetos que constam do Projeto de Resolução que foi aprovado nesta Casa.

Por isso isto tem que ficar claro que a decisão de remessas de iniciativas legislativas para as Comissões é da Presidente da Assembleia, portanto a única responsabilidade é minha e de nenhum outro partido, nem do Governo.

Não há mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tinha pedido a palavra para?

Deputado João Corvelo *(PCP):* Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado João Corvelo *(PCP):* Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, se faz favor.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 17 horas e 15 minutos.

Eram 16 horas e 57 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 23 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos trabalhos. Entramos agora no ponto 6 da Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo**

Regional n.º 19/XI – "Define os termos da afetação dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa atribuídos ao Governo Regional dos Açores".

Os tempos são os que foram definidos pela Conferência de Líderes e os que habitualmente utilizamos no processo legislativo comum.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** *(Sérgio Ávila):* Sra. Presidente, Sras. e srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, visa dar sequência àquilo que foi aprovado pelo Governo da República, no âmbito da alteração do Decreto Lei que permitiu afetar à Região Autónoma dos Açores uma percentagem das receitas líquidas dos jogos sociais nomeadamente a percentagem correspondente ao nosso peso relativo no total da população, dando assim cumprimento àquilo que estava estipulado desde 2014 na Lei de Finanças Regionais, que definia claramente que as regiões autónomas tinham direito a receber uma afetação das receitas dos jogos sociais.

Nesse sentido e dando sequência, felizmente, em 2018 ao cumprimento pela primeira vez com essa alteração de Decreto de Lei, daquilo que estava desde 2014 previsto na Lei de Finanças Regionais e que não tinha sido até este ano efetivamente cumprido, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, visa definir quais são as áreas a que deve ser afeta essa receita, aliás na sequência daquilo que está previsto no enquadramento nacional.

Assim, a nossa proposta é que sejam afetas aos programas correlacionadas com o programa da segurança social, o programa da saúde, o programa da proteção civil e o programa do desporto e nesse sentido dar assim execução prática àquilo que estava previsto nesse Decreto-Lei, aliás, nós já no Orçamento para 2018, aprovado nesta Casa já demos sequência precisamente a isso, tendo em conta que face à previsão e ao compromisso assumido pelo Governo da

República, colocámos já na receita essa mesma dotação e fizemos a devida afetação pelas várias rubricas da despesa no âmbito desses programas, o que aliás faz com que também na nossa proposta os efeitos deste Decreto Legislativo Regional seja a 1 de janeiro deste ano.

Por outro lado permitam-me também dizer que, no decorrer deste debate, foi apresentada uma proposta pelo PSD no sentido de alargar também ao programa na área da educação, nomeadamente à componente do apoio social, que é uma proposta que nós consideramos válida e consideramos que da nossa parte tem o nosso apoio, no sentido de também nessa área a educação componente de apoio social, seja também uma das áreas onde serão afetos esses recursos no âmbito do plano de investimentos a aprovar em cada ano pela Assembleia Legislativa Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, mais uma vez e à semelhança do que aconteceu em sede de Comissão, o Sr. Vice-Presidente pela sua leitura acha que não deve prestar mais esclarecimentos a esta câmara, no sentido de especificar mais detalhadamente onde é que e de forma mais específica foram gastas estas verbas.

Não é nosso entendimento, gostaríamos de uma forma transparente e de forma a podermos exercer a nossa ação de escrutínio, que fosse mais claro e nas áreas da solidariedade social, na saúde, no desporto e na proteção civil, nos tivesse informado relativamente às ações onde as mesmas foram gastas, mas, vamos de facto ultrapassar essa questão.

Nós gostaríamos que o seu entendimento fosse outro, mas vamos como já disse ultrapassar essa questão.

Em segundo lugar e como é referido no diploma, a proveniência destes 17 milhões, como vêm da receita dos jogos afetos à Santa Casa da Misericórdia, também leva a que este mesmo dinheiro seja gasto e esteja afeto às receitas sociais, por isso o PSD propôs em sede de Comissão que os parceiros sociais fossem ouvidos e que tivessem alguma palavra a dizer, no sentido de nos darem um retrato mais detalhado daquilo que é a função deles, como parceiros sociais, como instituições de cariz social que não são do Governo e que muitas vezes substituem aquilo que o Governo não consegue fazer.

Por isso achávamos que a opinião deles seria essencial na abordagem deste diploma.

Passo por exemplo a citar o parecer da URMA que nos diz que "as verbas dos jogos sociais explorados pela Santa Casa deveriam ser gastas na totalidade no âmbito da solidariedade social e da saúde". Isto porquê? Porque de facto as necessidades das instituições sociais estão muitas vezes associadas a um desespero financeiro. Falam, por exemplo, da necessidade de uma atualização correta e adequada do valor padrão. Sabemos também que neste momento essa discussão está em cima da mesa, gostaríamos que o Governo Regional fosse sensível e víamos aqui uma boa oportunidade de parte desta receita corresponder ás necessidades das instituições da nossa Região, como já disse, não são do Governo, são sim parceiros do Governo e prestam muitas vezes atividades e uma função que o Governo não consegue prestar.

Finalmente e em relação à nossa proposta de alteração, é com bastante agrado que já ouvi da parte do Sr. Vice-Presidente que a mesma será aprovada, obviamente que o PSD como partido responsável e com sentido de propositura considera essencial, ainda mais atendendo aos últimos resultados que tivemos acesso ainda na passada semana por uma entidade externa que nos fez um retrato da nossa Região, que nos revelou mais uma vez indicadores sociais bastante deprimentes, pensamos também juntamente com aquilo que está no

diagnóstico da estratégia regional de combate à pobreza, nomeadamente a ação social escolar que cerca de 64% dos alunos da Região, repito, 64% dos alunos da Região, que equivale a 25 211 alunos dos 39 000 matriculados, necessitam de receber este apoio.

O mesmo documento, ou seja, o diagnóstico da estratégia regional de combate à pobreza diz ainda que desde 2006/2007, o número de beneficiários desta medida tem vindo a aumentar, sendo que as variações são mais expressivas aquelas que ocorrem no segundo e terceiro escalão.

Portanto, esta alteração vai de encontro àquilo que nós defendemos e já durante esta Legislatura apresentámos em 2017, no âmbito do Plano e Orçamento um reforço desta verba, o PS achou que não era necessário e chumbou-a, curiosamente no ano seguinte a verba que vem no Plano corresponde àquilo que esta bancada defendia.

Portanto, justifica-se obviamente um reforço na ação social escolar, de forma a dotar as nossas escolas de uma maior flexibilidade na gestão dos seus recursos em que obviamente serão beneficiados os nossos alunos.

Portanto, esta inscrição no setor da educação vai daquilo a que esta bancada tem defendido, ou seja, que é combater o ciclo da pobreza apostando na área da educação.

Portanto é sem dúvida uma boa medida e ficamos todos contentes que seja de consenso desta Casa.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Ávila tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila** *(PS):* Obrigado Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 2013, a Lei Orgânica n.º 2, de 2 de setembro que aprovou a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, tem plasmado no seu artigo 36.º que "a Região Autónoma dos Açores tem direito a uma participação nos resultados líquidos dos jogos sociais, explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa".

O n.º 2 deste mesmo artigo diz, e muito bem, respeitando as instituições autonómicas que "cabem às regiões autónomas a definição da sua regulamentação".

Neste sentido achamos pertinente, neste momento salientar alguns pontos.

Em primeiro lugar, que passados 5 anos, é com um Governo da República do PS, com a alteração do respetivo Decreto-Lei, que é efetivada a atribuição aos Açores de 2,38% destes mesmos resultados líquidos.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

O Orador: É com o Governo da República do PS que vemos efetivada uma conquista em prol dos Açores e em prol dos açorianos.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, estamos aqui discutindo a Proposta de DLR, competência atribuída pelo mesmo Decreto-Lei e a cumprir aquela que é uma das fases da nossa obrigação legislativa nesta matéria.

Em terceiro lugar, por último também, até porque não é de somenos importância realçar, esta é uma conquista conseguida pelo PS, para os Açores e pelos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta não é mais do que a concretização aqui na Região, daquele que é um direito consagrado na Lei das Finanças Regionais, por isso mesmo o BE congratula-se por esse direito que finalmente vemos integralmente cumprido.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Qual é a proposta?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* A que entregámos!

O Orador: Sabemos, e aliás penso que já foi aqui mencionado, que o critério de distribuição destas receitas, é feito consoante também a distribuição da população, portanto em termos proporcionais caberá à Região Autónoma dos Açores, sensivelmente, apesar de este valor poder oscilar, mas estamos a falar aqui de um montante que deverá rondar os 17 milhões de euros.

Obviamente, que nada temos contra sobre a distribuição, ou sobre a consignação desta verba à Região, senão não nos estaríamos aqui a congratular por finalmente vermos cumprido este direito.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Isso não está na sua proposta!

O Orador: Agora, de facto subsistem algumas dúvidas que foram levantadas, até mesmo pelo Grupo parlamentar do PSD desde o seu início e essas dúvidas prendem-se sobre como se fará a distribuição dessa receita na Região.

Ora, a proposta que o Governo nos apresenta, consideramo-la genérica e além de genérica e a nosso ver também não seria por aí que iríamos reprová-la, mas sobretudo falta critério, porque não basta discriminar as áreas por onde esta receita será distribuída, é necessário também estabelecer aquelas que são condições mínimas para se fazer essa distribuição.

Aliás, o diploma que regulamenta a distribuição destas verbas na República é bastante mais complexo, é verdade, tanto é que a distribuição é feita de uma

forma que por vezes pode-se tornar demasiado minuciosa, tanto que é rara a área que não consegue ter mais que 5% da verba distribuída e por isso mesmo, sendo que todas as áreas ou mais áreas são beneficiadas, também é certo que caberá a cada uma destas áreas um valor que por vezes poderá ser irrisório.

Por isso acompanhamos a ideia do Governo Regional de discriminar grandes áreas, agora não acompanhamos a falta de critério, mesmo que o Governo Regional se tenha de certa forma comprometido em Comissão, e penso que também aqui neste Plenário o fará, de apresentar a distribuição discriminada das receitas em sede de Plano Anual Regional.

No entanto, consideramos que isso será insuficiente porque neste momento está em causa, e estamos aqui a discutir uma proposta de distribuição perante grandes áreas e, portanto, nós não podemos votar em consciência e votar favoravelmente em consciência uma proposta que nos poderá no futuro e até no próximo Plano Anual Regional nos colocar numa situação de contradição.

Por isso mesmo é que nós, BE, consideramos importante estabelecer aquele que é um critério mínimo para que não sejamos no futuro surpreendidos e surpreendidos como? Nada temos contra uma distribuição desta receita que inclua IPSS e Misericórdias porque infelizmente essa foi uma competência que foi delegada quase totalmente pela Região e também pelo Estado, a IPSS e Misericórdias.

Portanto, considerando a realidade em que vivemos, não vemos mal nenhum em que parte dessa verba, ou grande parte dessa verba seja destinada a IPSS e Misericórdias, até porque essa também foi não só uma forma de delegar uma competência que compete à Região, mas também ao Estado, mas aqui estamos a falar da Região, mas não foi também uma delegação de competências inocente. Foi uma delegação de competências estrategicamente concretizada. Estrategicamente porquê? Porque permitiu também poupar recursos, porque essa delegação de competências foi feita dessa forma. Poupar recursos como?

Através de mão de obra barata, porque infelizmente as IPSS e Misericórdias, a grande maioria delas, não consegue pagar salários condignos aos seus trabalhadores, porque o Governo Regional, não só delegou essa competência nestas IPSS e Misericórdias, como também tem vindo a asfixia-las financeiramente ao longo destes anos, até ao ponto em que muitas delas já não conseguem sobreviver, não conseguem sequer pagar salários condignos às pessoas. Por isso, neste momento o que nós temos, é termos pessoas que apesar de trabalharem, os rendimentos que têm do seu trabalho, de salários auferidos em IPSS e Misericórdias, os rendimentos são tão baixos que temos uma situação inusitada na nossa Região e também já agora na República, que é de termos pobres a cuidar de miseráveis e isso não pode acontecer. Não pode, infelizmente, acontecer!

Portanto não é só por isso que damos aqui um estatuto especial à solidariedade social e claro que terá que incluir IPSS e Misericórdias, mas temos em atenção uma exceção que deve ser feita: temos que garantir que este cheque de 17 milhões de euros, nenhum deste 17 milhões de euros poderá ir para hospitais privados, escolas privadas, do género Colégio do Castanheiro.

Não tenho nada contra, o BE nada tem contra a possibilidade de termos parte desta verba consignada, por exemplo ao Serviço Regional de saúde, temos tudo contra a possibilidade nem que seja um cêntimo desta verba ir parar a hospitais privados. Não podemos nunca admitir essa possibilidade, tal como não podemos nunca admitir a possibilidade de, por exemplo, parte desta verba, nem que seja um cêntimo, ir para o Colégio do Castanheiro, ou outra escola privada, em vez de ir para a escola pública.

Tal como, temos tudo contra a possibilidade, de nem que seja um cêntimo desta verba, um cêntimo destes 17 milhões de euros, poder eventualmente ir para o Santa Clara para poder pagar o seu passivo e quem diz aqui o Santa Clara, diz o Lusitana.

Mas não temos nada contra a possibilidade de se atribuírem milhões, por exemplo para a formação desportiva de jovens.

É por isso mesmo, que nós BE, introduzimos uma alteração na proposta do Governo para ser votada nesta Casa e que nos parece que impõe aquele que é um critério mínimo para não termos surpresas desagradáveis no futuro.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, é impossível a qualquer partido com representação nesta Casa, não se congratular com o facto de a Região ter neste momento ao seu dispor mais uma transferência da República, para colmatar problemas sociais.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Não é uma transferência, é um direito!

A Oradora: Uma Região que, como todos nós sabemos, é a pior a nível de Portugal, dados da OCDE recentes, em termos de saúde, de emprego, de cidadania, de educação …

Deputado André Bradford *(PS):* Que raio de OCDE é essa?

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: Posso fazer chegar à Mesa, OCDE, 2016, as piores e as melhores regiões de Portugal. Açores (a castanho) como a pior no emprego.

Deputado Francisco César *(PS):* Não é verdade não senhora!

A Oradora: Pode reclamar! É como nos jogos do trivial, pode reclamar em relação à resposta, se não considera a mais adequada. Estes são os dados oficiais públicos e publicados.

Portanto, o problema da pobreza na Região é conhecido, é cada vez mais grave e, portanto, obviamente que o CDS se congratula que neste momento a Região tenha mais uma verba ao seu dispor, no sentido de tentar combater os problemas graves, sociais que a Região enfrenta.

Obviamente que 17 milhões, não vão resolver o problema da pobreza nos Açores, mas vão ajudar, quer dizer, vão ajudar fazendo fé de que efetivamente o Sr. Vice-Presidente vai alocar estas verbas e vai utilizar estas verbas para fins sociais, porque com base no Decreto Legislativo Regional que nós estamos neste momento aqui a analisar e que vamos votar, a única coisa que é dita é que estes 17 milhões vão ser divididos entre solidariedade social, saúde, desporto, proteção civil e a partir de agora, nas palavras do Sr. Vice-Presidente, na área da educação também.

Portanto, nada nos garante, não temos qualquer mecanismo que nos permita avaliar se efetivamente estes17 milhões serão utilizados para fins sociais, …

Deputado André Bradford *(PS):* Tem um: era ter proposto!

A Oradora: … ou se daqui a um ano estaremos aqui a avaliar novamente a taxa de execução do Plano de 2018 e veremos que afinal a derrapagem não foi de 144 milhões, mas 144 milhões, menos 17 milhões.

Portanto, não temos qualquer garantia, mas no exercício de boa fé que todos nós faremos, acreditaremos que o Sr. Vice-Presidente utilizará esta verba para fins sociais.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu devo dizer que vou votar favoravelmente esta iniciativa, é evidente que é mais do que justo …

(Aparte inaudível)

O Orador: Nem ficam contentes quando eu voto favoravelmente? Já disse que votava favoravelmente.

Vou votar favoravelmente esta iniciativa, evidentemente que é mais do que justo que estas verbas também sejam distribuídas tendo em consideração as regiões autónomas e considero que é de facto também fundamental que a Região tenha verbas para conseguir ultrapassar muitas das dificuldades que continuamos a ter a nível da solidariedade social, saúde, proteção civil, desporto e também o Governo já anunciou que aceitará as propostas de alteração para incluir também a educação.

Por isso, eu considero que estão reunidas as condições para apoiar esta iniciativa, votar favoravelmente.

Vou fazer uma referência muito breve: de facto em todas estas áreas que eu acabei de referenciar e temos aqui este livrinho "O retrato dos Açores", da Pordata, em que de facto os nossos dados, os dados da Região Autónoma dos Açores depois de 22 anos de governação do PS, são absolutamente calamitosos.

Portanto, estes 17 milhões de euros, não resolvem os problemas tremendos que a Região enfrenta, temos aqui o retrato realizado por uma entidade independente e não é um retrato que nos seja nada favorável e sobretudo não é um retrato favorável para quem esta há 22anos a desempenhar funções executivas nos Açores.

Tenho também pena, e deixem-me dizer este aparte, dos Deputados e dos Membros do Governo não poderem contribuir para estas verbas, não podemos, por exemplo, jogar placard, portanto não podemos contribuir para apurar verbas nesta matéria.

Portanto, não há muito mais a dizer neste diploma, votarei favoravelmente, assim como a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao mesmo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** *(Sérgio Ávila):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se da nossa parte concordamos com a proposta de alteração do PSD, não concordamos com a proposta de alteração do BE e não concordamos por uma razão muito simples: o Sr. Deputada limita, como aqui diz, aos setores públicos o dispêndio de verbas em áreas como a proteção civil e o desporto.

Ora bem, eu não conheço na Região instituições públicas que sejam destinatárias das verbas do desporto. Que eu saiba os clubes não são setores públicos.

Na área de proteção civil as associações de bombeiros, que eu saiba, não são setores públicos.

Portanto, não faz qualquer sentido, se me permite, essa proposta apresentada ao restringir a setores públicos os apoios em áreas como a proteção civil e o desporto, onde os protagonistas dessas atividades não são entidades públicas.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva** *(PS):* Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para realçar aqui alguns aspetos importantes.

Em primeiro lugar, essa é uma boa proposta para os açorianos e para os Açores e ao contrário daquilo que tenta fazer alguma oposição, em que tem alguma dificuldade em reconhecer que se trata de uma boa proposta, de uma conquista para os açorianos, de um direito que foi reposto e não um favor que nos é feito,

é um direito que nós temos, uma vez que também contribuímos para essas receitas.

Portanto, há aqui uma boa proposta, o Governo definiu quatro áreas muito importantes: a saúde, a solidariedade, o desporto, a proteção civil, já foi aqui abordado que a educação também será incluída, portanto são cinco áreas importantes, onde serão repartidos os 17 milhões de euros.

Com isso não há nenhum problema, é uma boa proposta, são 17 milhões de euros para investir na contínua melhoria por melhores soluções para os açorianos, melhores condições de vida e isso deve ser realçado e não deve ser constantemente aproveitado para atacar o Governo, nem tudo aquilo que propõe, mesmo quando é uma boa proposta e esse é um bom caso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, que eu saiba existe uma coisa chamada desporto escolar, inclusive há possibilidade de o Governo imputar parte desta verba, em sede Plano Anual Regional, na Direção Regional do Deporto.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Sérgio Ávila):* Está certo!

O Orador: Também é possível investir parte desta verba no próprio Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros!

Portanto, não estou a ver qual o problema formal da proposta.

O que eu acho, estou convicto disso, o Grupo parlamentar do BE está convicto que o que falta ao Grupo Parlamentar do Socialista, é vontade política para viabilizar a nossa proposta.

Deputado João Paulo Ávila *(PS):* E saber fazer propostas?

O Orador: É só uma questão de opção política!

O Grupo Parlamentar do Socialista e o Governo consideram que não deve haver o mínimo critério para a distribuição destas receitas e não incomoda nada ao Grupo Parlamentar do Socialista e ao Governo, aliás como a história tem vindo provar, que se destinem fundos públicos, a escolas privadas, até mesmo, imagine-se, hospitais privados, aliás um desses hospitais privados vai ser inaugurado em S, Miguel daqui a algum tempo. Portanto, nada! Nada!

Um Partido Socialista, supostamente de esquerda devia sentir-se incomodado por estas opções políticas.

Deputado Carlos Silva *(PS):* São 17 milhões! E o resto do orçamento?

O Orador: Ao BE compete propor aquelas que são políticas de esquerda; ao PS compete, se calhar, confirmar e selar aquelas que têm sido as suas opções políticas, se calhar desse o início do regime democrático e desde do início da nossa autonomia, que é de encostar-se às políticas de direita e cumprir aqueles que são os desígnios da direita, para a governação, quer do país, quer da Região.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** *(Sérgio Ávila):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho que dizer que discordo absolutamente que seja considerada política não de esquerda, para não dizer de direita, apoiar os clubes desportivos e também não considero que seja política não de esquerda apoiar as associações humanitárias dos bombeiros.

Portanto, não vejo aí, acho que sou de esquerda, mas a minha esquerda é uma esquerda que se enquadra no apoio aos clubes desportivos e às associações humanitárias dos bombeiros, por não serem públicos não deriva que não devam ter apoio.

Mas digo-lhe uma outra coisa, se é isso que lhe preocupa na parte dos clubes desportivos: se o que não é apoiado e não é por isto, é pela Lei de Bases do Sistema Desportivo, é o apoio de dotações e verbas do desporto a sociedades anónimas desportivas, vulgo conhecidas como sabe, que não são apoiadas pelas verbas do desporto, tendo em conta não essa legislação, mas a Lei de Bases do Sistema Desportivo.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente,

Pergunto se há mais inscrições?

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, só para informar que farei chegar à Mesa os dados da OCDE, onde efetivamente a Região encontra-se em último lugar, considerada a pior Região em termos de emprego, mas penso que já é a segunda ou terceira vez que o CDS faz chegar estes dados à Mesa. Não sei se entretanto acontece alguma coisa a estes dados, mas vou voltar a entregar porque é muito desagradável estar a apresentar estes dados aqui, numa intervenção e ser considerada como …

Presidente: Sra. Deputada, está no âmbito da interpelação, não interpele a outra bancada.

Sim senhora, depois de ser entregue na Mesa será distribuído.

Muito obrigada.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação na generalidade desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de DLR apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Está à votação o art.º 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao art.º 2.º deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: A redação apresentada para este artigo 2.º pelo BE fica prejudicada no que se referia ao seu n.º 1.

Vou colocar então agora à votação a proposta de aditamento de um n.º 2 a este artigo, apresentado pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 28 contra do PS, 3 votos contra do CDS, 1 voto contra do PPM, 16 abstenções do PSD e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 2.º do diploma, com a alteração que aprovámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação o art.º 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a Proposta de DLR apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora para o ponto **7 - Projeto de Resolução n.º 55/XI – "Ultraperiferia – O instrumento Europeu para políticas diferenciadas nos Açores",** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os que utilizamos no processo legislativo comum e para apresentar a iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida** *(PSD):* Sra. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É a nossa condição económica, social e territorial que faz com que os Açores lutem, com carater permanente, pela diferenciação de políticas e de apoios públicos que permitam que aqui também seja Europa na sua plenitude.

Esta iniciativa do PSD Açores visa tão somente materializar esta preocupação face aos desafios e à oportunidade no debate europeu do futuro das políticas e do financiamento público.

A União Europeia, Portugal e os Açores devem honrar o estatuto de região ultraperiférica reconhecido aos Açores no Tratado da União Europeia.

A razão da apresentação desta iniciativa do PSD, que deu entrada neste parlamento no dia 17 de outubro de 2017, já lá vão 7 meses, foi tão somente relevar a importância deste reconhecimento no dia a dia das políticas agrícolas e de pescas para além da modulação nas medidas do foro económico e social da União Europeia nos Açores

Com o corte anunciado de 3,9% nas verbas do Posei não podia ser mais pertinente a votação desta iniciativa do PSD como um contributo do parlamento regional na manifestação da vontade de adequar o Posei à realidade atual e futura.

Os Açores têm de fazer o trabalho de casa nas instâncias europeias com caráter permanente.

É preciso investir em quadros competentes e conhecedores para tratar ao nível técnico e institucional as questões europeias com implicações na economia e na sociedade açorianas.

O Governo dos Açores e os Parceiros Sociais devem estar representados ao mais alto nível técnico em Bruxelas para sensibilizarem com argumentos válidos as decisões da Comissão Europeia.

Não é uma estrutura física em Bruxelas que altera a capacidade negocial dos Açores, mas sim uma estrutura institucional.

Estamos a assistir ao pânico do Governo dos Açores, que parece surpreso, com as notícias na redução dos apoios da PAC, nas dúvidas sobre as ajudas diretas aos agricultores e na diminuição em 3,9% do Posei.

E perante isso o que faz o Governo:

Remete à Comissão Europeia todas as responsabilidades no impacto dessas decisões.

Desconhecemos os argumentos do Governo dos Açores junto do Governo da República, a quem cabe representar o estado português junto de Bruxelas, sobre o impacto da PAC e das ajudas previstas no 1º pilar, do desenvolvimento rural no 2º pilar e dos apoios diretos do Posei.

Mas também não abdicamos do propósito que deve constituir o compromisso do Governo da República de afetar os recursos financeiros adequados à preservação desta parcela de território, que tanto valoriza a economia e a posição de Portugal no atlântico.

O PSD estranha que nesta fase determinante do futuro da economia dos Açores não sejam públicos os documentos que traduzam a estratégia económica e financeira para a agricultura e agroindústria em cada ilha, quantificando os objetivos de produção até 2030, os modelos de exploração agrícola, as produções médias por animal e por hectare que sustentem esse modelo, o potencial forrageiro na gestão do uso e capacidade dos solos, o papel da

diversificação agrícola e da floresta em cada ilha quer na perspetiva ambiental, de abastecimento do mercado interno e da capacidade exportadora.
Agrada-nos, mas com preocupação, a visita do senhor Comissário Europeu de Agricultura, Phil Hogan, no final deste mês, porque um governo sem estratégia para o setor agrícola não consegue dialogar com o mais alto responsável agrícola da Comissão Europeia, nem sensibiliza-lo para as necessidades financeiras atuais e do futuro próximo da agricultura, da sua relação com o turismo e com o ambiente numa simbiose que necessita de recursos da União Europeia, para superar os desequilíbrios socioeconómicos e territoriais dos Açores.

Com um Posei que passou a incorporar 8.048.774 euros de fundos regionais como ajudas de estado, abre-se um precedente na "regionalização" de fundos públicos que não gostaríamos que fossem entendidos pela Comissão Europeia ou pelo Governo da República, como a capacidade da região em substituir-se às necessidades dos fundos europeus.
O Posei sempre previu nas diversas medidas a atribuição de ajudas por unidade, por hectare ou m2, por cabeça, por litro ou tonelada, de acordo com o objetivo de compensar a perca de rendimento pelos custos unitários de produção nas diversas fileiras.
Sempre foi evidente que as diversas produções agrícolas dos Açores iriam crescer em cada uma das nossas ilhas, pois este sempre foi o objeto de qualquer política sectorial e dos próprios agricultores.
Já o mesmo não se poderá dizer relativamente ao aumento do rendimento dos agricultores e da rentabilidade das diversas culturas e produções.
Estas são razões suficientes para defender o aumento do envelope financeiro do Posei, se quisermos que os Açores sigam um modelo de desenvolvimento sustentável, depois da abolição das quotas leiteiras, da liberalização do mercado

mundial e dos acordos comerciais que estão subjacentes nas diversas fileiras agrícolas.

A dimensão económica dos Açores não permite que sejamos, na mesma medida, competitivos com os maiores produtores agrícolas europeus e mundiais nem assim com os protutores agrícolas no continente.

Nem tão pouco temos na região alternativas económicas com a consistência e capazes de distribuir recursos por toda a economia, como faz a Agricultura.

Apoiando a reclamação justa junto das instâncias da União Europeia do aumento dos fundos públicos, como já o fizemos nesta assembleia regional, e contando que todos o façam, agora, fortalecendo uma posição comum, não podemos ignorar que o Governo da República assuma na repartição interna dos fundos públicos o dinheiro necessário para que se cumpra o Portugal ultraperiférico nos Açores.

Avaliar o impacto do Posei em cada fileira e na respetiva ilha, a consequência económica e social da redução dos apoios unitários a par de um Prorural desajustado das necessidades de modernização e de competitividade futuras de cada ilha, devia ter sido o trabalho de casa que o governo não fez, para que, agora chegados ao processo negocial europeu, fosse credível a carteira de argumentos dos Açores.

Quando os rateios cada vez mais evidentes no apoio ao abate de bovinos, ao ananás, à banana com rateios superiores a 30 % e à redução de ajudas por hectare em diversas culturas, ao limite imposto ao prémio aos produtos lácteos a 95% das entregas de leite em 2015, torna-se demasiado evidente as limitações futuras deste instrumento diferenciador.

Da mesma forma impõe-se o restabelecimento da autonomia do Posei Pescas.

Este Regime de Compensação dos Custos Suplementares Relativos ao Escoamento de Determinados Produtos da Pesca das Regiões Ultraperiféricas consagrado em tratados europeus, foi no atual Quadro 2014-2020

descontinuado e integrado no FEAMP (Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas), perdendo a vantajosa autonomia, regulamentar e financeira, que teve até 2013 e convertendo a discriminação positiva de que as RUPs beneficiavam num mero ponto do quadro financeiro geral para o mar e pescas. É o princípio consagrado da ultraperiferia que neste domínio esteve e também está em causa.

Esta perda de autonomia do POSEI Pescas provocou maior complexidade na sua aprovação e regulamentação, com enormes atrasos que se verificaram nos apoios atribuídos aos nossos profissionais da pesca no inicio do atual quadro financeiro plurianual.

Temos a obrigação de trabalhar para que esta situação não se repita no próximo Quadro Financeiro Plurianual e para que esta tentação não se alargue a outros programas similares.

Com o Governo dos Açores e o Governo da República a afirmarem que apenas estamos na fase inicial da negociação europeia, com a apresentação das propostas iniciais para o quadro financeiro plurianual, esta proposta de resolução não se apresenta ultrapassada porquanto reforça uma posição deste parlamento regional sobre matéria tão relevante para a economia regional e para a agricultura e pescas em especial.

Defende o aumento do envelope financeiro global do Posei, mas também o reforço do princípio da ultraperiferia aplicável de forma transversal às políticas europeias com impacto nos Açores.

Os grupos e representações parlamentares na ALRA não estão envolvidos em nenhum processo negocial, institucional ou técnico, junto da Comissão Europeia, nem esta é a sua missão.

Não devemos deixar, contudo, de manifestar a nossa posição política sustentada, também, na manifestação e vontade dos diversos parceiros sociais ouvidos sobre esta iniciativa.

Termino convicto da consciência coletiva no recurso a este reconhecimento europeu sobre a ultraperiferia para suplantar as debilidades que os Açores continuam a enfrentar, extensivo à aplicação dos diversos regulamentos operacionais que a Comissão Europeia nos apresentará em breve.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A dotação financeira proposta não pode inviabilizar, nem a consolidação do desenvolvimento da agricultura, nem pode comprometer o nosso futuro na construção das prioridades nesta matéria.

A cabimentação para o POSEI, nós não abdicamos deste instrumento e não aceitamos esta redução ou suposta recondução ou reorientação de verbas.

Consideramos que é hora de capitalizar todo o investimento feito, mas também é hora de capitalizar o papel contributivo do mar dos Açores, naquela que é a terceira maior zona económica da União Europeia.

Nós fazemos por merecer, nós contribuímos efetivamente enquanto região ultraperiférica, nós detemos uma posição indiscutível em matéria de agroindústria.

Nós somos a Região que tem a melhor execução em matéria de fundos comunitários.

Nós exibimos e defendemos a excelência ambiental, a preservação dos nossos ativos em matéria de biodiversidade, elementos fundamentais que consubstanciam o destaque dos Açores como um destino de grande potencial, como um destino inigualável na União Europeia e no mundo, enfim, mais argumentos haveriam para confirmar este desiderato.

Por outro lado, preocupa-nos o desinvestimento no segundo pilar, este demonstra uma certa centralização por parte da União Europeia, que nos preocupa.

Este arrecadar de funções que são por direito de cada país, atenta em muito aquela que é a pretensão e a propensão da criação de cada estado membro, na capacidade na maior conquista continua de mais e melhores competências, no âmbito de um verdadeiro espírito de coesão e de convergência.

Temos pela frente uma tarefa que não se esgota nesta negociação, nem nesta proposta. O futuro passa pela defesa intransigente do nosso capital e das nossas necessidades.

Não seremos cúmplices num baixar de braços, vamos sim erguer e dar mais passos numa estratégia concertada, procurando aliados entre outros estados membros e a outras regiões periféricas, numa posição de força coerente, una, sensata. A mensagem é clara e objetiva e deve unir-nos e não o oposto.

Todavia, em suma o que queremos dizer nesta Casa é que exigimos o reconhecimento da União Europeia, nós não mendigamos, nós não nos resignamos, nós afirmamos sim, com a força que reflete o nosso povo e a nossa gente, que os Açores, o PS e o Governo Regional irão sempre ao limite das suas competências e das suas responsabilidades tudo fazer, como de resto e como tem sempre feito para defender os interesses destas nove ilhas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas:

Gostaria também neste momento de tecer algumas considerações sobre aquilo que foi dito aqui pelo Sr. Deputado António Almeida.

O Governo concorda com uma série de afirmações que foram feitas, contudo há um conjunto de afirmações que não poderemos concordar e que gostaria aqui de clarificar.

A primeira é dizer, afirmar ou tentar passar a imagem de que o Governo não fez o trabalho de casa, que o Governo está em pânico. Isso não é verdade!

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Exatamente!

O Orador: Primeiro dizer que nós fizemos o trabalho de casa, aliás há mais de um ano que nós já estamos a trabalhar e no que se refere à agricultura, na questão do POSEI estamos a falar nesse dossier, aliás fizemos um documento estratégico, fizemos um documento em parceria com a Federação Agrícola e recebemos os contributos de muitas associações de agricultores.

Há uns meses a essa parte tem havido reuniões para ouvir os agricultores em quase todas as ilhas, neste momento faltam julgo que duas ou três e não foi possível fechar o circuito por motivos de agenda, mas vão ser fechados nos próximos meses, até setembro.

Este documento foi apresentado ao Governo da República, foi apresentado em Bruxelas ao Comissário da Agricultura e é um documento que no fundo define quais é que são as necessidades, se assim se pode dizer, da agricultura dos Açores para o futuro e em que medida é que o POSEI pode dar resposta a elas.

Portanto, Sr. Deputado, nós fizemos o trabalho de casa, agora estamos perante uma proposta do POSEI que não corresponde àquilo que são as necessidades do setor, é verdade, não corresponde àquilo que são os anseios dos Açores e aos anseios dos agricultores, porque na verdade o POSEI tem sido um instrumento muito importante para a estratégia do Governo, no sentido de aumentar as produções e no sentido de aumentar o rendimento dos agricultores.

Na verdade, quando se diz que não há estratégia, que a agricultura nos Açores não tem estratégia, depois o próprio POSEI e a própria utilização do POSEI provam o contrário.

Se nós olharmos e fixarmos naquilo que foram as candidaturas dos pedidos de ajuda em 2016, verificamos que foram 80 milhões de euros.

Se recuarmos 4 ou 5 anos atrás, os calores eram muito mais baixos em termos de pedidos de ajudas. Isso significa o quê? Significa que a agricultura evoluiu, significa que as produções aumentaram.

O Sr. Deputado vai dizer-me: "Bom, não aumentou na mesma proporção o rendimento!". Pronto, é verdade, mas houve um conjunto de fatores externos à Região e facotes que o Governo e os agricultores não contribuíram para eles, como fim das quotas leiteiras, contribuiu muito para a degradação do rendimento, essencialmente na fileira do leite, porque na verdade hoje a fileira da carne, felizmente, está bem; a produção de ananás também está com rendimentos bons; na horticultura houve uma evolução muito positiva e na verdade quando o Sr. Deputado vem aqui dizer que não há estratégia, que o Governo não tem estratégia, mas na verdade aquilo que tem sido a evolução do setor prova o contrário.

Depois também, Sr. Deputado, em relação àquilo que tem a ver com os rateios, na verdade aquilo que o Governo tem procurado fazer é adequar as ajudas à própria evolução do setor.

Se há uma determinada área que está a ter uma evolução muito positiva, se os rendimentos e a rentabilidade estão a melhorar, por que razão o Governo não há de reduzir a ajuda para beneficiar outras áreas e permitir que a agricultura se desenvolva de forma homogénea?

No fundo, é esta dinâmica que tem permitido que o setor cresça e agora há outra questão também importante: toda esta dinâmica e toda esta estratégia tem sido sempre definida com as associações e sempre definida com a Federação Agrícola, que de outra maneira não poderia deixar de ser.

Deixo também aqui naturalmente uma nota, não ao pânica, mas à preocupação, porque de facto um corte de 3 ou cerca de 4% no POSEI, naturalmente não é uma boa notícia quando na Região nós defendemos e vamos continuar a defender um reforço.

Naturalmente que há, por parte da Comissão Europeia alguma insensibilidade para aquilo que é o estatuto das regiões ultraperiféricas dos Açores. Não se percebe e até estranho que a própria Comissão propõe no orçamento da PAC que no primeiro pilar, no caso concreto o Estado Português, o Estado Membro, tenha um crescimento de 3.9% e no orçamento para o POSEI tem uma redução de 3.9%, ou seja, há aqui um princípio de alguma forma de justiça na distribuição das verbas, que nós não aceitamos, nem podemos estar de acordo e naturalmente o Governo ao mais alto nível, irá naturalmente fazer tudo e trabalhar tudo para que a próxima proposta do POSEI que ficará fechada e que será aplicada às regiões ultraperiféricas, seja uma proposta que sirva o setor, que permite a agricultura desenvolver-se, permite os agricultores melhorarem o seu rendimento e no fundo permite dar um contributo muito importante para o desenvolvimento económico da Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O BE considera positiva esta iniciativa do PSD, que pretende reivindicar e seguramente assegurar o reforço do POSEI Agricultura, a autonomização do POSEI Pescas e a maximização do estatuto de ultraperiferia em todas as suas vertentes.

Não temos a mínima dúvida em votar favoravelmente este Projeto de Resolução, pois ele contem medidas que a serem implementadas beneficiariam em muito a nossa Região.

Além disso, estas medidas sendo importantes no que à vida prática das pessoas e da economia da Região dizem respeito, não são menos importantes no que à descentralização dizem respeito e sobretudo são um contributo para caminharmos de uma forma plena para a consagração dos direitos das regiões ultraperiféricas, conservação que tarda e na nossa opinião muito.

Esta tomada de posição é importante, pois o envelope financeiro para o novo quadro económico de apoio que nos é apresentado nas propostas da Comissão Europeia, é não só uma machadada na política de coesão da Europa, como transmite ao invés de uma descentralização de competências, uma maior concentração de poderes em Bruxelas.

Este é o resultado de toda uma política de imposição de modelos económicos e de mitigação da democracia, a que a chamada construção europeia tem obrigado os povos e os países da Europa, com maior incidência os países economicamente mais frágeis.

Também por isto é importante esta tomada de posição proposta pelo PSD a esta câmara.

Contudo, não podemos deixar de tecer uma, ou outra, consideração, desde logo quero salientar a vinda do PSD à luta, pela maximização das potencialidades do estatuto da ultraperiferia, nomeadamente no que concerne a derrogações.

Em 2008 o BE apresentou nesta Casa uma proposta de derrogação para que a gestão do mar dos Açores, no que respeita às pescas, fosse exercida pela Região e nessa altura o PS, o PSD e o CDS votaram contra, pois objetivamente à frente dos Açores estava a festa de Lisboa e do seu Tratado.

Queremos acreditar que a experiência destes últimos anos foi boa conselheira e por isso ficamos na expetativa de que tudo não se resuma a mera retórica literária e política, sendo antes uma posição com repercussão ou com repercussões concretas em propostas e iniciativas legislativas futuras.

Ficamos à espera!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Sra. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós reconhecemos algum mérito a esta iniciativa do PSD, mas não deixo se assinalar que a mesma tem uma fundamentação muito imprecisa, Sr. Deputado e que merece aqui alguns esclarecimentos e algumas aclarações.

Obviamente, que nós estamos numa fase difícil, uma fase que nos preocupa no plano europeu, que decorre da proposta da Comissão para o novo Orçamento Plurianual da União 2021 a 2027 e essas propostas já revelaram algumas opções que nos preocupam, nomeadamente uma redução na política de coesão, a primeira vez na história da União, desde 86, desde que há a consagração em tratado da coesão, que há uma inversão de uma tendência importantíssima e também como o Sr. Deputado centrou a sua argumentação, notícias que nos preocupam ao nível da Política Agrícola Comum e também ao nível do

programa de opções específicas para a insularidade, que é no fundo o POSEI, que é uma coisa diferente da PAC, e às vezes isso não fica claro.

Portanto, estas três políticas comunitárias têm de facto reduções nesta proposta de orçamento e isso significa que nós vamos ter, como temos feito e o Sr. Secretário aqui referiu, que continuar a trabalhar e a lutar para que estas propostas sejam melhoradas e sobretudo é preciso em conta que no caso particular da PAC o que é proposto ao nível do primeiro pilar é sim um problema, porque o ligeiro acréscimo que existe é obtido à custa do aumento das transferências dos estados nacionais e depois há uma proposta de uma grande redução no segundo pilar da PAC que é, como eu creio que todos sabem, a componente do desenvolvimento rural.

Portanto, há aqui notícias que nos preocupam, ao mesmo tempo nós assistimos a uma grande pressão que já vinha de trás sobre o POSEI e agora com este anúncio de cortes, obviamente que é uma notícia que não é positiva para os Açores.

Este programa é específico para as ultraperiferias e é um programa que ao longo dos anos serviu para compensar não só a ultraperiferia que é a génese e a natureza do programa, e a sua conceção inicial decorre dessa realidade geográfica, como também tem vindo a servir, não só no discurso político, como também na prática para compensar o desinvestimento, a descaracterização e a liberalização da PAC, nomeadamente do primeiro pilar da PAC.

Eu diria que todos nós começamos a ter e os nossos agricultores em particular uma enorme expetativa sobre a componente do POSEI como podendo ser a grande solução para o futuro da agricultura e não só, do setor primário em geral, mas particularmente da agricultura nos Açores, pelas razões que eu atrás referi.

De facto, todas essas questões são preocupações que nós temos, aliás o PS tem uma proposta que eventualmente será debatida amanhã, ou na sexta feira, mas nós já demos entrada à nossa urgência e precisamente também para tratar destas

questões, embora se me permite numa perspetiva muito mais ampla e parece-me muito mais meritória, mas nisso, enfim, serei suspeita dessa apreciação, mas há aqui outros aspetos que eu não posso deixar de salienta, não é só a questão dos montantes, nós estamos a falar, é verdade do desinvestimento nessas políticas, mas estamos a falar na centralização de programas operacionais, estamos a falar de certa forma na reversão do princípio da subsidiariedade e nós estamos a falar também de algumas vozes que já falam, cada vez mais insistentemente, numa possível racionalização da PAC e de outras políticas comum.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* A gente quer ouvir é o Sr. Secretário!

O Orador: É bom não nos esquecermos que a PAC é a política comunitária mais importante e mais antiga, aliás uma das essências da primeira emanação da integração europeia, na CEE, começou precisamente com a agricultura, com o comércio e com os transportes e, portanto, a PAC tem uma importância enorme e é um elemento identitário da construção e da integração europeia.

Portanto, o que nós estamos a assistir neste quadro completo e perante essas dificuldades que eu procurei aqui sinteticamente apresentar, é um exercício da parte do PSD que infelizmente nós já nos habituámos no passado.

Eu, Sr. Deputado, que tanta esperança tive em si, que cheguei a dizer aqui neste Plenário que o senhor parecia-me ser uma lufada de ar fresco na abordagem do PSD à política dos Açores e particularmente à questão agrícola, houve um antecessor seu que era um autêntico disco riscado da calamidade e de facto o senhor ainda não chegou a esse ponto, confesso, mas este exercício, se me permite e com toda a frontalidade Sr. Deputado, este exercício de "eu protesto, logo existo" e esta tentativa de culpabilização do Governo, sempre nos mesmos termos, com argumentos estafadíssimos: o Governo não tem estratégia! o Governo não fez o trabalho de casa! o Governo não preparou os dossiers! Bem isto já cansa Sr. Deputado, e eu faço aqui um apelo que um colega meu fez,

penso que foi o Sr. Secretário, os senhores falam tanto da inovação, caramba façam um esforço, inovem qualquer coisa no vosso discurso, que isso também seria uma ajuda importante.

Portanto, este é um exercício muito básico, Sr. Deputado, o senhor revela aqui um aspeto importante, eu repito, a sua proposta tem alguns méritos, mas esse exercício de culpabilização não faz sentido e eu digo-lhe com franqueza, Sr. Deputado: o senhor acha que os nossos agricultores e os nossos pescadores acreditam que a culpa daquilo que se está a passar com essas propostas da Comissão Europeia, é do Governo Regional, é do PS, é do Sr. Secretário João Ponte? Francamente, Sr. Deputado, ninguém acredita nisso! Os agricultores e os pescadores sabem o que é que está em causa e percebem como é que estas coisas funcionam e é bom que se diga, meus amigos, o que nós estamos a assistir aqui, Sr. Deputado, é uma proposta de um órgão comunitário da Comissão Europeia que tem 20 Comissários de direita, de famílias de partidos políticos de direita, em 28! Ora, isto significa que esta proposta que não é positiva para os Açores, é uma proposta que vem da vossa família política, que será abordada e discutida no Parlamento Europeu, cuja maioria são de partidos da vossa família política e que depois será decidida, em decisão com o Parlamento Europeu, pelo Conselho de ministros da União Europeia, onde advinha a larga maioria serão ministros da família política do PSD.

Portanto, Sr. Deputado, quem está a criar dificuldades à agricultura açoriana, não é o Sr. Secretário João Ponte, não é o Governo, nem é o PS Açores, são os partidos da vossa família política! Essa é que é a verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, o que os senhores vêm fazer aqui é um exercício de culpabilização básico e que não passa no primeiro teste de exigência e de rigor do ponto de vista político.
Os senhores exigem ao PS Açores aquilo que não têm coragem de pedir aos vossos companheiros na Europa, à vossa família política na Europa!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso é que eu digo, como já disse várias vezes neste Parlamento, nós não esperamos que o PSD Açores apoie as políticas do PS e do Governo Regional. Deviam fazê-lo várias vezes, acho que só se credibilizariam com isso, mas nós já percebemos que não podemos esperar isso do PSD, mas nós exigimos que os senhores assumam as vossas responsabilidades, as responsabilidades das opções que a vossa família política na Europa toma, sem apelo, nem agrado das regiões ultraperiféricas.
Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.
Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.
(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, eu faço-lhe então uma pergunta: o Sr. Deputado acabou de dizer aqui, neste momento, que a culpa disto tudo era da família política da direita, …

Deputado José San-Bento *(PS):* Comissários!

A Oradora: … ou dos Comissários da família política, que tinham aprovado isto na Europa. Mas sabe o que é isto? Estou a perguntar-lhe: sabe o que é que é isto?

Deputado José San-Bento *(PS):* Tem de prestar mais atenção às minhas intervenções!

A Oradora: Eu tento! Eu garanto-lhe que tento!

Aquilo que pode acontecer de pior por essa família de direita aprovar uma redução do envelope do POSEI, é isso a acontecer que o CDS não quer, quer o CDS não defende, mas se isso acontecer representa uma redução de 3 milhões no envelope financeiro do POSEI, 77 milhões.

Aquele Sr. Secretário que está ali sentado e que na sua opinião não tem culpa nenhuma do que se está a passar no setor na Região, em 2017 deixou de executar 17 milhões na agricultura dos Açores!

Deputado José San-Bento *(PS):* Isso não é verdade! Já foi explicado!

A Oradora: Isso não prejudica o setor, Sr. Deputado? É isso que o senhor vem aqui dizer! Foi isso que o senhor acabou de dizer!

Deputado José San-Bento *(PS):* Isso é uma ilação precipitada!

A Oradora: Portanto, o CDS sempre e em última instância, sempre que for para decidir, defender a Região, seja em relação à República, seja em relação à Europa, vai estar sempre sentada do lado dos açorianos, não pode deixar de reconhecer que há muitas coisas que deviam ter sido implementadas atempadamente no setor, com dinheiros comunitários e que não foram e o CDS tem toda a legitimidade para dizê-lo aqui, porque o CDS sozinho, há dois anos, numa altura completamente difícil da Região, em que ninguém tinha coragem

de dizer ao setor que não poderíamos continuar a pagar pelo aumento da produção, que não podíamos continuar a pagar à quantidade, o CDS, uma bancada na altura de apenas 3 Deputados, apresentou uma proposta aqui que ninguém teve coragem de discutir porque o Sr. Presidente da Federação não se pronunciou e que o Sr. Secretário da Agricultura disse que não podia apoiar porque o Governo tinha uma proposta muito melhor, que fez exatamente uma cópia daquilo que era a nossa proposta.
Portanto, não discutiram, não senhor, mandaram abaixá-la duas vezes à Comissão porque ninguém sabia o que é que havia de dizer.

Portanto, o CDS tem toda a legitimidade de dizer que há imensas coisas no setor que não foram acauteladas, inclusivamente o POSEI: Sr. Secretário, quis ouvir a opinião dos Deputados da oposição em relação ao POSEI? Devo dizer-lhe, eu ando às vezes a pedir e a telefonar para os vários setores, onde eu possa ter alguma influência, para me dizerem afinal como é que está o POSEI e toda a gente me responde; "Ninguém sabe! Ainda ninguém viu! Isso está no segredo dos deuses!".

Então um POSEI que está no segredo dos deuses, que ninguém sabe como é que está a ser negociado, que os Deputados da oposição nem sequer têm conhecimento, como é que podem ser chamados a um pacto de regime para todos juntos falarmos a uma única voz, para irmos à Europa dizer que afinal queremos um POSEI assim ou assado, quando nem sequer somos ouvidos em relação ao POSEI para os Açores!

Portanto, torna-se difícil, nestas circunstâncias nos tornarmos todos solidários em relação a uma causa única.

Depois vem a Sra. Deputada Mónica Rocha, dizer aqui: "Nos últimos anos fizemos tudo, o Governo fez tudo!".

Eu devo lembrar que há dois anos ouvi declarações públicas da Sra. Deputada Mónica Rocha, muito indignada que o dinheiro do Governo Regional ia todo

para a monocultura da vaca! E o que era feito da diversificação agrícola? E o que é que era feito dos investimentos para a produção bio? E o que é que eram feitos dos investimentos do Governo para aqui e para acolá?".

Passados dois anos, sentada na bancada do PS afinal o Governo Regional tudo tem feito pela agricultura dos Açores!

Portanto, a Sra. Deputada é a favor da monocultura da vaca ou é contra a monocultura da vaca? E qual foi a grande alteração do POSEI em termos de apoio dos últimos dois anos que eu desconheço?

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados …

A Oradora: Sr. Secretário, ainda hoje justificou a baixa execução do Plano para a agricultura porque temos agricultores que concorrem a projetos e depois não fazem a sua execução, porque têm dificuldades, ou isto, ou aquilo ou aquele outro.

Eu devo dizer que num dos últimos debates sobre agricultura nesta Casa desafiei inclusivamente a bancada do PS, se estaria disponível para rever os indicadores que são utilizados para a viabilidade económica de quem apresenta projetos na área da agricultura, porque neste momento os critérios que são utilizados é a capacidade de pagar um salário mínimo e o nível de endividamento das explorações nem sequer é considerado.

Portanto, já coloquei um desafio aqui, se estamos disponíveis para rever os critérios de aprovação de projetos, porque obviamente se o Governo Regional continua sistematicamente a aprovar projetos em que, em vez de estarmos a utilizar o rendimento das explorações, estamos a utilizar a capacidade de pagar um ordenado mínimo e se as exploração estão completamente endividadas podem mesmo assim ser aprovados os projetos, a probabilidade desses

investidores não executarem os seus projetos é enorme e depois temos 17 milhões que não executados na agricultura.

Portanto, pergunto se estamos todos efetivamente disponíveis para fazer o trabalho de casa que é preciso fazer e tomar decisões que são difíceis porque aquilo que eu oiço é sistematicamente o Sr. Secretário dizer que vamos fazer o POSEI, que vamos fazer isto, aquilo e aquele outro que os agricultores querem e que o setor quer. Não! O senhor tem que fazer aquilo que o Governo quer para a agricultura, aquilo que o Governo considera prioritário para a agricultura e os agricultores há uma opinião que têm que dar, mas têm que cumprir com aquilo que é o projeto do Governo para a agricultura, senão não era necessário haver Secretário Regional para a Agricultura, estava o setor em autogestão.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional da Mar, Ciência e Tecnologia.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** *(Gui Menezes):* Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar dizer que naturalmente que apoiamos esta resolução do ponto 2, já que isso também tem sido uma das posições que nós temos expressado e aliás as RUP têm expressado, no sentido da autonomização do POSEI Pescas, ou melhor dizendo, o plano de compensação dos custos suplementares para os produtos da pesca nos Açores, neste caso.

No entanto devo dizer que estas diligências que nós temos feito não têm sido fáceis e será muito difícil que este programa saia do âmbito do FEAMP.

O que nós temos que continuar a trabalhar, naturalmente será no sentido de melhorar as regras e procedimentos aplicáveis aos fundos, para diminuir de facto a carga administrativa que vieram a introduzir no POSEI.

De facto, existe uma sobrecarga administrativa grande na questão destes planos de compensação e que não têm tido, digamos assim qualquer implicação ou qualquer ganho, em termos de transparência ou de cumprimento dos objetivos destes planos.

Aliás, deixe-me também referir uma coisa que em relação às questões ligadas às pescas e aos fundos comunitários para as pescas, nós julgamos que é de alguma forma redutor ser este só o ponto em que o PSD foca, porque existem com certeza outros pontos também tão importantes como este e que nós estamos a trabalhar para que tenhamos vencimento junto da Comissão.

Posso dizer-vos que ontem, como sabem, saiu a proposta para o envelope financeiro para as pescas. De um modo geral, como sabem, Portugal perdeu, a proposta sugere um decréscimo de 3.5 face à programa anterior, mas é preciso ressalvar aqui e neste sentido nós congratulamo-nos com o sentido desta proposta que aquele programa passará a integrar um subprograma específico para ao Açores, ou seja, as regiões ultraperiféricas, no caso a Madeira e os Açores, terão um envelope financeiro próprio dentro daquilo que será o FEAMP.

Posso dizer-vos e adiantar-vos que a proposta é de cerca de 102 milhões de euros, que no fundo corresponde àquilo que era o valor indicativo para as regiões autónomas, para o período 2014/2020.

Portanto, neste sentido e esta proposta vem no sentido de manter aquilo que são os apoios na íntegra para as regiões ultraperiféricas, o que naturalmente agrada ao Governo Regional.

Por outro lado, dizer que as taxas de apoio, diferenciadas para as RUP's também se mantém, atingindo naos casos gerais cerca de 85% e que não menos importante e relacionado com os planos de compensação, dizer que a proposta da Comissão que saiu ontem e ainda estamos naturalmente a analisar, mas posso dizer-vos que os planos de compensação com esta proposta da Comissão,

as RUP'S podem alocar até ao máximo de 50% daquele montante, ou seja, há possibilidade aqui de crescer o envelope financeiro para esta rúbrica em particular.

Naturalmente que existem também outros aspetos positivos que é uma simplificação geral de todo o programa do FEAMP para as pescas.

Das 49 medidas e respetivas condições de elegibilidade prevê-se para o período de 21 a 27, não existam medidas pré-definidas, isto é, será apenas indicada uma lista de operações que não são elegíveis, o que em termos práticos melhora bastante a operacionalização deste programa, mas naturalmente também há aspetos negativos e que nós vamos continuar a trabalhar para que esses aspetos sejam melhorados, agora que se abre um período, naturalmente, de negociação e estamos junto das entidades nacionais e junto das comunidades comunitárias, vamos naturalmente negociar para ver se há melhoria de alguns aspetos que consideramos ainda negativos na proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo** *(PCP):* Sra. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Devido às suas características específicas decorrentes de um grande afastamento e reduzida dimensão, as regiões ultraperiféricas enfrentam dificuldades particularmente que dificultam um desenvolvimento harmonioso dos seus territórios, desenvolvimento harmonioso que só poderá ser conseguido, se estas regiões conseguirem suprir as desvantagens permanentes, o seu espaço económico e humano.

Ora, a situação insular do isolamento e de afastamento geográfico destas regiões ao continente europeu, não lhes permite fazê-lo sem que exijam

medidas permanentes de apoio ao desenvolvimento à coesão económica, social e territorial.

Esta situação ímpar deve constituir por si só, uma condição suficiente para um tratamento específico às regiões ultraperiféricas, no âmbito da futura política de coesão.

É devido ao facto das RUP's constituírem regiões distantes e insulares que emerge a necessidade de aprofundamento do estatuto ultraperiférico.

Em termos de coesão económica, social e territorial no quadro da União Europeia estão colocados novos desafios às regiões ultraperiféricas.

O próximo quadro financeiro plurianual da União Europeia para 2021/2027, afigura-se bastante problemático quando é sabido que a proposta de Bruxelas para o Fundo Europeu, destinado a Portugal entre 2021 e 2027, sendo previsto um corte de cerca de 2 milhões apenas na política de coesão e política agrícola comum.

Esses cortes irão deixar a Região Autónoma dos Açores mais debilitada, como ultraperiferia, sendo assim de interesse apelar à maximização dos reforços das verbas atribuídas aos Açores.

Poderemos estar perante cerca de 20% de cortes, 20% de cortes no financiamento da política agrícola comum, que certamente provocará um abalo neste setor produtivo primário, nos Açores já padece de alguma fragilidade, mesmo com as verbas atribuídas.

Os produtores desta Região, mais do que nunca precisam dos apoios para uma promoção de produção e um apoio à evolução da mesma, sendo que neste momento qualquer que seja o Fundo Europeu que deva ser reforçado, não deve ser extinguido.

A defesa de uma perspetiva de desenvolvimento para as regiões ultraperiféricas, que visam a coesão económica, social e territorial requer programas de medidas de compensação pelos custos acrescidos que a distância impõe.

Importa aprofundar o estatuto das regiões ultraperiféricas no quadro da União Europeia, criando um regime claro e eficaz que permita políticas diferenciadas e a possibilidade de revogação às políticas comuns.

Justificam-se medidas específicas para a categoria territorial de ilha, que indissociavelmente sejam marcadas pela categoria territorial da maior distância, relativamente ao continente europeu no âmbito do estatuto das regiões ultraperiféricas.

Assim, a Representação Parlamentar do Partido Comunista Português considera que é absolutamente determinante para o futuro das regiões ultraperiféricas, a consagração de programas e medidas adequadas no âmbito da RUP, com propostas específicas a muitos problemas permanentes que a insularidade gera, sendo o estatuto da ultraperiferia, mais do que nunca deve ser maximizado e utilizado para reverter todos os percalços financeiros de corte nos fundos comunitários do próximo quadro financeiro plurianual de 2021/2027.

Não basta parecer, temos que ser coerentes e o que defendemos na Região, devemos defender no Parlamento Europeu. Não serve de nada defendermos uma coisa na Região e no Parlamento Europeu sermos favoráveis aos critérios, prioridades e orientações políticas que estão em curso na União Europeia e que trazem estes cortes no fundo comunitário, como é prática corrente do PS e do PSD em matérias estruturantes para o País e para a nossa região em particular.

O PCP vai continuar de forma coerente a defender os interesses da Região, seja cá na Região e nesta Assembleia Legislativa, seja como sempre fez no Parlamento Europeu.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria, Sr. Deputado José San-Bento por lhe desculpar este pequeno devaneio, esta alucinação setorial que por momentos lhe fez dedicar-se ao setor agrícola com alma e coração, mas procurando naturalmente arranjar bodes expiatórios e formas escapatórias para responsabilizar terceiros.

Deputado José San-Bento *(PS):* Não é verdade! Sabe que não é verdade!

O Orador: Eu gostaria de dar nota ao Sr. Deputado que quando apresentamos esta iniciativa em outubro passado, fizemo-lo com a mesma seriedade, renovamos a nossa mensagem…

Deputado José San-Bento *(PS):* Não está em causa aqui a seriedade!

O Orador: … Sr. Deputado, renovamos com a mesma seriedade a vontade política de superar as debilidades de um instrumento que toda a gente percebe que está desadequado à realidade agrícola atual.

Deputado José San-Bento *(PS):* Uma coisa é a proposta outra coisa é o que disse aqui!

O Orador: Sr. Deputado, eu gostaria de dizer-lhe que da mesma forma que acha que nós não podemos tomar decisões consequentes, porque se tratam de decisões de 28 Estados Membros e depois reporta para o Parlamento Europeu, para o processo de codecisão e para o grupo político a que fazemos parte, é tremendamente irresponsável.

Essa não é aa solução é a forma de fugir ao caderno de encargos que o Governo Regional tem que assumir em primeiro lugar dentro de casa.

Deputado Marco Costa *(PSD):* Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não sei de o Sr. Deputado reparou que na minha intervenção há vários níveis de observação.

O trabalho de caso, por que é que eu acho que tem que haver trabalho de casa? É porque em cada ilha dos Açores já podemos perceber que o POSEI da forma como está, está completamente desadequado, não compensa a perca de rendimento que está a acontecer, de acordo com a sua fórmula de cálculo, situação que o Governo já sabe há anos.

Quando digo trabalho de casa, é porque eu acho que o Governo deve ter já apresentado um documento ao Sr. Ministro da Agricultura, relativamente ao POSEI perspetivando 2021/2027.

Sr. Deputado nós não estamos a falar em política agrícola para a semana, nós estamos a falar em política agrícola para 2030 e se não houver capacidade de antevisão das preocupações dos agricultores, das instituições e das empresas ligadas ao setor agrícola, dificilmente o Sr. Secretário, ou o Governo Regional vai apresentar um caderno de encargos com o objetivo e com a missiva compreensível para o Ministro da Agricultura.

Já por várias vezes aqui questionamos o Sr. Secretário Regional: que documento apresentou o Sr. Secretário Regional ao Ministro da Agricultura, para que ele nos seus plenos poderes de representação do Estado Membro, que documentou apresentou e que reivindicação defendeu em termos de envelope financeiro para o POSEI para aquele período?

Eu acho que só é possível quantificar esse envelope financeiro, se houver uma política agrícola consentânea, reconhecendo a realidade e a problemática do setor agrícola e do desenvolvimento rural, em cada uma das nossas ilhas e eu acho que esse trabalho não está feito. Como o trabalho não está feito vamos por arrastamento procurar minimizar, em vez de reivindicar que vamos por arrastamento aceitar o que se vai passar.

Repare-se na Comissão de Economia, recentemente o Sr. Secretário Regional Rui Bettencourt, perante a questão: que posições é que foram assumidas pelo Governo Regional, designadamente quantificando os fundos que satisfazem os objetivos do Governo Regional, para o pós 2021/2027?

A resposta foi: Manter! A nossa posição é manter a estrutura financeira atual!

Ora, não é compatível essa informação do Sr. Secretário Regional, com os documentos que têm sido apresentados, designadamente quanto à PAC e quanto ao POSEI. Entendamo-nos!

Se há documentos que devem ser públicos são os documentos que manifestam a vontade expressa e quantificada do Governo Regional nessa matéria.

Se nós estamos a discutir fundos, se nós estamos a discutir milhões convém que haja um documento com esse propósito, mas por detrás desse documento tem que haver uma estratégia, tem que haver uma quantificação de objetivos e como não há essa quantificação de objetivos, tanto não há que se prometem investimentos através do plano regional que não se cumprem, naturalmente que vale tudo e o que tem acontecido em termos de estratégia para o setor agrícola é isso, não tem existido.

Eu tenho curiosidade de saber que posições tem o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas assumido junto do Governo da República nessa matéria e não consigo.

O documento que foi tornado público e foi remetido a esta Assembleia, em dezembro passado, é um documento também transversal, não quantifica, manifesta vontades, como nós estamos a manifestar vontades da nossa iniciativa e porventura na vossa iniciativa de amanhã.

Certamente o Sr. Deputado amanhã não vai reportar as decisões da vossa iniciativa para o Parlamento Europeu, é uma decisão que será tomada aqui, manifestando a vontade do nosso Parlamento.

Espero que não utilize o mesmo critério que procurou utilizar relativamente à nossa iniciativa.

Portanto, primeiro aspeto de trabalho de casa em cada uma das nossas ilhas, quantificar as necessidades do POSEI porque é disso que estamos falando agora.

Em segundo lugar, relativamente ao Governo da República: nós percebemos que há contrariedades do Governo da República, relativamente a regimes de exceção para os Açores.

É preciso capacidade política junto do Ministério da Agricultura para conseguir argumentar e validar aquilo que são os nossos interesses em matéria de POSEI e eu sinto que não há força política para isso e é isso que tenho receio: Não havendo força política, nem um caderno de argumentos válido para posicionar o POSEI, de acordo com as necessidades para 2021/2027, tenho receio que a leitura que faço do pânico do Governo venha a consumar-se.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Muito bem!

O Orador: O problema do POSEI não se coloca já nos 3,9% dos cortes que foram constantes da proposta da Comissão. O problema do POSEI é muito mais do que isso: é que para equacionar as necessidades do POSEI até 2030, as necessidades não são de manter, porque senão vamos correr o risco, numa má negociação coma a União Europeia e com o Governo da República, vamos afetar verbas do orçamento regional para satisfazer necessidades do POSEI. O que é que vai acontecer? Aquilo que temos assistido: promete-se 58 milhões, realizam-se 42. Porquê? Falta de dotação regional para satisfazer necessidades de investimento estruturais para cada uma das nossas ilhas e é isso que nós seriamente fazemos aqui, pomos a ênfase numa negociação nacional e numa negociação comunitária para que depois o orçamento regional não seja sacrificado para aquilo que ainda está por fazer.

Nós não podemos chegar a este momento de estar a discutir apoios ao rendimento e não termos uma rede de abate concluída; não podemos chegar ao momento em que estamos, em que se fizeram investimentos em qualidade na produção agrícola e não conseguimos conquistar com novos produtos e novos mercados, acrescentando valor ao setor agrícola.

Portanto, há muito mais a fazer nos Açores porque não foi feito em tempo útil.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que estamos aqui a falar hoje é efetivamente sobre o POSEI e nós desconhecemos qual é a posição do Governo Regional relativamente ao envelope financeiro global do POSEI para 2021/2027.

É isso que nós gostaríamos de ouvir do Sr. Secretário Regional: qual é o compromisso que o Governo Regional apresenta junto do Ministro da Agricultura relativamente ao POSEI, já que teremos oportunidade de falar sobre desenvolvimento rural, sobre as verbas do primeiro pilar e sobre o desenvolvimento estratégico do setor agrícola.

O que nós queremos saber hoje é qual é a posição do Governo Regional relativamente ao POSEI? Se porventura apresentou e quantificou as necessidades do POSEI, de acordo com a projeção do setor agrícola em cada uma das nossas ilhas, junto do Governo da República, que é quem representa nas negociações o nosso Estado Membro.

Isso é que era fundamental saber já que estamos falando de milhões.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer que não gosto da forma como está a decorrer este debate, nomeadamente por exemplo em relação à intervenção da bancada parlamentar do PS.

Uma intervenção exaltada, …

Deputado José San-Bento *(PS):* O senhor a falar de exaltada!

O Orador: … divisionista, a acusar a direita de culpas, a procurar a divisão ideológica, a procurar o confronto, a tentar destruir as tentativas de consensualização que aqui estão a ser feitas.

Também não é, como ontem aconteceu, chamando aos nossos parceiros da ultraperiferia como estruturas neocoloniais ou ultramarinas, portanto este é o tipo de discurso que não nos leva a lado nenhum.

Deputado José San-Bento *(PS):* Como eu o compreendo!

O Orador: Numa Europa em crise, devido à saída da Grã-Bretanha da União Europeia, devido ao surgimento de populismos em grandes países, como por exemplo na Itália, movimentos que contestam o projeto europeu, não é atacando a Europa, não é atacando grupos políticos, não é criando divisões, não é com um discurso completamente irresponsável que nós la vamos.

Eu penso que as nossas reivindicações, em todas as áreas, no âmbito do estatuto da ultraperiferia, no âmbito do POSEI, as nossas reivindicações só poderão ter sucesso, se nós não levarmos uma perspetiva de contra Europa, ou contra alguns da Europa, ou contra a direita da Europa, mas se levarmos uma perspetiva a favor da Europa, a favor do Projeto Europeu, de um Projeto Europeu solidário, de um projeto que privilegia a negociação e a capacidade de diálogo, em vez da capacidade de confronto e do conflito, como aqui foi apresentado pela bancada parlamentar do PS.

Não é assim que vamos conseguir alguma coisa junto da União Europeia, porque para o confronto, para a guerrilha ideológica, para a destruição do Projeto Europeu, já lá estão muitos, já lá estão muitos a fazer esse trabalho.

O que é preciso dizer é que a Europa se defende nas regiões ultraperiféricas mantendo esse esforço de desenvolvimentos destas regiões, mantendo a justiça social, mantendo o apoio às regiões mais desfavorecidas e é assim desta forma, de uma forma solidária, com capacidade de diálogo que nós favorecemos o Projeto Europeu, por isso é que eu não gostei da forma como a bancada parlamentar do PS, abordou esta questão, procurando o conflito e mais do que isso, além dessa não ser a perspetiva que terá êxito na União Europeia porque para atacar a Europa, para criar divisão, para procurar o confronto biológico como eu dizia já lá estão muitos e muito mais agressivos, o que devo dizer é que nós temos que ir com uma perspetiva construtiva e o que eu considero também que é fundamental é de além apresentarmos essa perspetiva construtiva termos a capacidade de diálogo nesta Casa, numa Região tão pequena como a nossa, enfraquecer-nos provocando o conflito, provocando a beligerância, não vamos a lado nenhum.

O que nós temos que conseguir aqui na Região Autónoma dos Açores, é juntarmo-nos todos, o esforço tem que ser de todos.

Digo-vos mais: sem procurar as lideranças, eu detesto este diálogo e esse consenso em que alguém se apresenta como: "vamos consensualizar e lideramos nós!". Não! O consenso é feito numa mesa, em que se sentam todos em igualdade de circunstâncias, com um único objetivo e à sombra da mesma bandeira, da bandeira dos Açores. É assim que se procura o consenso e também sem instrumentalizar os parceiros, não dizendo depois em discursos que esses apoios são meramente instrumentais ou que os outros parceiros são meramente instrumentais, não é depois dizer isso nos congressos dos partidos porque depois as pessoas sentem-se enganadas e instrumentalizadas.

O que é necessário é dizer que estamos todos num esforço comum de forma justa, de forma solidária, lado a lado, ombro com ombro e não a utilizar e a instrumentalizar os outros partidos, as outras forças políticas, para conseguirmos o tal esforço de consenso, em que nós somos líderes ou lideramos.

Portanto, da parte do PPM nesta matéria o que eu quero dizer é que contem connosco para o esforço de consenso que é preciso fazer, contem connosco para um discurso na União Europeia, um discurso construtivo, porque o discurso da destruição, o discurso das queixas, o discurso de atacar o projeto europeu, não vamos lá com esse tipo de discurso e, portanto, da nossa parte com um discurso de responsabilidade e evidentemente que nós temos que definir à partida duas coisas, como há pouco foi bem referenciado.

Temos que ter um núcleo estratégico fundamental, devidamente consensualizado e eu penso que este documento constitui esse núcleo estratégico que se pode consensualizar e também considero que é importante que o Governo Regional forneça toda a informação, toda a informação a esta câmara e se cumprirmos estes dois requisitos, eu penso que estamos a servir bem a Região Autónoma dos Açores, estamos a servir bem os açorianos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje a analisar uma correta adequação dos apoios comunitários às especificidades das regiões ultraperiféricas, num quadro pós 2020.

O proponente no que às pescas diz respeito defende que o Governo dos Açores deve intervir junto do Governo da República, no sentido de na qualidade de estado membro da União Europeia, promover a autonomização do POSEI

Pescas, do Fundo Europeu, dos assuntos marítimos e das pescas e adequá-lo ao setor.

Ora muito bem, esse tem sido precisamente o trabalho que o Governo tem feito ao longo dos últimos temos, conforme já disse o Sr. Secretário e não é de agora e também não foi só sobre este tema.

Para o Grupo Parlamentar do PS o importante passa pela dotação financeira capaz, tendo como objetivo executar as políticas de proximidade necessárias para garantir a sustentabilidade das pescas nos Açores e autonomizar o POSEI Pescas, embora saibamos ser difícil conforme foi reconhecido pelo Eurodeputados Sofia Ribeira e Ricardo Serrão Santos em sede de Comissão, mas queremos pelo menos agilizar o fundo europeu dos assuntos marítimos e das pescas e regionalizar a sua gestão de modo a não voltar a acontecer um atraso de dois anos, como aconteceu com o anterior Governo da República e assim manter a autonomia na gestão dos stocks.

Das notícias vindas a público ontem na RTP Açores, retemos o anunciado corte de 5%, segundo a notícia, mas já me apercebi que será apenas 3,5% previsto no FEAMP e que este corte não afetará os Açores e que a União Europeia voltará a financiar paragens definitivas de atividades e reabrirá as ajudas de estado à renovação da frota.

Para já, estas notícias são positivas para os Açores, parece-nos que este é um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido até aqui na promoção da pesca sustentável e na preservação dos recursos marinhos, mas sabemos que existem outros problemas que não fazem parte desta proposta, mas que é preciso resolvê-los na mesma, por isso também consideramos esta proposta relativamente às pescas, redutora.

De facto, o Governo dos Açores, perante os problemas que afetaram a fileira, foi antecipando medidas como são os casos das reservas marinhas, do tamanho dos anzois, o aumento dos tamanhos mínimos, o afastamento dos palangreiros

da linha de costa das ilhas, a redução das licenças de artes mais predadoras, entre outras, medidas destinadas a garantir mais rentabilidade no setor da pesca e reforçar a conservação dos recursos.

Para além disso e isso revelou-se fundamental o Governo dos Açores não se deixou embarcar em facilitismos, como sugeriu alguma oposição e atirar dinheiro para os problemas, ações essas que poderiam comprometer o futuro deste importante setor.

A gestão cuidada das quotas que nos foram atribuídas têm sido um importante contributo para o aumento dos rendimentos dos pescadores e isso é fundamental manter essa prorrogativa na Região.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Sr. Deputado António Almeida, se isso lhe pareceu, eu não quis de forma nenhuma pôr em causa a seriedade da sua intervenção. De maneira nenhuma! Sei que o senhor é um homem sério, aliás todos os colegas são pessoas sérias e que merecem todo o respeito.

Eu contestei os seus argumentos e sobretudo eu contestei o exercício que até lhe chamei básico, porque acho que nós devemos ser claros nestes confrontos, de culpabilização que o senhor pretende fazer em relação ao Governo. Portanto, a questão da seriedade longe de mim que essa ideia tenha trespassado que eu disse, até porque este processo está a ser gerido com toda a atenção, todo o cuidado e toda a seriedade, basta aliás ver a forma como o PSD nacional, e eu sublinho, o Dr. Rui Rio, tem tido num acordo que formulou com o Governo da República precisamente para defender os interesses nacionais, onde

naturalmente se incluem os Açores na questão das negociações desses fundos comunitário, portanto essa é uma questão muito importante.

Já que falei no Dr. Rui Rio, como o senhor muito bem sabe e a desvalorização que o senhor procurou fazer, da referência que eu fiz à questão da arquitetura institucional da União Europeia, na fase que nós estamos aqui a considerar, é óbvio que é muito importante e também é óbvio que não lhe interessa concordar comigo porque o senhor tem o propósito de culpabilizar o Governo Regional e consequentemente interessa dizer que uma referência que é obviamente incontornável neste debate, é uma derivação do PS quando o senhor sabe perfeitamente que não é e que tem todo o cuidado.

Mais, Sr. Deputado, quando essa referência é feita e quando é feita à censura que fiz à maioria que gere os órgãos da União da Europeia e que é da vossa família política, isto não é um ataque à Europa, isto é uma crítica à maioria política e à família política que neste momento está a conduzir os destinos da União Europeia, portanto é uma coisa completamente diferente e é essa a interpretação, como é óbvio, que se deve fazer das minhas palavras.

Também quero que fique muito claro que apesar daquilo que foi dito, não está em causa como é evidente, o papel importante que o Governo tem, tem tido e que vai continuar a ter na negociação destas questões, nem muito menos a importância também muito grande que este Parlamento tem e terá hoje na votação que faremos desta vossa proposta, como também terá, esperemos hoje, amanhã ou eventualmente na sexta feira, na apreciação e na votação que fará da proposta do PS.

Portanto, não se pode inferir daquilo eu que referi que haja alguma desvalorização destas duas componentes.

Obviamente, que são órgãos próprios da Região com um papel importantíssimo nessa negociação, o que eu quis salientar é que a origem deste problema decorre do equilíbrio e da correlação de forças políticas que existe neste caso particular

na Comissão Europeia, que é como quem sabe o órgão responsável por essa proposta como já foi dito que não é positiva para os Açores.

Também uma outra referência, Sr. Deputado, eu percebo a sua argumentação, aliás, isto também é uma discussão quase eterna e achei muito interessante a referência que fez: uma coisa é nós definirmos os objetivos, depois definirmos as estratégias para atingirmos esses objetivos e só depois disso nós tratarmos da questão do financiamento, mas como o senhor também muito bem sabe, do ponto de vista europeu não é bem assim.

Deputado Bruno Belo *(PSD):* Quem o ouviu na primeira e o ouve agora!

O Orador: Portanto há uma abordagem sobretudo ao nível dos fundos, não deixando de proclamar os objetivos genéricos essenciais e que normalmente tem documentos que são muito bem feitos e que aliás a leitura se recomenda, mas depois como eu referi, não deixando de proclamar esses grandes objetivos, a questão essencial é a definição dos envelopes financeiros e depois é que se trabalha ao nível da estratégia, mais concreta e ainda um coisa diferente que eu penso que parte da sua intervenção, mas enfim o senhor estava, na minha opinião, a fazer um exercício argumentativo que eu também percebo, mas no fundo muito daquilo que o senhor disse tem a ver com a fase a jusante desse processo, que é como muito bem sabe a regulamentação depois destes programas.

Mas apesar de tudo as suas preocupações nesta questão não são obviamente ignoradas e eu sei que o Governo tem precisamente essa questão em consideração e as várias que o Governo Regional e o próprio PS já transmitiram ao longo dos tempos em relação, por exemplo, concretamente ao POSEI também decorrem dessa análise e desse trabalho que é feito a nível dos diferentes setores, das diferentes componentes de apoio, sobretudo dos apoios diretos do POSEI, considerando a realidade de cada uma das ilhas, a necessidade de apoio à diversificação agrícola, ao desenvolvimento rural, ao

complemento do rendimento dos agricultores, portanto há aqui uma atenção muito grande na questão micro na abordagem deste programa, por isso é que compreendo a sua argumentação, concordo com muitas das coisas que referiu, agora a conclusão que o senhor retira é que nada disso está feito, o Governo não fez o trabalho de casa. Eu não concordo Sr. Deputado e aliás digo-lhe, eu tenho conhecimento de imenso trabalho precisamente nesses domínios que o Governo fez, por exemplo, na agricultura, por exemplo nas pescas, em termos desse trabalho.

Portanto, o que interessa aqui referir é que nós estamos numa situação que exige o consenso e uma união muito grande, eu acho que será possível e o PS tem procurado dinamizar esses consensos e se possível essa unanimidade em torno de propostas deste género, propostas que afirmam os interesses dos Açores, que defendem a Região junto das instituições europeias, agora não podemos deixar, Sr. Deputado, e aí eu voltava a insistir nesse ponto, nós não podemos deixar de considerar o papel que ao longo dos últimos anos a vossa família política na Europa tem feito ao nível das opções ao longo da integração europeia nos últimos anos e isso infelizmente como sabem, não vou repetir, alguns dos argumentos que já disse na minha primeira intervenção, essas opções mão tenham sido positivas e como o senhor sabe particularmente no caso da PAC, basta ver quem é que tem sido a grande força política que é sempre a favor da liberalização e daquilo que nós consideramos a descaracterização da Política Agrícola Comum, lamento dizê-lo, mas o senhor sabe tão bem como eu, é a vossa família política, são os partidos amigos do PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Dispõe de cerca de dois minutos.

(*) **Deputada Mónica Rocha** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu achei curioso o Sr. Deputado Paulo Estêvão dizer que registou algum desagrado na forma impetuosa como nós falámos, imagine-se o que é que terá achado do CDS, mas se calhar nessa questão vai ser um bocadinho tendencioso.

Mas diga-me só uma coisa: eu só precisava de saber e aqui referindo-me à Sra. Deputada Graça Silveira, que o seu ímpeto que a caracteriza e que nós estamos habituados a digerir, não nos leva a esquecer, ignorar ou sermos obrigados a concordar com uma argumentação sem sustentação e sem verdade.

Portanto, tenha por favor mais atenção e um pouco mais de respeito quando o fizer.

Quanto à busca incessante por atingir ou chegar a atalhos informativos e que a senhora diz que ninguém sabe, ninguém lhe diz, etc., pois a senhora não tem muito sucesso nesta matéria porque as pessoas respeitam o seu papel e as suas funções e sabem que não tem que lhe fornecer esta informação e isso não leva a crer de forma nenhuma a atestar o facto de que não existe um plano de ação para o POSEI.

Por fim dizer o seguinte, Sra. Deputada e aqui eu lamento chegar a este ponto, mas vai mesmo ter que ser.

Eu sempre me pautei ao longo da minha vida por uma postura assertiva, sensata e coerente e acredito que de futuro assim o farei nesta Casa, sempre fiz em todos os projetos onde tive inserida ao serviço da comunidade de forma voluntária e acredito que vai ser isso que vou fazer, agora, digo-lhe já e isto só para que a senhora de futuro tenha um pouco mais de cuidado e respeito porque acho que o mereço, da mesma forma que o devolvo: a senhora devia e o CDS na sua pessoa assusta, não pelo seu tom, mas pelo facto de se agarrar a um extremismo e um juízo de valor tão fácil e tão pouco sustentado que a mim preocupa-me.

Depois dizer-lhe o seguinte: todos nós podemos ter a postura que a senhora teve, só que nós optamos conscientemente por não fazê-lo.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caro colega:

Eu gostaria novamente de voltar ao debate para tecer também algumas considerações sobre as últimas intervenções que foram aqui proferidas.

A primeira tem a ver como se processa normalmente a negociação atual de cada programa POSEI.

Nós naturalmente fazemos o trabalho de casa, o trabalho interno, o trabalho técnico, tem a ver essencialmente com a evolução das profissões, com a situação dos mercados e ouvimos e consultamos as Associações de Agricultores e a Federação Agrícola, sede a negociação, se assim se pode dizer da proposta, feita essencialmente com a Federação Agrícola dos Açores.

Naturalmente, da parte do Governo aquilo que temos procurado, e como as alterações foram significativas realizadas no último POSEI e vamos apresentar dentro de poucos dias uma nova proposta de revisão para o POSEI 2019, com algumas inovações. Inovações que vêm no sentido de procurar uma distribuição mais justa das ajudas; depois dar resposta àquilo que são as necessidades que o setor tem de evoluir em termos de produções; ter critérios que protejam as pequenas explorações agrícolas, aliás quando nós decidimos no último POSEI isentar de rateio os abates até 10 animais, ou isentar de rateio no prémio aos produtores de leite, até uma quantidade anual de produção de leite, portanto são medidas, tendo em vista proteger as pequenas explorações e como sabemos dominam as explorações em termos da Região Autónoma dos Açores.

Depois, temos outra preocupação que naturalmente importa também aqui referir que é a seguinte: nós não podemos, nem demos, fazer uma revolução nas ajudas, como às vezes se pretende aqui, ou pelo menos indiciar nas intervenções que foram aqui feitas, porque é preciso também dar alguma estabilidade ao setor e é preciso também que os agricultores percebam com o que é que contam pelo menos um a dois anos.

Daí que, quer ao nível do POSEI, quer mesmo ao nível do PRORURAL e eu subscrevo e aliás já tinha dito isto aqui numa intervenção, numa discussão que fizemos sobre a situação do setor agrícola, em relação aos projetos de investimento, nós neste momento estamos a fazer um trabalho de análise e já de preparação dos próximos regulamentos que vão sair em relação ao PRORURAL, porque de facto é preciso alterar os critérios, é preciso, por outro lado, simplificar a análise de projetos, alinhar, no fundo, os critérios de avaliação com aquilo que é estratégia para o setor e para onde é que queremos caminhar, ou seja, o que é que queremos para a agricultura dos Açores daqui a dez anos e nós já estamos a trabalhar nisso.

Agora, não faz sentido neste momento e isso foi uma avaliação que nós fizemos interna se agora íamos alterar as regras do PRORURAL, quando neste momento o PRORURAL está em fase final de execução e íamos no fundo alterar as regras do jogo com o jogo a decorrer.

Portanto, aquilo que assumimos foi manter as regras atuais e estamos já a trabalhar para que de facto no próximo quadro consigamos introduzir também inovação nesta área, sempre numa perspetiva de afetar as verbas para as áreas que são estratégicas para as áreas em que existe mais carência, em que exista mais necessidade do setor modernizar-se, tendo em vista melhorar o rendimento dos agricultores e tendo em vista melhorar o rendimento de toda a fileira.

Depois dizer-vos, Srs. Deputados, que em relação ao POSEI para a próxima PAC o trabalho que fizemos e aquilo que tem sido reivindicado junto do

Governo da República e junto também da Comissão Europeia, nós de facto não quantificamos no documento o valor.

Na verdade, quer nas reuniões que já tive com o Sr. Ministro da Agricultura, quer em documentos remetidos, quer também em notas públicas minhas e declarações públicas, nós sempre definimos que para a Região, pelo menos, mais 15 % no POSEI. Foi sempre o valor que definimos e se fizermos a conta 70 vezes os 15%, dá os tais 10 milhões que circula por aí que até o Deputado da Assembleia da República, António Ventura, há dias referia num artigo da imprensa.

Nós fomos claros sobre essa matéria porque de facto aquilo que verificamos na evolução do POSEI nos últimos anos, principalmente nos últimos anos, dois, três anos, foi um crescimento muito acentuado ao nível do pedido de ajudas que teve a ver de facto com uma evolução que houve no setor que é real.

Os números não desmentem, por mais que a oposição diga o contrário, isso resultou claro do esforço da dedicação dos produtores, mas também de uma estratégia com o Governo teve e tem para este setor.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem, Sr. Secretário!

O Orador: Agora, não fazia sentido do nosso ponto de vista apresentar números concretos quando na verdade estávamos num cenário, com a saída do Reino Unido, aquilo que circulava é que poderiam haver aí cortes muito significativos, qual era o bom senso que teria a Região, propor um aumento de 30%, por exemplo. Naturalmente se viesse os 30% nós teríamos que utilizar e iríamos utilizar bem os fundos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Fazem-lhe falta?

O Orador: No fundo a nossa estratégia foi apresentar um documento com linhas de ação, com objetivos que no fundo permitisse, quer ao Governo da República, quer a Comissão Europeia, ter um documento que entendesse qual é que é a estratégia da Região para a agricultura e a importância que os fundos

têm para o nosso desenvolvimento e para a nossa sustentabilidade enquanto Região ultraperiférica.

Daí que sempre foi clara a nossa posição e a posição do Governo sobre essa matéria.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: Depois, Srs. Deputada Graça Silveira, o POSEI não está no segredo dos deuses, aliás nunca esteve, promovemos sempre esse debate com total transparência, com os agricultores, com as associações de agricultores, com o parlamento sempre que fui solicitado, prestei esclarecimentos. Estou sempre disponível, aliás é sempre com gosto que vou às Comissões, nós fornecemos o documento que foi remetido a Bruxelas da última revisão do POSEI, portanto nessa matéria estamos à vontade.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: Agora, também é preciso dizer aos Srs. Deputados uma coisa: nós não governamos para satisfazer os agricultores, nós governamos para em cada momento tomar as melhores opções para o futuro dos agricultores e para o futuro da agricultura nos Açores. Essa é que é a nossa linha de ação, no sentido sobretudo de melhorar não só o rendimento dos agricultores, mas o rendimento de toda a fileira, desde o produtor até à indústria.

Portanto, Srs. Deputados, ficava por aqui.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e membro do Governo:

Bom, eu não estava para vir a debate, a Sra. Deputada Mónica Rocha chamou-me e eu cá estou.

Eu nunca recuso um convite para o debate, adoro o contraditório parlamentar e é um privilégio estar aqui há dez anos a fazer isso, eu não sei se vou ter muitas

mais oportunidades, provavelmente o vosso desejo é que eu não o tenha, não tenha mais essas probabilidades.

Mas o que eu considero que é fundamental é aqui referenciar o seguinte: Sra. Deputada Mónica Rocha, a intervenção que eu realizei como uma crítica construtiva à intervenção do Sr. Deputado José San-Bento, foi uma crítica que resultou, porque quem ouviu a segunda intervenção do Sr. Deputado José San Bento é uma intervenção muito mais cordata, muito mais controlada do ponto de vista emocional, …

Deputado José San-Bento *(PS):* Outra coisa não esperaria de si!

O Orador: … uma intervenção em que já teve palavras voltadas para o diálogo, para a compreensão, reconhecendo até realizando alguma autocrítica, portanto eu considero que nesse sentido prestou um bom serviço neste Parlamento, a partir do momento em que reconhece que se excedeu e que a intervenção que realizou, diabolizando os adversários, procurando o conflito ficou fora de tom, no âmbito do debate parlamentar e o facto de ter feito uma intervenção a seguir completamente diferente, reconhecendo os erros que realizou, mostra que a intervenção que realizei foi bastante importante nesse sentido.

Deputado José San-Bento *(PS):* Isso tudo para se elogiar a si próprio!

O Orador: Em relação ao CDS devo dizer o seguinte, nem sequer lhe preciso responder, ouviu perfeitamente o Sr. Secretário da Agricultura, acabou de dizer que subscreve um conjunto de críticas e de observações que foram realizadas pela parte da bancada do CDS-PP.

Deputado André Bradford *(PS):* O senhor é o comentador do debate!

O Orador: Portanto a partir do momento em que o Sr. Secretário da Agricultura disse, dirigindo-se à bancada do CDS, que até subscreve o conjunto de observações que foram realizadas pela bancada do CDS-PP, isso demonstra

que essa intervenção, é uma intervenção construtiva e que teve substância, uma substância que o Governo Regional partilhou.

Portanto, Sra. Deputada, V. Exa. na intervenção que realizou não foi feliz, percebo o esforço que realizou no sentido de tentar aqui encontrar um debate menos construtivo novamente, mas penso que aquelas que foram as preocupações com a procura estratégica que nós fizemos de procurar o consenso, de procurar o consenso no parlamento e de procurar focar a nossa intervenção no sentido construtivo de uma Europa que é preciso …

Deputado André Bradford *(PS):* O senhor só comenta as intervenções dos outros, não fala sobre o debate …

O Orador: Diga! diga!

O POSEI é extraordinário desde que não sofra cortes e que seja devidamente adaptado às realidades da agricultura açoriana e é isso que aqui está neste documento, ou seja, que se adapta á realidade e que não sofra cortes que estão agora previstos.

Portanto, eu não vejo V. Exa. quer muito mais sapiência sobre o POSEI? Está tudo dito.

Deputado André Bradford *(PS):* Gostava!

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Já? Pronto.

Não lhe posso dizer mais nada sobre o POSEI, não tenho mais tempo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Bom, eu aceito que tenho imensos defeitos, mas hão de reconhecer que não faz parte do estilo das minhas intervenções nesta Casa, de fazer críticas ou

avaliações aos desempenhos dos colegas, muito menos em relação ao estilo que decidem utilizar nas suas intervenções.

Devo dizer que sistematicamente quando se discute questões de agricultura nesta Casa, a Sra. Deputada Mónica Rocha levanta-se para avaliar o desempenho dos seus colegas enquanto Deputados, em que nada dignifica nesta Casa: umas vezes é que os discursos do Sr. Deputado António Almeida, são redondos como ele; hoje decidiu dizer que os ímpetos da Sra. Deputada …

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Que mentira!

A Oradora: Disse aqui nesta Casa e não foi há muito tempo. É verdade e a Sra. Deputada que o negue se assim o entender.

Hoje decide dizer que tem que engolir os ímpetos da Deputada do CDS, que além de ser uma linguagem no mínimo brejeira, eu entendo que a Sra. Deputada possa até não gostar do estilo, possa não gostar da forma mais alterada como eu falo de questões de agricultura, mas quando me dirigi a ela foi num desafio que já é a segunda vez que o faço em relação à posição da bancada do PS, em relação a questões que são estruturantes para o setor e se o PS se colocaria ao lado do CDS, nomeadamente na forma como se vai rever a avaliação dos projetos, que o Sr. Secretário assumiu que é necessário fazer, devo dizer-lhe Sr. Secretário, que percebo que não que neste momento fazer essa avaliação porque estamos a meio do jogo, mas vamos estar sempre a meio do jogo.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Faça uma proposta!

A Oradora: Estamos sempre com quadros comunitários de apoio em vigor, portanto é fácil o Governo dizer: fizemos uma avaliação da execução do ano 2017, verificámos isto, isto, isto e o Governo decidiu que vai fazer uma alteração às iniciativas, nomeadamente em relação às questões do emparcelamento que devem ser também consideradas e o CDS está farto de chamar a atenção, à lei do arrendamento rural que também tem que ser mexida, que são tudo coisas que são difíceis, o CDS não se coloca numa posição de

dizer que o Governo não faz, que é fácil; que não fez por incompetência, Não! O CDS diz: não fez e há coisas que efetivamente não são feitas e não foram feitas ainda porque são difíceis, mas se houver uma vontade do tal pacto de regime de todos nós nos juntarmos para fazer …

Deputado Carlos Silva *(PS):* Apresentem a proposta!

A Oradora: Mas os pactos de regime não podem ser só para discursos políticos, Sr. Deputado, quando nós queremos fazer parangonas porque estamos todos juntos, os pactos de regime têm que ser feitos é exatamente em questões que são politicamente difíceis de ser implementadas e para o Governo não fique sozinho com o ónus da implementação, estarmos todos juntos por considerarmos que são estruturantes e determinantes para o setor.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Onde está a proposta?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Almeida tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Almeida** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de registar com agrado a segunda intervenção do Sr. Deputado José San-Bento, muito mais macia, muito mais compreensiva, subscrevendo muito mais os argumentos que aqui apresentamos, salvo uma outra exceção o que é bom. Há uma evolução positiva no sentido de consensualizar o que é consensualizável e importante para a agricultura dos Açores. Não é um mau princípio, foi um mau princípio, mas terminou bem.

Eu gostava só de referenciar aqui duas formas de adotar estratégias distintas relativamente ao processo negocial.

Há uma forma que é a da estratégia passiva, que é deixar que as coisas aconteçam lá fora e depois responsabilizar quem decidiu lá fora.

Isso é uma estratégia passiva, é uma estratégia que fica sujeita quer ao Governo da República, quer à decisão da Comissão Europeia, relativamente à determinação dos montantes atribuídos aos Estado Membro de Portugal e depois internamente, num debate interno a repartição pelos planos operacionais Açores/Madeira, Madeira/Continente.

Deputado José San-Bento *(PS):* Ninguém decidiu isso!

O Orador: Portanto, há duas formas de abordar, há a estratégia passiva, deixar que aconteça a decisão do lado de fora…

Deputado José San-Bento *(PS):* Não foi isso que foi feito!

O Orador: … e depois dizer aos agricultores, às associações e à Federação, não podemos porque eles cortaram. E há a estratégia ativa …

Deputado André Bradford *(PS):* Mas eles é que decidem!

O Orador: … que é aquela que me conduz a dizer que o trabalho de casa não está feito.

A estratégia ativa é da base para o topo, é saber que políticas agrícolas é que se querem implementar, em cada ilha dos Açores e depois quantificar as necessidades de investimento público, de apoio ao investimento privado e de apoio ao rendimento. Isso é que não está feito.

Deputado José San-Bento *(PS):* Está feito!

O Orador: Por isso percebo muito bem o Sr. Secretário Regional quando diz que não quantificou junto do Governo da República, nenhum envelope financeiro para o POSEI. Naturalmente, por duas razões: porque é mais fácil deixar que alguém decida de fora, …

Deputado José San-Bento *(PS):* Não foi isso que foi dito!

O Orador: … e por outro lado é muito difícil construir estudos de base para permitir a decisão relativamente aos montantes que interessam aos Açores, para cada uma das fileiras no quadro do POSEI. É essa a diferença entre a estratégia

passiva e ativa e eu penso que o PS e o Governo Regional estão numa estratégia passiva, há espera que algo aconteça.

Deputado José San-Bento *(PS):* Está enganado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento dispõe de muito pouco tempo.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* … o Governo, só para deixar absolutamente claro que a estratégia, aliás o Sr. Deputado se me permite, eu penso que isso ficou claro na última intervenção do Sr. Secretário.

A última intervenção do Sr. Secretário é objetivamente a rejeição da estratégia passiva que nunca ninguém aqui neste Grupo Parlamentar defendeu nem preconizou, que isso fique absolutamente claro neste debate.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS esgotou o seu tempo para este debate e neste momento a Mesa não tem inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerrámos este nosso ponto da Agenda.

Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

Deputado André Bradford *(PS):* Para solicitar um intervalo regimental de 20 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário vamos também interromper os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 41 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante à sessão:

Partido Socialista (PS)
André Jorge Dionísio **Bradford**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Partido Popular (CDS-PP)
Alonso Teixeira **Miguel**
Artur Manuel Leal **Lima**

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
José António Vieira da Silva **Contente**

Partido Social Democrata (PSD)
Luís Maurício Mendonça Santos

Partido Popular (CDS-PP)
Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Transcrição efetuada por *Noélia Escobar*